

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

JEFFERSON ALVES TEIXEIRA

**RECRUTAS DE PARTIDO?
RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE JOVENS NO PT E NO PSDB
NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008.**

**BELÉM
2008**

RECRUTAS DE PARTIDO?
RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE JOVENS NO PT E NO
PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008

JEFFERSON ALVES TEIXEIRA

Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Dissertação de Mestrado

Orientador:
Professor Doutor Roberto Corrêa

Belém
2010

RECRUTAS DE PARTIDO?
RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO DE JOVENS NO PT E NO
PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008

JEFFERSON ALVES TEIXEIRA

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Roberto Ribeiro Corrêa (Orientador)

Prof. Dr. Raymundo Garcia Cota (Avaliador Externo)

Prof. Dr. Carlos Augusto

Belém

2010

Dedicada a todos os meus alunos/as e ex-alunos/as, mais jovens ou menos jovens, não importa. Eles me fazem sentir mais jovem... e mais jovem me sinto mais Eu.

In Memoriam de Juvêncio, o Juca, e ao meu irmãozão Elias “Figuroa”

AGRADECIMENTOS

Essa é o momento em que considero o mais importante na conclusão de um trabalho acadêmico: lembrar daqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que essa pesquisa pudesse chegar ao seu fim. Sei que alguns nomes apresentados aqui não terão as palavras que condizem o que realmente eles representam para mim. Porém, quero que compreendam que as poucas palavras é a demonstração uma infinidade de sentimento de companheirismo que sinto por cada um de vocês.

Em primeiro quero agradecer à Dona Rita e Seu Luiz, minha “madrezita” e meu “padrezito”, nordestinos lutadores, que nos criou como todos os pais e mães que mesmo sem ter vivenciado muito tempo o mundo da escola, não se eximiram em garantir-nos uma educação não só formalizada de caderno e de caneta, mas também uma educação típica dos imigrantes em busca de seus sonhos e que saindo de Juazeiro e Petrolina, indo para São Paulo, finalmente pousaram e repousaram seus sonhos em terras “parauaras”.

Agradeço aos meus irmãos Sandra, Sérgio e Samira, que mesmo com nossas diferenças nunca nos faltou respeito e demonstrações autenticamente fraternas, de solidariedade e de comprometimento com o outro. Jamais deixaria de agradecer meu sobrinho Gabriel, pois no ano em que ele nascia, eu adentrava as salas da UFPA. Enquanto eu acompanhava seu crescimento físico e intelectual, ele acompanhava todo o meu crescimento da dor e da beleza que é o mundo acadêmico.

Agradeço aos meus amigos-eternos-amigos Rubenixson, Arquimimo, Toninho, Júnior Pasta, Ezivandro, Eduardo, Silas Moésio, Damiana, Cléo, Edhumberto, militantes pejoteiros, militantes das causas da juventude. Mesmo tão próximos, mas tão distantes, são exemplos de amigos que passam por nossa vida e não “cicatrizam” nunca

Aos meus “brothers” Alexandre, Patrícia, Edinho, Cleyton, Bruno, Lilian, Thiaguinho, Rogério, Sebastiana, que me mostraram o quanto a vida é “regada” por uma imensa praia de alegrias e descontrações.

Aos “CHATos” mais imensa e incrivelmente legais que pude conhecer na capital paraense. Uns loucos e umas loucas que tornaram minha vida um espaço sem noção de tempo e um tempo sem noção de espaço. Por isso, jamais poderia esquecer de lembrar

de nomes como Helen, Peó, Tayane, Mônica, Karla, Eluany, Livia, Rosiana, Amanda, Lucas, Paulo Emílio, Lia, Elizana, Thiago Costa, Adelson, Ingrid, Madson, Tiago Nunes, Rodrigo, Gessiana, Maria Elaine, Rafael, Igor. Em pouco mais de um ano em que pude conhece-los, sinceramente, desconhecê-los é algo que não consegui querer.

Agradeço aos amigos Osimar, Alessandro, Nayana, Brunão, Jacy, Beth, Jerry, Dionizio, Hildomar, Neilton, Felipe, Keyla, Deybe, Júlia, Zezinho, Paulyane, Natália, Rômulo, Monique, Charles, Kamille, Thais Pompeu, Aida Cão, Adriano, France, Yarla, Ester. Amigos que conseguem transformar tudo em música e poesia... e também capazes de transformar poesia e música em tudo.

Agradeço a Celso Vaz, Carlos Augusto, Edir Veiga, Karl Henkel, Nívea Ravena, Durbens Nascimento, Alberto Teixeira, Milton, Alex Fiúza, Graça Campagnolo, Marize Morbach, professores do PPGCP/UFPA e que demonstraram o quanto é difícil, mas prazeroso discutir Ciência com política (e políticos) de verdade na Amazônia. Suas aulas foram momentos do mais elevado nível de debate e propiciaram, a todos nós alunos, reflexões que estarão marcadas sempre em nossas vidas acadêmicas.

Agradeço a Ana, Arthur, Delice e “Tutu” que estiveram secretariando o PPGCP/UFPA nesses dois anos e foram responsáveis no desenrolar de vários trâmites burocráticos para mim e para o restante da turma.

Meus agradecimentos à professora Luzia Álvares, minha ex-orientadora, e que nunca me faltou no momento em que, em meu desespero, recorria a ela atrás de suas “reliquias textuais”.

Agradeço em especial ao Professor Roberto Corrêa, meu orientador, que mesmo com todo meu atropelo de tempo, mostrou toda paciência do mundo. Suas firmes convicções a respeito do sistema eleitoral e partidário fizeram com que eu pudesse admirá-lo. Tê-lo orientando esse trabalho foi uma honra.

À turma de Ciência Política 2008, pelos debates ocorridos em sala de aula e que foram momentos de intensa aquisição de conhecimento para mim. Saudades marcam o momento em que escrevo essa redação, pois o convívio fraterno superou qualquer tipo de divergência que tivemos durante esses dois anos. Em nome dos companheiros André, Breno e Rodolfo, a gamela dos debates políticos (onde a nossa Ágora era o Boteco), estendo meus agradecimento aos demais.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento de uma bolsa de pesquisa, imprescindível desde o momento de minha entrada no Mestrado até os dias em que concluo essa pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Pará, que me deu o enorme prazer em poder ali ter passado, consecutivamente, dez anos de minha vida buscando um conhecimento tão necessário para os dias atuais e que, hoje, o conhecimento proporcionado por essa instituição foi de fundamental importância para que eu chegasse a condição de educador de uma instituição federal.

EPÍGRAFE

*As revistas
As revoltas
As conquistas da juventude
São heranças
São motivos
Pr'as mudanças de atitude
Os discos
As danças
Os riscos da juventude
A cara limpa
A roupa suja
Esperando que o tempo mude*

(Terra de Gigantes – Engenheiros do Havai)

RESUMO

No Brasil, os estudos sobre recrutamento partidário e a forma como ocorre o processo de seleção de candidaturas parece ocupar um considerável espaço na literatura que versa sobre partido e eleições. Esses estudos ainda estão centrados naqueles que obtiveram sucesso eleitoral ou nas candidaturas de mulheres, ficando ainda a desejar um estudo mais amplo que abranja os demais segmentos.

A existência de um sistema eleitoral onde os preenchimentos de cadeiras no parlamento se dão de forma proporcional, além de um sistema partidário multifacetado por organizações com os mais variados espectros ideológicos e uma engenharia eleitoral onde a pessoa do candidato se sobrepõe à organização partidária a qual ele pertence contribuem para uma exorbitante oferta de candidatos no mercado eleitoral, dentre os quais os mais jovens.

Nesse sentido, pretendemos investigar, através de estudo de caso, como no Município de Belém jovens, entre 18 e 29 anos, candidatos a vereadores em 2008, foram recrutados pelas organizações partidárias e como ocorreram o processo de seleção de suas candidaturas.

Palavras Chaves: Jovens, Partidos, Eleições, Recrutamento, Candidatura

ABSTRACT

In Brazil, studies into recruitment partisan and how is the process of selecting candidates seems to occupy a considerable space in the literature that deals with party and elections. These studies are still focused on those that lead to a successful election or in applications from women, getting still want a broader study covering the other segments.

The existence of an electoral system where fills seats in Parliament give proportionally, besides a multifaceted supporter system by organizations with the most varied Spectra ideological and an electoral Engineering where the person of the applicant party outweighs the organisation to which it belongs contribute to an exorbitant offer of electoral candidates on the market, including young people.

Accordingly, we intend to investigate, through case study, as in the municipality of Belém youth between 18 and 29 years, candidates in 2008, the councilors were recruited by party organizations as occurred and the process of selecting their applications.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	pág. 13
CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA E JUVENTUDE	
1.1 – Buscando conceitos de juventude.....	pág. 15
1.2 – Juventude e Participação Política.....	pág. 16
1.3 – Como os jovens vêem a política?.....	pág. 19
1.4 – A formação da consciência política	pág. 21
CAPÍTULO 2: LEGISLAÇÃO E SISTEMA ELEITORAL: Onde está a Juventude?	
.....	pág. 25
2.1 – As regras eleitorais no Império.....	pág. 26
2.2 – As regras eleitorais na Primeira República.....	pág. 27
2.3 – Da Ditadura Vargas a Ditadura Militar.....	pág. 28
2.4 – Legislação Eleitoral e a “Constituição Cidadã”.....	pág. 39
2.5 – O sistema eleitoral.....	pág. 33
2.6 – O Sistema Proporcional	pág. 34
2.7 – A lista fechada	pág. 35
2.8 – A lista aberta.....	pág. 36
2.9 – Lista Aberta ou Lista Fechada: onde aparecem os jovens?.....	pág. 38
CAPÍTULO 3: PARTIDOS E JOVENS: DO MONOPÓLIO DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA COMPETIÇÃO ELEITORAL	
3.1 – O Monopólio da Representação Política e os Partidos.....	pág. 41
3.2 – Partidos Políticos e suas juventudes na <i>Internet</i>	pág. 48
3.3 – Morfologia nos sites das juventudes partidárias.....	pág. 53
3.4 – O Recrutamento Partidário.....	pág. 59
CAPÍTULO 4 : FINALMENTE A CANDIDATURA: COMO OS JOVENS SE TORNAM CANDIDATOS?	
4.1 - Quem são os jovens candidatos?	pág.65
4.2 – Trajetória Pessoal dos candidatos.....	pág. 75
4.3 – Trajetória Profissional dos candidatos	pág.77
4.4 – A trajetória Política dos Candidatos.....	pág. 79
4.5 – Como os jovens se tornam candidatos no PT e no PSDB.....	pág. 82
4.6 - Versão dos candidatos sobre um padrão de pré-seleção de candidaturas.....	pág. 84
4.7 – A Campanha Eleitoral	pág. 89
CONCLUSÃO	pág 96
REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA	pág. 89
ANEXO	pág.103

LISTA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

SIGLAS	PARTIDOS
DEM	Democratas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PR	Partido da República
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PSP	Partido Social Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

SUMÁRIO DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 - Páginas dos Partidos Políticos Brasileiros na Internet.....	56
QUADRO 2 - Denominação das Juventudes Partidárias.....	58
QUADRO 3 - Comunidade de Juventudes no site de relacionamento <i>Orkut</i>	63
TABELA - 1 Candidatos por Faixa Etária/Eleições 2008 – Brasil	73
TABELA 2 - Eleitores por Faixa Etária Pesquisa Brasil Julho / 2008.....	75
TABELA 3- Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária/ Pará – 2008.....	76
TABELA 4 - Faixa Etária Candidatos A Vereadores Pará 2008.....	77
TABELA 5 - Faixa Etária Candidatos A Vereadores Belém.....	78
TABELA 6 - Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária Belém/Pará.....	79
QUADRO 4 - Dados Pessoais dos Entrevistados.....	81
TABELA 7 Escolaridade dos Candidatos à Vereadores Belém – 2008.....	82
QUADRO 5 - Trajetória Profissional dos Jovens PT/PSDB.....	83
QUADRO 6 - Abrangência de contato com o público.....	84
QUADRO 7 - Atuação em movimentos de juventude.....	85
QUADRO 8 - Influência na filiação partidária.....	88
QUADRO 9 - Tempo de Filiação Partidária.....	89
QUADRO 10 - Conhecimento do Estatuto Partidário	90
QUADRO 11 - Influência na escolha do nome para candidatar-se.....	91
QUADRO 12 - Como é feita seleção de candidaturas no Partido.....	93
QUADRO 13 - A que (m) se deve a indicação para a candidatura?.....	94
QUADRO 14 - Principais bases eleitorais.....	95
QUADRO 15 - Apoios encontrados durante a campanha.....	97
TABELA 8 - Graus de importância do apoio partidário.....	99
QUADRO 14 - Dificuldades de Campanha	100

INTRODUÇÃO

A vasta literatura nacional e internacional sobre partidos políticos, eleições e democracia historicamente tem destacado o papel dos indivíduos como aqueles que a partir de suas ações, escolhas, opiniões e idéias acabam criando arranjos que se tornam objetos de análise das ciências sociais. Não queremos negar os papéis de importantes instituições e da própria cultura política que acabam sendo determinantes para o estabelecimento de certos padrões políticos na democracia contemporânea e que também são analisadas destacadamente pelas ciências sociais, em especial a ciência política. Porém, ainda é perceptível a inexistência de obras que destaquem os jovens dentro dessas três categorias, salvo quando pesquisas procuram saber suas opiniões antes, durante e pós-pleitos eleitorais; ou como os mesmos vêem a situação política do país, ou se preferem ditadura à democracia; e ainda sobre qual partido político mais simpatizam.

Sem desmerecer o grau de importância dessas pesquisas, principalmente para avaliarmos o caráter republicano-democrático desse importante segmento social que é a juventude, não podemos negar que eles se concentram numa única dimensão de participação daqueles que compõe a polis: o exercício do direito ao voto. Destarte, para alguns pesquisadores parece existir uma maior relevância em saber em qual candidato o jovem votou, do que se debruçar em analisar como esse jovem exercita o direito de ser votado; ouvir a opinião sobre um partido político é muito mais relevante do que procurar saber quais os motivos que levam o jovem pertencer a uma organização partidária; por fim, concentrar estudos sobre o que os jovens pensam sobre a democracia se sobrepõe a forma como os esses jovens vivenciam esse princípio político de forma plena ao ocupar os espaços de decisões políticas.

Mesmo não havendo estudos detalhados sobre faixa etária dos atores que atuam em entidades, movimentos sociais e ONG's (sejam elas estudantis, comunitárias, sindicais, rurais, ambientalista, cristãs, etc.) é perceptível a presença de jovens que assumem uma tarefa de não serem apenas coadjuvantes no papel político dessas organizações, mas buscam ser protagonistas nos debates políticos travados diante dos mais variados temas, principalmente o que tange as políticas sociais (violência, desemprego, drogas, etc.). Dessa forma, políticas públicas voltadas para esse público passou a fazer parte das agendas dos mais diversos governos, organizados em suas várias instâncias, a partir de 1997 (SPOSITO & CARRANO, 2003).

Os princípios democráticos, estabelecidos em outras na Constituição de 1988, não só garantiu o direito facultado de voto aos jovens na faixa etária entre 16 e 17 anos, como também estimulou os que têm idade igual ou acima de 18 anos a exercerem o direito em serem representantes diretos de outros cidadãos, ou seja, além de votar, também podem ser votados nas competições eleitorais. Para isso, legislações eleitorais de quase todos os países democráticos, incluindo o Brasil, impõem, pelo menos, duas condições básicas àqueles que pretendem concorrer a cargos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo: idade mínima (dependendo do cargo em disputa) e filiação a um partido político.

A atual Legislação Eleitoral brasileira exige requisitos mínimos de idades para a disputa de vagas em cargos do Legislativo: 18 anos para Câmaras Municipais Legislativas, 21 anos para as Assembléias Legislativas, Câmara Federal e Executivos Municipais. Esses limites de idade mínima aumentam quando se estão em disputas os cargos de Governador (30 anos), Presidente e Senador (35 anos).

Estas questões orientaram a investigação sobre a oferta e a escolha de nomes de filiados/as partidários/as no mercado competitivo, considerando também o peso dos recursos de uma trajetória pessoal (política, familiar ou profissional) destes atores, tendente a formar um padrão de carreira do/a aspirante a um cargo no poder público municipal, que lhe garantiria o acesso às listas partidárias encaminhadas às Convenções. Para isso, pretendemos investigar, através de estudo de caso como jovens do Partido dos Trabalhadores (PT) e do PSDB, no município de Belém tornam-se candidatos.

Desde os anos de 1960, a ciência política dedicada aos estudos partidários e eleitorais vem se beneficiando da organização de grandes bases de dados, dedicadas a vários temas: resultados eleitorais, composição do Legislativo, organização partidária e composição dos ministérios, entre outros (NICOLAU, 1997). Concernente aos três primeiros temas é vasta a produção científica, porém, as pesquisas a cerca da juventude nesse processo foca-se principalmente sobre a preferência eleitoral ou de perspectivas. Em quem os jovens votaram; suas preferências por partidos de esquerda ou de direita, ditadura ou democracia; ou o que esses jovens esperam dos políticos que foram eleitos, são temas recorrentes nas pesquisas realizadas que buscam explicar a relação entre juventude e política.

Para tanto é necessário que a essa análise compreenda a história da trajetória pessoal e política desses jovens candidatos, pois se torna imprescindível considerarmos aspectos como a participação ou não desses jovens nos mais diversos segmentos

organizados de juventude ou em outras formas de organização de cunho político-social, que não se restringe exclusivamente a temáticas dos jovens.

Tal análise sócio-ocupacional poderá nos dar a noção de como esse segmento é recrutado nos partidos políticos tendo por base empírica a forma como está organizado o sistema partidário e o sistema eleitoral brasileiro. Dessa forma surge outro problema. Participar desses movimentos seria uma condição única necessária para que um jovem seja recrutado e tenha seu nome na lista eleitoral apresentado no partido por qual é filiado? No primeiro caso, é fundamental que consideremos a análise de Maurice Duverger, onde ele constata que “em um sistema de partidos múltiplos e independentes, correspondente à representação proporcional, são incertos os resultados” (DUVERGER: 422), o que leva-nos levantar a uma outra questão: tal incerteza, também eleitoral, fomenta as candidaturas desses jovens?

Outro aspecto seria o sistema eleitoral de lista aberta, pois dependendo da circunscrição eleitoral e a magnitude eleitoral, os partidos políticos buscam lançar uma quantidade de candidatos (as) suficientes a garantir-lhes cadeira (s) no parlamento (NICOLAU, 2004: 07). Para isso, recrutam candidatos (as), considerando aspectos legais como a quota de gêneros (mesmo quando essa cota não é inferior ao estabelecido, conforme demonstra Álvares (2005: 206)). Assim, a lista aberta contribuiria para o surgimento dessas candidaturas?

O recrutamento político de candidatos é uma prática comum dos partidos tendo em vista que esses levam em consideração dentre outros aspectos a magnitude eleitoral. NICOLAU (2006) afirma que o número de eleitores é particularmente importante para definir certos padrões de relação entre representantes e representados. Assim, os partidos políticos buscam entrar na disputa eleitoral com maior número de candidatos, pois dependendo do município o coeficiente para um partido obter uma cadeira pode ser considerado alto, estando aí a razão de muitos desses partidos lançarem o máximo de candidatos que a lei permite, ou seja, até 1,5 candidato por vaga no parlamento, subindo para 2 candidatos por vaga, caso haja coligação proporcional.

A primeira hipótese que levantamos é que esses jovens são recrutados pelos partidos políticos em virtude de seus trabalhos desenvolvidos juntos aos movimentos de juventude, de bairro, ou ONG's e que essa trajetória política é levada em consideração pelos partidos no momento do recrutamento, pois para os líderes partidários esses jovens são candidatos com enorme potencial de voto.

O sistema eleitoral brasileiro possui algumas características intrínsecas de sua constituição e que fazem com que os competidores criem condutas que os levem a uma condição de vitória no jogo democrático. Esse sistema ajuda a explicar o comportamento individualista dos políticos e contribui para a baixa institucionalização do sistema partidário. (MAINWARING, 2001: 302).

O voto em lista aberta, somado tamanho personalismo que destaca o candidato e secundariza os partidos faz com que levantemos outra hipótese: os jovens, mesmo ocupando algum lugar nessa oferta de candidatos no processo eleitoral, tendo em vista que os mesmos estão amparados legalmente para pleitear vaga no legislativo, não conseguem ter uma votação que lhes possa garantir uma cadeira nos parlamentos municipais, e suas votações acabam contribuindo para que candidatos idades mais elevadas, mandatários ou não, sejam (re) eleitos.

A terceira hipótese considera a existência de certo equilíbrio nas respostas dos candidatos petistas e pessedebistas entrevistados principalmente no que se refere a suas trajetórias político-partidária, a forma como foram selecionados para serem candidatos e, por fim, as dificuldades de campanha.

Utilizaremos como recurso metodológico formulário com perguntas abertas e fechadas na qual procuraremos saber a trajetória pessoal, político-partidária dos jovens candidatos dos municípios em questão e como se deu seus respectivos recrutamentos partidários e como foram selecionados nas instâncias partidárias para competirem eleitoralmente. Finalizando, nos deteremos a verificar a campanha eleitoral vivenciada pelos entrevistados e seus respectivos desempenhos eleitorais, considerando todas nuances que caracterizam o sistema político-eleitoral no Brasil.

Alguns aspectos devem nos dar a fundamentação teórica para o desenvolvimento dessa pesquisa, estando aí a necessidade de definirmos algumas categorias e recorrer a literatura nacional e internacional que discorrem sobre juventude, partidos, recrutamento partidário, seleção de candidaturas e eleições. É justamente nessa ordem que procuraremos organizar nosso trabalho.

Inicialmente, no Capítulo 1, buscaremos analisar o conceito de juventude e como a mesma concebe a democracia, existindo uma pretensão de correlacionarmos as duas categorias a partir da participação, visão e formação política dos jovens. Pretendemos explicar o tratamento dado pelos preceitos democráticos aos jovens, estando aí a necessidade de recorrermos a pesquisas que trazem temáticas que versam sobre participação política, pesquisa de opinião sobre temas políticos, etc.

No segundo capítulo estaremos focando nossa análise no que tange a legislação e o sistema eleitoral no Brasil. Estaremos fazendo uma breve apresentação história sobre as mudanças ocorridas nas leis eleitorais e que de certa forma influenciou em questões de faixa etária. Para isso nosso desenho metodológico será fazer uma revisão literatura sobre autores brasileiros e brasilianistas. Essa revisão da literatura nos dará o conhecimento de como na história do Brasil os jovens foram sendo incluídos num importante processo de decisão política que são as eleições.

Em seguida, abordaremos a relação jovens x partidos políticos abrangendo as teorias partidárias clássicas como Maurice Duverger, Giovanni Sartori, Robert Michels e Angelo Panebianco, além de recorrermos a literatura brasileira que versa sobre a temática. Também focaremos nossa análise a uma nova forma de participação partidária do jovem: a participação virtual. Analisaremos como os partidos, utilizando-se de um importante meio de comunicação de massa vêm tratando os jovens brasileiros.

No capítulo final, analisaremos os dados que obtivemos através da aplicação dos questionários referente às questões mais relevantes sobre a formação das candidaturas dos jovens entrevistados.

O desenho em que se deu a coleta dos dados dessas candidaturas tem como orientação metodológica o estudo de caso, por ser a maneira mais apropriada para se realizar um estudo em profundidade de determinado grupo como tem colocado Michaliszyn e Tomasini (2005, p.32): “estudo profundo e exaustivo de indivíduos e instituições em particular, de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento”. Para Goldenberg (2003) esse tipo de método supõe que o conhecimento a cerca de determinado fenômeno possa ser adquirido por meio de uma exploração intensa de um único caso, reunindo o maior número de informações detalhadas com o objetivo de assimilar a totalidade de uma situação. Os autores citados têm colocado que os procedimentos de pesquisa que normalmente relacionam-se com o método de estudo de caso é a observação participante e as entrevistas em profundidade.. Escolheu-se para o presente estudo, o segundo tipo de técnica, por se ter como objetivo investigar o quadro partidário no que se refere à candidaturas de jovens na faixa etária no município de Belém, como deter a investigação sobre o processo da formação dessas candidaturas para o pleito de 2008 identificando o perfil desses jovens candidatos, suas trajetórias político-pessoal e trajetórias de carreiras políticas. Por se tratar de um estudo de caso, não nos eximiremos de analisar comparativamente como se dá o processo de candidaturas no PT e no PSDB.

A entrevista é considerada também um dos recursos mais flexíveis em pesquisa e, portanto, permite melhor obtenção de informação sobre as crenças, os saberes, os motivos, pretensões, valores e outro sobre as pessoas (GIL, 1999), devido o seu caráter mais informal, permitindo o diálogo. Michaliszyn e Tomasini (2005) acrescentam que a aplicação de questionário é uma maneira de levantar dados fazendo uso de uma série organizada de tópicos ou perguntas escritas que deverão ser respondidas pelo entrevistado convidado a participar da pesquisa.

É importante salientarmos que mesmo tendo ciência das mais diversas interpretações sobre o “conceito juventude” e o “ser jovem”, não seguiremos o que a UNESCO estabeleceu o que vem a ser os pertencentes a esse segmento: justamente aqueles que se encontram na faixa etária entre 15 (quinze) e 24 (quatro) anos.

A dificuldade em encontrarmos os candidatos que pleitearam uma vaga na Câmara Municipal de Belém e os poucos candidatos que se apresentaram entre 18 e 24 anos, fizeram com que nós detivéssemos nossa análise aos dois partidos que vêm polarizando a disputa eleitoral no Pará e no Brasil e aumentássemos a faixa etária para os 29 anos, idade máxima para alguém ser considerado jovem, segundo a Secretaria Nacional de Juventude, ligada ao Gabinete da Presidência da República. Outro fato que contribuiu para que analisássemos somente duas legendas organizadas no município de Belém: o Partidos dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia (PSDB). Como estamos tratando de candidatos a vereadores, a legislação eleitoral estabelece que a idade mínima para a disputa é de dezoito anos, definindo nossos entrevistados a partir dessa idade até os vinte e nove anos.

CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA E JUVENTUDE

1.1 – Buscando conceitos de juventude

Em um extenso trabalho, realizado em 2004 denominado “Políticas Públicas De/Para/Com Juventudes”, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) refere-se a juventude como “o período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero”. (UNESCO, 2004, p.23).

A antropóloga Regina Novaes (2007) alerta para as mudanças conceituais que o termo juventude foi sofrendo ao longo do tempo.

De início, vale lembrar que questionar a universalidade da categoria juventude significa reconhecer sua historicidade. Variam as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades constroem sobre seus jovens. De fato, definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida (NOVAES, 2007).

Para compararmos situações de jovens nos mais variados contextos e fazer um acompanhamento da evolução no tempo, estabelecemos ciclos de idade. Porém é necessário se perguntar quais são esses ciclos? Não é raro definirmos partindo de enfoques biológicos e psicológicos, onde transformações que ocorrem no indivíduo vão diferenciando o “ser adolescente” do “ser criança”. Porém, quando tais parâmetros são mensurados entre juventude e vida adulta, torna-se muito mais complexa tal definição, principalmente da enorme abrangência do âmbito juvenil. Essa complexidade deve-se a forma, em muitos casos, abrupta de como sociedades com economias basicamente rurais torna-se urbanisticamente industrializadas, tornado-se em seguida sociedades do conhecimento. “A perda da nítida definição do que seja um ‘ser adulto’, inclusive no

que se refere aos hábitos, uma vez que existe uma tendência à juvenilização dos adultos, em particular quanto à aparência e costumes” (UNESCO, 2004, p.24).

Zanetti (2001) alerta sobre o cuidado que é necessário ter quando abordamos o tema juventude, em virtude de “não estarmos tratando de uma uniformidade, de um padrão determinado por uma fôrma” (ZANETTI, 2001, p.45). Alguns fatores podem ser atribuídos para a condição de jovens, dentre eles a busca da autonomia, a revolta, a agressividade, a organização grupal, etc. E esse aspecto tende a ocorrer na fase transitória entre a infância e a vida adulta, pois é aí que o indivíduo tende a ganhar autonomia.

Em seu artigo “Juventude , tempo e movimentos sociais”, Melucci (1996) fala sobre o poder simbólico que a categoria juventude carrega e que a condição do ser jovem não se resume exclusivamente ao fato da idade, ou por questão biológica, mas haveria um importantíssimo aspecto cultural como definidor, também, dessa condição.

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais (MELUCCI, 1996).

Dentre os mais diversos grupos populacionais, talvez os jovens sejam os que mais enfrentam as maiores incertezas em virtude da globalização.

“Vivemos numa sociedade planetarizada, na qual as transformações sociais são cada vez mais freqüentes e intensas, numa outra relação com o tempo e o espaço. Uma sociedade na qual o eixo fundamental é a produção e circulação de informações, e especialmente um tipo particular de informação que é a imagem. Por meio da intensificação da velocidade das informações, os jovens entram em contato e de alguma forma interagem com as dimensões locais e globais, que determinam-se mutuamente, mesclando singularidades e universalidades, tendo acesso a diferentes modos de ser, a diferentes modos de viver, a diferentes modelos sociais que terminam interferindo nos processos identitários” (DAYRELL; GOMES, 2005, p.11).

Além disto, segundo Novaes (2007), a vivência da condição juvenil é também diferenciada em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações

que atingem diversas etnias. Mas isto ainda não é tudo. Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. “Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos”. Esse fator pode ser decisivo para uma maior participação política dos jovens, principalmente quando organizados nos mais diversos movimentos sociais.

1.2 - Juventude e Participação Política

A entrada em cena da chamada sociedade civil no Brasil, de forma mais acentuada, aconteceu a partir das últimas décadas do século XX, como efeito de sua própria organização e pelos novos papéis a ela atribuídos. A presença da sociedade civil no cenário político trouxe novos sujeitos para o espaço público, o que gerou um conjunto de imprecisões quanto a sua natureza (PINTO, 2006). Mesmo não havendo estudos detalhados sobre faixa etária dos atores que atuam em entidades, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (sejam elas estudantis, comunitárias, sindicais, rurais, ambientalista, cristãs, etc.) é perceptível a presença de jovens que assumem um papel de não serem apenas coadjuvantes no papel político dessas organizações, mas buscam ser protagonistas nos debates políticos travados diante dos mais variados temas, principalmente o que tange as políticas sociais.

Sem dúvida, a sociedade moderna busca ampliar as possibilidades de integração social da juventude, principalmente através da sua participação gradual nos recursos culturais e processos decisórios, que caracterizam o regime democrático de governo. Isto passou a acontecer no Brasil nas últimas décadas, com a democratização do país iniciada nos anos 80 (KRISCHKE, 2003).

Antes de abordarmos a relação entre juventude e participação política é necessário termos claro o significado dessa última categoria, pois a nossa compreensão aqui é de que a mesma esteja relacionada a uma atitude ativa em relação ao processo político, conforme demonstra o cientista social Norberto Bobbio (1995):

na terminologia corrente da ciência política, a expressão ‘participação política’ é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato numa campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além (BOBBIO et al., 1995, p.888).

Segundo Zanetti (2001) essa participação pode dar-se em diferentes níveis e intensidade. Assim a participação pode ser com a “presença sob a forma de ativação” ou mesmo de “participação no sentido estrito”, significando tomar parte do próprio processo de decisão política. (ZANETTI 2001, p.31).

Bobbio (1995) também nos dará a noção da categoria “política”, considerando as mais variadas definições que o termo foi obtendo ao longo da história, sejam essas definições dadas por filósofos, historiadores, cientistas sociais, etc. Assim para este pensador “na época moderna o termo perdeu seu significado original (...) passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que de alguma maneira têm como termo de referencia a *polis*, ou seja, o Estado” (BOBBIO *et all.*, 1995, p.954). Logicamente que o participar político dos jovens surge a partir de motivações, o que nos leva a indagar quais seriam tais motivações? As mesmas devem ser entendidas como algo capaz de criar interesse ou chamar a atenção dos jovens no campo da política, conforme nos mostra Zanetti (2001, p.32): “Algum estímulo que tenha o poder de fazer com que o jovem ‘se ligue’, se interesse pelos assuntos da política”.

Falar em democracia na contemporaneidade, então, é incluir um segmento fundamental na prevalência da mesma: a juventude. Esse segmento fora de fundamental importância para que muitos regimes pudessem ser drasticamente mudados e ali ser erguidos alicerces democráticos que perduram até os dias atuais. Conquistas democráticas perpassam pela obtenção de inúmeros direitos de cidadania e a juventude foi um segmento que não ficou a margem desse processo e ao longo do tempo foi protagonizando feitos de participação política que se tornaram fatos marcantes e possibilitaram o surgimento desses direitos.

Talvez por isso, a observação da história indique que os movimentos de ruptura em relação a estruturas sociais que começam a mostrar-se incompatíveis com novas condições de vida e de convivência atraem particularmente a participação juvenil. Nesses momentos, os jovens costumam tomar parte da ação, situando-se, muitas vezes, à frente dela. (RABAT, 2002)

A participação dos (as) jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos. Muitas vezes há exagero quando se denuncia a “apatia juvenil” e se deixa de perceber que a “crise de participação cidadã” é fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população (BOKANY; VENTURI, 2005).

A crítica mais acentuada sobre os (as) jovens pode estar na “função sociológica” que as sociedades modernas atribuíram à juventude de ser agente de revitalização da vida social, força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança (MANNHEIM, 1968). Em grande medida, as generalizações sobre a “apatia juvenil” são agravadas pela insuficiência de pesquisas que permitam com alguma precisão apreender e interpretar as situações pelas quais os (as) jovens, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais, expressam processos de recusa, impossibilidades ou mesmo apontam para novas práticas de participação de solidariedade e conflito que já praticam ou com as quais aceitariam se envolver. Muitas dessas práticas se tornam invisíveis para os sentidos dominantes, que dizem ser mais legítimos determinados ideais de participação ou mitos participativos do passado, tais como aqueles que se associam ao “jovem radical” (IANNI, 1969) dos anos 60.

Diferentemente das gerações anteriores, que trazem em sua história a experiência de participação política baseada nos ideais socialistas ante o conflito de classes, a inquietude política dos (as) jovens encontra hoje outro ambiente de recepção. O campo da ação política hoje se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classes, traz as marcas da redefinição entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política. Os (as) jovens brasileiros (as) têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópico e muito freqüentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, “as

novas formas e temas pelos quais os (as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política” (IBASE; POLIS, 2005).

Sem dúvida, pensar os distintos significados da participação política para a juventude pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas a essa questão.

Assim, como nos mostra a antropóloga Regina Novaes “ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e, ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação” (NOVAES, 2007, p.7). Essa emancipação está relacionada a percepções e demandas por direitos, a incessante busca do “incluir-se” socialmente, enxergando-se como “sujeito de direitos”.

Sempre é bom lembrar que na cultura política moderna, a noção de “direito” personificou e sintetizou a promoção da igualdade (NOVAES, 2007, p.13). Destarte, podemos afirmar que todo o cidadão, incluindo o (a) jovem, passou a ser formalmente um portador (a) de direitos. Vale frisar, ainda, que esse (a) jovem enquanto “sujeito de direitos” é algo muito recente e tem sua fundamentação a partir de uma reapropriação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na segunda metade do século XX.

Silva e Souza (2007) sinalizam para o fato de a participação política poder ser renovada por meio de outras linguagens, novos valores e formas de participação. Cada microcultura irá proporcionar formas específicas de expressão e, como consequência, teremos uma diversidade de movimentos engajados na luta e defesa de seus ideais. Para ele, o surgimento das preocupações ecológicas e o ressurgimento de preocupações políticas na modalidade da responsabilidade social são exemplos de resistência pela força da criatividade.

Certamente um dos espaços que os (as) jovens atuam e que fazem com que politicamente possam ter um maior grau de conhecimento são os movimentos sociais, não somente os “tipicamente” de juventude, mas todos aqueles que contestam direitos e maior participação nas esferas políticas da sociedade.

A análise da participação ou não-participação da juventude em movimentos sociais apresenta inúmeras nuances, a exigir a colaboração de diversas áreas do conhecimento, da psicologia à sociologia e à história, até da biologia (RABAT, 2002).

Melucci (1996), também alerta para a existência de conflitos antagônicos entre classes e a possibilidade de sua manutenção criar as condições para a existência de espaço nas quais os atores podem variar. Tais espaços são preenchidos por diferentes

atores que expõem para toda a sociedade questões relacionadas com o sistema na sua totalidade e não só com um grupo ou uma categoria social.

Evidentemente, as formas empíricas de mobilização contêm, como vimos, numerosas dimensões. Mas através de certos aspectos da ação a juventude sinaliza um problema relacionado não somente com as suas próprias condições de vida, mas também com os meios de produção e distribuição de recursos de significado. Os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra aos critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da 'natureza interna' (MELUCCI, 1996).

Ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos "juvenilizados" em torno de diferentes experiências sociais participativas.

A pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas (Polis), realizada em 2005, com 8 mil jovens, entre 15 e 24 anos de idade, moradores de sete regiões metropolitanas do país, demonstrou que 65,5 % dos entrevistados (as) procuravam se informar sobre política, mas sem participar diretamente. Este estudo aponta caminhos diversificados para participação do (a) jovem na vida política, ou seja, em entidades estudantis, organizações não-governamentais, partidos políticos e movimentos sociais, mas também no voluntariado e nas formas autônomas de participação, como em grupos artísticos, musicais, religiosos, etc.

1.3 Como os jovens vêem a política?

A participação política da juventude requer que os (as) jovens possuam o mínimo de interesse por assuntos políticos e tais assuntos são acessíveis através da difusão de informações. Os números do relatório da pesquisa "O Jovem e a Política"⁵,

⁵ A pesquisa é o resultado da parceria entre o Instituto da Cidadania, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da direção de escolas privadas da região metropolitana de São Paulo. A metodologia da A

realizada com jovens na faixa etária entre 15 e 21 anos no Estado de São Paulo nos dão uma amostra sobre o conhecimento político desse segmento. Para um melhor procedimento metodológico a pesquisa foi realizada com jovens em dois níveis de escolaridade: aqueles (as) que estão no ensino médio e aqueles (as) que fazem cursos de suplências.

A grande maioria dos (as) entrevistados (as) (88,52%) expôs que os telejornais acabam sendo os principais instrumentos de informação sobre a vida política. Em segundo lugar vêm as leituras em jornais (36,57%), seguida das conversas entre amigos (29,54%) e a leitura de revistas (23,52%)⁶. As conversas em famílias e a *internet* apareceram de forma majoritária como outras opções quando a questão foi respondida de forma espontânea.

A partir dos números acima podemos constatar que a televisão e a *internet* são os meios de comunicação imprescindíveis para que o jovem se informe sobre assuntos políticos, o que não é surpreendente tendo em vista a rapidez e dinamicidade com que esses dois instrumentos fazem a informação chegar ao público e como se tornam atrativos para esse segmento. Porém, causa surpresa quando nas respostas espontâneas a família exerça um papel tão importante na “formação política”, tendo em vista que na sociedade moderna temáticas como drogas, violência e sexo sempre aparecem como preocupação central dos pais em relação aos filhos.

Outro dado interessante da pesquisa é que, mesmo tendo pouco conhecimento sobre a atribuição de cada um, a grande maioria dos (as) jovens entrevistados souberam responder o nome do presidente, do governador (no caso o de São Paulo) e do prefeito de sua cidade. Entre aqueles (as) que cursavam o ensino médio 96, 94% acertaram o nome do presidente da República; 92,22% souberam responder o nome do governador e; 80,65% acertaram os nomes dos prefeitos de seus respectivos municípios.

“O grau de acerto dos (as) estudantes do ensino médio contrasta com os alunos (as) da suplência. Dos alunos (as) que fazem supletivo 88,89% sabem o nome do presidente, 86,11% o do governador e 68,06% o nome dos prefeitos” (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2006). Independentemente do nível de escolaridade, percebe-se que nos dois grupos as figuras do presidente e do governador são mais conhecidas, sobressaindo-se em relação a do prefeito. O que merece uma melhor investigação, pois,

⁶ Esta questão permitiu a múltipla escolha dos meios de informação, assim, não há possibilidade de a soma das escolhas parciais atingirem a cifra de 100%.

esses (as) jovens haveriam de conhecer melhor os chefes dirigentes municipais, em virtude que esses últimos tentam capitalizar politicamente todas as obras e recursos destinados a seus municípios provindos da União e do Estado.

Em uma pesquisa mais abrangente, contemplando jovens de todas as regiões do Brasil, realizada pelo “Projeto Juventude”⁷, intitulada **Perfil da Juventude Brasileira**, os dados comprovam que existem, entre os entrevistados (as), um interesse mediano por assuntos que compreendem “governo e política”. Constatou-se que os (as) jovens que mais se interessam por esses temas são os que têm renda familiar acima de 10 (dez) salários mínimos, e que estão na faixa etária entre 21 e 24 anos, cursando nível superior e do sexo masculino. Os que menos se interessam por tais assuntos são os de renda familiar até 1 (um salário mínimo), de escolaridade primária e que são meninos e meninas na faixa etária de 15 a 17 anos. Outro dado passível de comentários é que quando questionados sobre os “**assuntos que gostariam discutir com os amigos(as)?**”, o item política aparece como a última opção, dentre vários outros aspectos da vida social. Não muito diferente ocorre quando a questão levantada se refere “**que assuntos esses jovens gostariam de discutir com os pais ou responsáveis?**”.

1.4 - A Formação da Consciência Política

Ao examinar o efeito do processo de socialização sobre a formação da consciência política em um grupo de jovens que votaram pela primeira vez nas eleições de 1989, Matos (1989), por meio de entrevistas, buscou identificar a orientação política seguida por eles (as) e como formaram suas escolhas, constatando, ainda que aspectos sociopsicológicos são determinantes para a formação de uma personalidade democrática desses (as) jovens, destacando a tolerância à diversidade e a autonomia moral, bem como aspectos de socialização familiar, o papel da comunidade em que vive além da condição de classe social. Uma maior intervenção socializadora da família favorece o

⁷ A pesquisa **Perfil da Juventude Brasileira** é uma iniciativa do **Projeto Juventude/Instituto Cidadania**, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da **Criterion Assessoria em Pesquisas**, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro e 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

desenvolvimento da consciência de uma forma de vida democrática, mesmo que esse fator não seja determinante na coloração ideológica do voto dos (as) jovens.

empiricamente, embora o grupo-amostra não possuísse fundamentos probalísticos mais exploratórios, os dados revelaram uma frequência elevada de casos em que as famílias não fecundam em suas crianças uma capacidade de gerirem projetos de vida próprios, o que resulta ser um fator a mais de legitimação precária do sistema político brasileiro (MATOS, 1993, p.401).

Analisando o processo político brasileiro, relacionando com o desenvolvimento da consciência política da juventude, esse autor concluiu sua pesquisa indicando a capacidade dos (as) jovens em orientar seu voto conforme seus próprios interesses, incluindo a possibilidade de corrigir os rumos do voto, garantindo-lhe uma maior consistência. Dentre os vários pontos de conclusões abordados por Matos (1993, p. 403-404), um merece destaque, justamente o que aborda esse conjunto de interesse dos (as) jovens:

A instituição do voto facultativo aos 16 anos de idade pela Constituição Federal de 1988, contém em si o pressuposto de um certo aprimoramento subsequente do sistema de representação política nacional. Se o adolescente brasileiro já possui interesses próprios cristalizados, competência para realizar escolhas coerentes em torno desses interesses e responsabilidades para assumir as conseqüências daí advindas, então a atuação política do jovem cidadão poderá mesmo ser tomada como contraponto corretivo da exagerada volubilidade e erraticidade comumente notada do voto adulto.

Podemos afirmar, então, que para este autor o jovem seria capaz de adotar atitudes autônomas em relação ao processo político eleitoral, criando sua própria escala de valores políticos adotando uma atitude política que difere dos adultos. Esse grau de autonomia demonstra um crescente protagonismo desses (as) jovens em relação aos adultos, dessa forma seus interesses criam formas de resistência, que, podemos afirmar assim, são manifestadas no voto.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Comunicação de massa e política na percepção dos (as) jovens entre 16 e 17 anos”, Maria Dayse Hora (1990) identifica os conceitos adquiridos pelos (as) jovens de 16 e 17 anos sobre partido político,

democracia e voto, observando o grau de maior ou menor envolvimento em interesses sobre assuntos políticos. Segundo a pesquisa 49, 4% dos (as) jovens entrevistados (as) não conseguiram expressar qualquer idéia sobre partido político. Esse número se reduz para 34% quando esses (as) jovens tinham como escopo definir o conceito de democracia. Porém, o menor percentual foi em relação ao voto, pois apenas 18% não souberam expressar qualquer idéia sobre esse instrumento democrático.

Hora (1990) destaca ainda o fato que as informações obtidas pelos jovens tem como principal difusor a televisão (39%), seguido do jornal (20,8%), o rádio (11, 4%), famílias (11,2%), professor/escola (8%), amigos (7,8%), igreja (0,7%) e sindicato (0,1%). Partindo desses números podemos notar o quanto os meios de comunicação de massa exercem um significativo grau de influência sobre o interesse ou o desinteresse dos (as) jovens pelos pleitos eleitorais, assim como ter definições sobre partido político, democracia e voto.

Os meios de comunicação de massa são aparelhos ideológicos mais potentes hoje do que a escola. O estado detém o poder destes meios na medida em que se é, sabe que é seu maior cliente, portanto, seu grande mantenedor, além de gerir as concessões como é o caso dos canais de TV (HORA, 1990, p. 120).

Os números mostram a influencia dos meios de comunicação de massa sobre a formação da opinião dos (as) jovens sobre assuntos políticos, entretanto, essa autora destaca que há um razoável grau de resistência onde há um relativo grau de autonomia, contrapondo-se a idéia de que a mídia determinaria os padrões de condutas políticas da juventude. O recebimento de tais influências para a participação na sociedade não tolhe a vivência de uma ação protagonizadora nas ações sociais e políticas, e isso fica mais perceptível nas diversas formas de expressão e de identidade.

Para a UNESCO (2004), no entanto, esse desejo de participação juvenil seria oscilante, alternando períodos de visibilidade pública e períodos onde haveria graus de invisibilidade de participação política.

Tudo parece estar intimamente relacionado com a transitoriedade da condição juvenil que leva, diferentemente dos trabalhadores ou das mulheres que se guiam, sobretudo, pelas dimensões materiais da existência, os jovens se orientam especialmente por interesses não necessariamente voltados a seu ciclo de vida (UNESCO, 2004, p.31).

Novamente pode-se cair na discussão sobre a suposta “apatia juvenil” no referente à participação política, havendo uma comparação entre as atuais gerações de jovens com os jovens de outras épocas, principalmente os dos anos de 1960 e 1970. Contudo, caso consideremos as pesquisas mais recentes, os dados têm demonstrado que há uma considerável linha de distância entre os (as) jovens e importantes instituições sociais que poderiam contribuir na formação da consciência política dos mesmos. Os partidos políticos, o parlamento, a polícia e a justiça são vistos de forma crítica pelos (as) jovens, que ao perceberem como se estabelecem os mecanismos de funcionamento dessas instituições não dão qualquer grau de confiabilidade, e em muitos casos tais instituições tornam-se ilegítimas frente a esse segmento. Esse fator indica que se trata de um problema ligado às instituições e sua dinâmica específica na sociedade atual, o que no processo de formação política, não significa, necessariamente, qualquer ideário antidemocrático por parte desses jovens.

Na realidade, tudo que parece indicar que a chamada “apatia juvenil” se relaciona com a desilusão que estariam produzindo as instituições que funcionam cada vez mais ligadas a graves problemas relacionados com a corrupção e a falta de transparência e eficácia na gestão e se aprofunda mais diante das crises de governabilidade em que se encontram vários países da região. O certo é que quando os jovens percebem possibilidades reais de incidir nas decisões participam com grande entusiasmo, como ocorreu com (...) a participação dos jovens por eleições diretas (o Movimento Diretas Já, em 1984) e pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992 (UNESCO, 2004, p. 32).

II CAPÍTULO - LEGISLAÇÃO E SISTEMA ELEITORAL – Onde está a juventude ?

A elaboração de uma Lei Eleitoral para um determinado país ou estado é a definição das regras que levará a cabo a representação dos habitantes dessa região em seus órgãos legislativos e executivos ordenando suas preferências através da distribuição de um ou mais assentos (principalmente das Câmaras Baixas) em conformidade com aquilo que for expresso pelos eleitores em seus votos, seja proporcional para eleições legislativas, ou majoritário para eleições legislativas e executivas (DALMORO; FLEISHER, 2006, p.85). Estabelece-se um conjunto de regras que determina como se dará a representação, quanto aos representantes, prazo de mandatos, além de outras nuances que regem um processo eleitoral.

Deve-se, justamente, à Lei Eleitoral o poder de restrição ou de ampliação dos partidos competidores nos órgãos de representação:

Em todas as eleições há regras previamente definida para a distribuição dos cargos em disputa. Mesmo com votações iguais, as forças políticas podem ter diferentes frações do poder disputado em consequência das regras eleitorais (NICOLAU, 1999, p.11).

Poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto à do Brasil (NICOLAU, 2002). Evidentemente que as históricas mudanças nas estruturas políticas do país irão alterar, na grande maioria dos casos, as regras eleitorais, tendo em vista os interesses daqueles que ocupam e procuram manter-se dentro das instâncias de poder decisório. Por ser elaborada por representantes do povo sujeitos a ela, acaba caindo em pontos subjetivos que dão margens aos resultados mais diversos e, muitas vezes, não refletindo fielmente, ou nem por menos isso, aquilo que os eleitores desejam (DALMORO; FLESCHER, 2006, p.86).

Após essa breve definição de Lei Eleitoral, nosso propósito passa ser o de analisar a forma como ao longo da história política do Brasil as regras que norteiam os processos eleitorais foram sendo modificadas e como tais modificações acabaram influenciando na participação política ou não dos sujeitos que estão dentro da faixa etária definida por nós nesta pesquisa. Vale frisar que não é nosso objetivo analisar minuciosamente tais regras eleitorais, ou mesmo nos prendermos a detalhes dos contextos históricos e políticos e eleitorais. Destarte, devemos focar as atenções,

principalmente, as seguintes questões: Quem podia votar, considerando vários aspectos da vida social, dentre eles a faixa etária? Quem poderia ser votado, também considerando tais aspectos? Que sistema eleitoral era adotado?

A inexistência de séries históricas de dados sociais sobre os eleitores nos impede de avaliar longitudinalmente a composição social do eleitorado (LIMA JÚNIOR, 1999), um dos fatores indicativos de qualquer eleição. Nesse sentido, reconhecemos que algumas categorias imprescindíveis para a constituição de um processo eleitoral deverão ficar ausentes ou não receberão os devidos comentários que mereceriam.

2.1 As regras eleitorais no império

Durante o Império escolhiam representantes para a ocupação de cargos para a Assembléia Provincial (o Poder Legislativo das Províncias), para a Câmara dos Deputados e para o Senado. No último caso, havia uma espécie de lista tríplice, onde os três mais votados se submetiam a vontade do imperador que escolhia um nome. Para essas três esferas de poder as eleições eram indiretas, ou denominada votação em “dois graus”.

...os votantes escolhiam os eleitores (primeiro grau), que por sua vez elegiam os ocupantes dos cargos públicos (segundo grau). A partir de 1881 todas as eleições passaram a ser diretas (NICOLAU, 2002, p. 11).

Para a ocupação de cargo político no âmbito local, as regras não se diferenciavam: votantes escolhendo por via direta os eleitores, e estes, por sua vez, escolhiam os que deveriam ocupar os cargos de importância política que eram o de “juiz de paz” (responsável pela arbitragem de conflitos e por assegurar a ordem pública) e o de “vereador” (responsável pela administração das vilas e cidades). Mesmo não existindo qualquer impedimento explícito às mulheres, elas, ao lado dos escravos, não participavam do processo eleitoral.

A ausência de pesquisas detalhadas sobre a faixa etária dos sujeitos votantes e eleitores e dos candidatos a ocuparem os principais cargos públicos, abre precedentes para que algumas hipóteses sejam levantadas.

A primeira se refere ao voto censitário, tendo em vista que para ser votante, o sujeito deveria ter uma renda de no mínimo 400 mil réis, quantia esta aumentada quando o sujeito estava no grau de eleitor, pois detinha uma renda média de 800 mil réis.

O voto censitário excluía uma parcela significativa de sujeitos que não detinham a quantia mínima exigida pela legislação eleitoral, ficando a participação de decisão somente a um grupo que acabavam tomando pra si o processo de escolha dos representantes parlamentares. Outro fator importante que reforça a nossa hipótese é o impedimento de direito ao voto às mulheres e aos escravos, assim como a imposição de limitações aos votos dos analfabetos, o que exclui outras parcelas numericamente expressivas do contexto eleitoral.

No referente a idade mínima, a Constituição de 1824 estabelecia que só teria direito ao voto os homens, com pelo menos 25 anos. Porém, a redução para 21 anos de idade era garantida para aqueles que eram casados ou que ocupavam cargos de oficiais. Clérigos e bacharéis não estavam presos a qualquer regra que os impedissem de votar, obtendo esse direito sem estar preso a limites mínimo ou máximo de idade.

A participação, desse período, segundo Lima Júnior (1999), era “duplamente falseada”: em primeiro lugar pelo uso de listas eleitorais pouco confiáveis (*ex-officio*) e, em segundo, pela necessidade de os resultados eleitorais “serem” reconhecidos pela Câmara, mediante o mecanismo arbitrário conhecido como “bico de pena”.

2.2 As regras eleitorais na primeira república

Decretada dois anos após a Proclamação da República, a Lei Saraiva (Decreto nº 3029) trouxe significativas mudanças nos procedimentos eleitorais, dentre as quais merecem destaque: i) a substituição da eleição em dois graus pela eleição direta; ii) desvinculação das cerimônias cristã-católica das atividades eleitorais; iii) a inclusão de não-católicos como candidatos, e; iv) a extensão dos votos aos libertos.

As mudanças no sistema eleitoral brasileiro desse período foram sempre marcadas por amplos debates parlamentares. Os modelos de democracia em processo de desenvolvimento em outros países eram partes da argumentação comparada feita pelo legislativo, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro (LIMA JÚNIOR, p.1999, p.26).

Entretanto, a mais relevante mudança foi a abolição da exigência de renda para ser eleitor ou candidato, o que incluiu muitos sujeitos na vida político-eleitoral do país. Em contrapartida, os analfabetos foram impedidos de votar por força de um decreto de 1889, que definia aqueles que teriam direito ao voto:

Consideram-se eleitores, para as Câmaras Gerais, Provinciais e Municipais, todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos que souberem ler e escrever (Decreto nº 6 de 19/11/1889).

A Lei Saraiva de 1882, do final do Império, e todas as constituições republicanas anteriores à de 1889 se distinguiram, sob este aspecto, pelo seu caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. O analfabetismo constituiu-se na grande vergonha nacional. O voto foi repetidamente negado aos analfabetos sob o argumento principalmente de sua incapacidade.

[...] a questão emergiu com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), a qual, de um lado, derrubou a barreira de renda, mas, de outro, estabeleceu a proibição do voto do analfabeto, critérios estes que foram mantidos, alguns anos mais tarde, pela Constituição republicana de 1891 (FERRARO, 2002).

O texto que regulou as eleições para a Constituinte reduziu para 21 anos a idade mínima para ter direito ao voto (para os casados, oficiais militares, bacharéis formados, doutores e clérigos o direito de voto independia da idade (NICOLAU, 2002: 27). Não havendo qualquer mudança por parte dos constituintes, o direito de voto para os homens maiores de 21 anos foi assegurada na primeira Constituição Republicana do Brasil.

2.3 - Da ditadura Vargas a ditadura militar: as leis eleitorais

Combate às fraudes e a criação do mecanismo de representação proporcional foram medidas que buscaram aperfeiçoar o processo eleitoral brasileiro, estabelecidas pelo Código Eleitoral de 1932. Trazendo consideráveis mudanças em seu bojo (dentre elas, sem dúvida alguma, a de maior importância foi a extensão do direito ao voto às mulheres), esse Código foi o primeiro vigente no país, surgindo com ele o direito

eleitoral brasileiro (até então, o sistema eleitoral era regido através de leis e decretos). As modificações substanciais às normas eleitorais atingiram a faixa etária do eleitorado: permaneceu o alistamento para os cidadãos maiores de 21 anos, porém, as jovens passam a fazer parte do eleitorado; extensão do voto aos naturalizados e aos setores religiosos.

A aspiração a um cargo eletivo significava estar em condições de elegibilidade, sendo que uma dessas condições era imprescindível: ser eleitor, o que acontece até os dias atuais. Álvares (1990), em sua análise sobre a história da participação política e partidária das mulheres paraenses constata que, apesar de um baixo registro de participação eleitoral, as mulheres, integradas às mais diversas ocupações, eram escolhidas por seus pares para disputar cargos de representação parlamentar, sendo que algumas delas eram grandes lideranças, apesar de serem jovens.

No Pará, as operárias da castanha elegeram Feliz Benohel, presidente da Concentração Feminina do Trabalho, para representar a classe trabalhadora as ela foi destituída da indicação pelo presidente da Federação da Classe Trabalhadora, Luis Martins e Silva. Feliz Benohel era uma jovem sufragista que organizara as mulheres na Associação de Classe e fazia parte da Liga Nacionalista do Pará. O conflito entre Feliz e Luis Martins e Silva foi muito grande e divulgado pelos jornais paraenses (ALVARES, 1990).

A lei nº 48, de maio de 1935, trouxe novas alterações nos quadros de alistáveis para exercer o direito de voto, dentre elas duas merecem destaque: o voto masculino que se tornou obrigatório, enquanto o voto para as mulheres permaneceu sob a custódia do exercício da função pública; e houve uma relevante redução da idade do eleitor de 21 para 18 anos. A redução da idade mínima de eleitores, somada a obrigatoriedade do voto e mais a extensão do voto feminino, além da aplicação de sanções para aqueles que não votavam não criaram qualquer estímulo de participação eleitoral por parte dos cidadãos, havendo uma enorme disparidade entre a quantidade de participantes nos pleitos eleitorais e a totalidade da população brasileira.

Apesar das potenciais punições para os não-cadastrados, do alistamento ex-officio e da redução da idade para 18 anos o contingente de adultos cadastrados para votar na primeira eleição (1933) ainda foi baixo: 3,9% (1,438 milhão em uma população de 36, 974 milhões) (NICOLAU, 2002, p.38).

O golpe de estado de 1937 teve como consequência a outorga de outra Constituição com “inovações” no quadro eleitoral. As eleições foram suspensas e os partidos e associações fechados, o Congresso Nacional também teve seus trabalhos suspensos por um longo período. A incipiente experiência democrática teve um interregno até 1945.

A primeira medida do processo de redemocratização do país foi a convocação, para dezembro de 1945, de eleições para presidentes e para senadores e deputados federais que iriam compor a futura Assembléia Nacional Constituinte. A Lei Constitucional nº 9 de 1945, baixa pelo então presidente Getulio Vargas, mantinha alguns dos instrumentos do Código Eleitoral de 1932 e que foram ratificados pelo Decreto Lei 756/1945, mais conhecido como Lei Agamenon. Essa Lei, além de considerar um sistema eleitoral baseado na proporcionalidade e criar as diretrizes que estimulou o funcionamento dos partidos, manteve a idade mínima para ser eleitor (18 anos), entretanto, a obrigatoriedade passou a ser estendida também para as mulheres, salvo as que não exerciam profissões lucrativas. Estabeleceu que a idade mínima para concorrer às vagas nas Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara dos Deputados era de 21 anos. Já para presidente, governadores e senadores, a idade mínima permitida era de 35 anos, o que impedia (e impede até hoje) de jovens aspirarem esses cargos políticos.

É imprescindível observar que a legislação (a Lei Agamenon, a Constituição e 1946 e a Lei nº 1.164) excluía do direito de voto diversos segmentos sociais. De forma categórica, o artigo 132 da Constituição reafirmou as exclusões ao alistamento e explicitou, também, que não podiam se alistar os que não soubessem exprimir-se na língua nacional e os praças de pré (cabos e soldados), salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior (LIMA, 2002).

Do ponto de vista da cidadania, as restrições ao direito de voto dos analfabetos e praças de pré devem ser vistas como bastante significativas, especialmente ao se levarem em conta alguns dados estatísticos da época. Hilda Braga informa que, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1945, para uma população de 46.215.000 habitantes, o número de eleitores inscritos era de 7.425.825, ou seja, apenas 16,07% da população estava habilitada a votar. Os dados das eleições de 1962 indicavam que a população era de 75.246.000 habitantes e o número de eleitores inscritos era de 18.528.847, ou seja, apenas 24,62% da população participava das eleições (BRAGA, 1990, p. 102).

O novo código eleitoral, promulgado em 1950, acabou com o alistamento *ex-officio*. Agora, o alistamento ocorria apenas por iniciativa do eleitor: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor.

As mudanças no contexto institucional, principalmente em relação à organização do sistema multipartidário, foi fundamental para extrair representantes das mais variadas camadas sociais, das diferentes ocupações profissionais e entre os aspirantes a cargos dos legislativos e executivos (ALVARES, 2004, p.16).

O Regime Militar, diferente do Regime Vargas, manteve eleições diretas para alguns cargos. Mesmo com a cassação de candidatos parlamentares e o fechamento do Congresso em dois momentos, as eleições proporcionais não foram suspensas. Porém, como afirma Kenzo (2004), “um regime que impõe fortes restrições a participação política não pode ser considerado indicativo do funcionamento efetivo dos seus mecanismos de representação”.

As principais mudanças impostas pelos militares na legislação eleitoral foram: i) a extinção do multipartidarismo e a instauração de um sistema bipartidário; ii) proibição de coligações intra-partidária; iii) obrigatoriedade do voto vinculado de todos os cargos eletivos; o voto de sublegenda entre outros. Talvez a mudança mais relevante versa sobre a retirada da cláusula de exclusão da cidadania política às mulheres “que não exerciam profissão lucrativa”. (KENZO, p.17).

2.4 Legislação eleitoral e a “Constituição Cidadã”

A reconquista dos valores democráticos se deu pelo retorno do sistema de participação política, através das eleições, sistema de sufrágio, organização dos partidos políticos e do nível de competição eleitoral. Alterando a Constituição Federal em vigência, a Emenda Constitucional 29/1985 foi excluindo os resquícios políticos do regime autoritário. Estabeleceram-se eleições diretas para presidente, em sistema de maioria absoluta, em dois turnos; convocação para eleições de prefeitos de capital e municípios considerados áreas de segurança nacional, e para prefeitos e vereadores dos novos municípios naquele ano; liberação das exigentes regras para a organização de partidos; fim das sublegendas, retorno das coligações; revogação da fidelidade

partidária; e a de maior relevância, em virtude de seu caráter incluyente, foi a inserção de direito ao voto aos analfabetos.

Nesse período de (re) democratização ocorreram várias modificações na legislação eleitoral, valendo ressaltar a redução do mandato presidencial para 4 anos (aprovada em 1990) e a Emenda Constitucional nº 16/1997, que permitiu a recandidatura dos chefes do executivo por mais um mandato consecutivo. Outras leis foram sendo criadas, visando a regulamentação em definitivo das eleições: a Lei 9.504/1997, que rege os pleitos eleitorais, amarra aspectos importantíssimos como prazo de domicílio e para filiação partidária para os aspirantes a candidatos, número de candidatos por partido em disputas por cargos proporcionais, propaganda eleitoral e distribuição de tempo no rádio e televisão, etc.

Dentre as várias mudanças ocorridas na legislação eleitoral nesse período, uma torna-se importantíssima para esse trabalho, considerando aquilo que nos propusemos a investigar: a introdução do voto facultado para jovens menores de 18 anos e com idade igual ou superior a 16 anos. Tal arranjo institucional ampliou a cidadania ativa (o direito de votar) à uma faixa etária da população que vem se tornando numerosa nos pleitos eleitorais. Segundo dados do TSE, em outubro de 2004, o número de jovens eleitores com 16 anos era de 1.496.288 e de 17 anos ultrapassava a casa dos dois milhões de eleitores (2.162.977):

O direito de escolha dos representantes é garantido a esses cidadãos que “sujeitos detentores de soberania política o utilizam para autorizar outros, os governantes, a agirem em seus nomes e nos nomes de seus melhores interesses” (ANASTASIA; NUNES, 2006).

Álvares (2004) afirma que “essa ‘trajetória do voto’ constituiu a história do processo de participação política (ativa e passiva) do indivíduo que antes emergia de um estado imperial e criava o arcabouço da legitimidade aos governantes, constantes naquele momento de conselheiros que administravam as cidades e hoje, no Estado Republicano, se acham nas representações, dos cargos legislativos e executivos”.

Da eliminação gradual dos impedimentos ao voto, a ampliação desse direito nas democracias contemporâneas (renda, gênero, geração e etnia) às medidas de *Advocacy* que têm controlado o equilíbrio de poder entre nações e clivagens exacerbadas (...) mudou-se o rumo na participação eleitoral com a entrada de novos atores e a consolidação democrática (ALVARES, 2004).

Os ares democráticos que soprava iam abrindo os caminhos para uma maior participação eleitoral da população. O crescimento do eleitorado em 18% (NICOLAU, 2002), que num primeiro olhar pode ser pífio, deve ser considerado de extrema significância, em virtude das restrições de participação política e do cerceamento às liberdades individuais e aos direitos civis durante duas décadas.

Nesses vinte anos pós-promulgação da “Constituição Cidadã”, notemos que inúmeras foram as mudanças na legislação eleitoral, porém, duas categorias parecem ser perenes na composição da mesma e de outras Constituições, antes em vigor no país: o sistema de proporcionalidade eleitoral e a lista aberta. Essas duas categorias estarão sendo analisadas a partir de agora.

2.5 O sistema eleitoral

A literatura da Ciência Política sobre eleições tem reservado a denominação “Sistema Eleitoral” ao conjunto de normas que definem: 1) a área geográfica em que definem os representantes que serão eleitos e em que os votos serão coletados e computados – as circunscrições ou distritos -; 2) os graus de liberdade à disposição do eleitor e, sobretudo; 3) a forma de traduzir os votos em cadeiras parlamentares ou em postos executivos (CINTRA, 2006). Espera-se de tais sistemas uma variedade de efeitos consensualizadores entre os diversos grupos que estão em constantes competições pelo poder político. Todavia, as mudanças ou a durabilidade que ocorrem neles resultam de conflitos e negociações entre as forças políticas. Os participantes do jogo político avaliam e reavaliam a função do sistema eleitoral, estipulando perdas e ganhos, com as alterações ou permanência no mesmo.

Lijphart (2003), em sua obra “Modelos de Democracia”, construiu um esquema que permite classificar as democracias contemporâneas em dois diferentes modelos, o majoritário e consensual. No abrangente às categorias Sistemas Partidários e Sistemas

Eleitorais, afirma que no modelo de Democracia Majoritária predomina o bipartidarismo e o sistema eleitoral é de cunho majoritário. Diferentemente ocorre na Democracia Consensual, onde o multipartidarismo e a representação proporcional demonstram ser intrínsecos a este modelo.

A princípio, podemos afirmar que, segundo o esquema analítico de Arend Lijphart, no Brasil cabe o último modelo onde temos um sistema partidário baseado na existência de uma quantidade considerável de partidos que disputam cadeiras parlamentares e executivos, além de um sistema eleitoral onde a distribuição dessas cadeiras se dá pela votação proporcional obtida pelos partidos competidores. Esse modelo, questionado por Anastasia e Nunes (2006), deverá ser a base teórica em pelo menos duas categorias (multipartidarismo e proporcionalidade) e que deverão estar nos auxiliado em nossa análise, no sentido de avaliar se essas tais categorias são determinantes para a inclusão de jovens competidores em pleitos eleitorais.

Aqui nos deteremos a analisar o Sistema Eleitoral que vigora no Brasil que é o de proporcionalidade para os cargos parlamentares.

2.6 O sistema proporcional

Os sistemas proporcionais procuram garantir um grau de correspondência entre votos e cadeiras recebidas pelos partidos em uma eleição. Assim, o princípio de decisão proporcional se traduz em fórmulas eleitorais mediante os quais os partidos conquistam uma cadeira cada vez que atingirem certo montante de votos, o qual pode ser, por exemplo, o quociente eleitoral, a média maior ou o resto maior (CINTRA, 2006).

O princípio básico desse sistema está na possibilidade de que o processo eleitoral é um instrumento imprescindível para que as forças sociais e grupos políticos existentes na sociedade estejam representados no Parlamento a partir da proporção de seus respectivos apoios eleitorais, ou seja, “espelharia aritmeticamente no Parlamento as preferências partidárias” (NICOLAU, 1999, p. 30). Esse sistema é hoje praticado mediante o uso de listas partidárias.

Fórmulas para a conversão de votos em cadeiras legislativas correspondem a uma parte da engenharia institucional dedicada à produção da representação política. No caso das instituições de representação proporcional, torna-se relevante fixar como devem ser distribuídas as cadeiras da cota proporcional de cada partido entre seus candidatos parlamentares: conforme ranqueamento decidido previamente nas organizações partidárias ou pelo voto preferencial expresso pelo eleitor. (MARENCO, 2006).

Diferentemente dos sistemas de representação majoritária, que é utilizada em geral em distritos eleitorais de um único representante, (o que não quer dizer que é utilizado exclusivamente), o sistema de proporcionalidade não pode ser empregado em eleições de representações distritais de um único eleito, pois a proporcionalidade segue a primazia de distribuir as cadeiras segundo a votação de cada partido competidor na arena eleitoral. Um dos aspectos para prevalência da proporcionalidade é o número de cadeiras a serem distribuídas no distrito eleitoral, tendo em vista que quanto maior a existência dessas, mais proporcional será o resultado das eleições.

2.7 – A Lista Fechada

Para o sistema proporcional se realizar é necessário a adoção de listas de candidatos pelos partidos. Países como Argentina, Portugal, África do Sul e Espanha adotaram modelos de ordenamento de listas estabelecidas previamente pelos partidos políticos, o que costumeiramente denominou-se nos meios da ciência política de listas fechadas. Nesse sistema, os partidos apresentam uma lista previamente ordenada com os nomes de seus respectivos candidatos, porém o voto do eleitor torna-se impessoal, pois o mesmo estará sufragando a legenda. As cadeiras são distribuídas conforme as votações de cada partido, estes partidos, por sua vez, distribuem as vagas que têm direito entre seus candidatos, seguindo a ordem pré-estabelecida, até contemplar a cota proporcional partidária.

Dependendo do país, as lista fechada garante as eleições de um parlamento diversificado, como na África do Sul, onde grupos étnicos e mulheres tiveram uma considerável representação parlamentar nas eleições de 1994 (REYNOLDS, 1997). Essa forma de ação que reserva para um grupo específico um número definido de lugares em eleições de toda ordem é conhecida como política de cotas. Essas cotas parlamentares

aparecem também nas listas partidárias onde leis exigem percentuais mínimos de vagas destinadas às mulheres ou grupos étnicos. Vale aqui ressaltar que o sistema de cotas não é exclusividade de sistema de listas fechadas, podendo ocorrer também em sistema de listas abertas, com a imposição de vagas às mulheres nas listas partidárias, como ocorre no Brasil.

Para os cientistas políticos, favoráveis a esse sistema de escolha de representação, a lista fechada reforçaria uma maior identificação do eleitorado com o partido político, pois os candidatos estariam fazendo suas campanhas para suas respectivas organizações partidárias e não de forma individualizada, reforçando a imagem do partido junto ao olhar do eleitorado.

2.8 - O sistema proporcional de lista aberta

As eleições e a organização dos sistemas partidários e eleitorais em nosso país têm seguido uma série de rupturas institucionais, marca da vida política do século passado, com períodos cíclicos de autoritarismo e democracia. Deixando de lado o sistema político da chamada República Velha, de caráter excessivamente oligárquico, com baixa competição e participação popular, a primeira experiência concreta de sistema partidário e eleitoral no país ocorre entre os anos de 1945 e 1964. Depois da ditadura de Getúlio Vargas (1930-45) e antes da ditadura militar (1964-1985).

No Brasil, tanto na experiência de 1945-64, quando na atual, o voto é obrigatório e o sistema eleitoral adota o sistema proporcional com lista aberta e voto de legenda para as eleições parlamentares (vereador, deputado estadual, deputado federal) e majoritária para o Senado e para os cargos do poder Executivo: prefeito (municipal), governador (estadual) e presidente (federal). A única diferença importante é que entre os anos de 1945-64, também os vices presidentes eram eleitos majoritariamente.

Utilizado também no Chile, Finlândia e Polônia, dentro do sistema proporcional os eleitores decidem sozinhos quais candidatos ocuparão as cadeiras conquistadas pelos partidos. Cabe a cada partido apresentar uma lista de candidatos, não seguindo qualquer ordem pré-estabelecida, cabendo ao eleitor dar um voto dos nomes. Nesses três países o voto preferencial é compulsório, ou seja, o voto no partido significa votar em um candidato da lista que o partido apresentou, inexistindo o que costumeiramente

denominou-se “voto na legenda”. Diferentemente ocorre no Brasil, onde o eleitor pode tanto pode dar seu voto para um dos candidatos que compõe a lista, ou votar na legenda, sendo que nesse caso último caso o voto é contabilizado para efeito da distribuição das cadeiras, mas não é computado para nenhum dos candidatos da lista.

Outra singularidade do sistema de lista aberta utilizado no Brasil é a formação de uma única lista de candidatos quando diferentes partidos estão coligados. Os candidatos mais votados, independentemente do partido ao qual pertençam, ocuparão as cadeiras eleitas pela coligação (REYNOLDS, 1997, p.53). Entretanto, os críticos desse sistema afirmam que a abertura da lista partidária gera padrões de competições *inter* e *intrapartidária*. Em suma, como qualquer competição os partidos disputarão os votos do eleitorado, e de acordo com suas respectivas votações, as cadeiras parlamentares serão distribuídas conforme a quantidade de votos depositados a cada partido; porém, há uma prevalência de disputas individuais dentro de um mesmo partido, tendo em vista que cada candidato busca estar entre o (s) mais votado (s) da lista devido a incerteza do número de cadeiras que, em virtude dos votos obtidos, o partido terá direito.

Num sistema de lista aberta, como o do Brasil, os eleitores escolhem os seus candidatos votando nestes e não nos partidos. Desta forma, o fator que determina quem serão os eleitos é a quantidade de votos recebidos por cada candidato individualmente. Assim, fundamentalmente, as eleições produzem uma competição interna em cada partido, fazendo com que os candidatos de um mesmo partido disputem a preferência do eleitorado entre si e entre os candidatos dos demais partidos. Esta é a situação do Brasil (HTUN, 2001: 227).

Essa disputa interna levaria a uma exaltação da imagem pessoal do candidato em detrimento do foco institucional do partido, o que para Mainwaring, resulta em uma fraqueza eleitoral desse partido, principalmente no referente a disciplina de seus candidatos durante o pleito; e também as constantes migrações dos parlamentares eleitos, tendentes a fazerem partes de coalizões governistas, pois os custos da “neutralidade”, ou mesmo de uma oposição, seja ela branda ou ferrenha, pode ser alto.

2.9 - Lista aberta ou lista fechada, onde aparecem os candidatos jovens?

Há defensores do sistema proporcional que argumentam que tanto a concentração partidária que restringe a competição a poucos e, em geral, tradicionais partidos, como a excessiva fragmentação, que permite a existência de um grande número de partidos regionalizados e a eleição de parlamentares com menos de 1% dos votos válidos, são manifestações problemáticas à expressão e incorporação de novas parcelas de atores sociais (TAVARES, 2002). Em seus estudos sobre a relação entre gênero, partidos e eleições Alvares (2006), Araujo (2005) e Norris e Lovenduski (1995) constataram que candidaturas de mulheres são favorecidas em sistemas eleitorais onde a distribuição de cadeiras se dá pela proporcionalidade e onde o eleitor possa escolher um dos nomes que compõe a lista apresentada pelo partido em um pleito onde haja disputada de vagas para o parlamento. Evidentemente, se o sistema proporcional busca assegurar o lugar das mais diversas clivagens sociais, isso só poderá se dar com candidaturas que representem os anseios de tais clivagens.

Por fim, o sistema proporcional vem sendo considerado favorável porque torna mais viável a adoção de estratégias de ação afirmativa tais como as cotas, uma vez que sempre há uma pluralidade mínima de candidatos concorrendo (ARAUJO, 2005, p.196).

Cabe-nos aqui demonstrar que essas duas categorias (sistema proporcional e lista aberta) são elementos determinantes, também, para a análise do padrão de candidaturas de jovens dentro do sistema eleitoral brasileiro.

Ao considerarmos o sistema partidário em sua relação com o sistema eleitoral e o sistema de representação mais geral podemos demonstrar evidências que o sistema proporcional e a lista aberta favorecem o surgimento de candidaturas juvenis nos seios dos partidos que competem eleitoralmente.

Primeiramente, numa competição para o parlamento, um partido tende a apresentar uma lista com nomes para a apreciação do eleitorado. Visando maximizar seu potencial eleitoral, podem estar incluído nessa lista candidatos que representem as mais diversas clivagens sociais. A não-inclusão de pessoas que contemplem segmentos com apelo eleitoral pode reduzir a quantidade de votos que um partido pode ter, minimizando, conseqüentemente, seu percentual de vagas na distribuição de cadeiras.

Esse fato demonstra que os partidos, ao competirem, podem lançar um número de candidatos que contemplem eleitoralmente aspectos geográficos, de gênero, faixa etária, profissão, etc.

O sistema proporcional tende a ser mais vantajoso porque favorece o “efeito-contágio”, isto é, o efeito gerado por determinada iniciativa de um partido, que, quando positiva, tende a ser incorporada por outros partidos em razão de seu apelo eleitoral (ARAUJO, 2005).

Inexistem pesquisas que demonstrem o grau de influência que a existência ou não de uma coligação eleitoral para o parlamento tem para a definição dos perfis dos candidatos de um partido no correspondente a faixa etária, portanto, a nossa hipótese é que, dependendo da estratégia eleitoral que este partido monta, pode lançar uma quantidade expressiva de candidatos (principalmente quando não está coligado com nenhum outro partido, ou quando se alia a um partido considerado pequeno que lança poucos candidatos); uma quantidade média (quando está coligado com um, dois ou três partidos e aí podem ser aliados partidos considerados médios e/ou pequenos); ou uma quantidade mínima de candidaturas (em virtude de coligar-se com um grande partido, ou fazer parte de uma coligação proporcional formadas por partidos sem densidade eleitoral). Vale ressaltar que a coligação se transforma numa espécie de “partido”, funcionando, assim, com uma lista única, onde os votos são contabilizados para a coligação e não para os partidos que fazem parte desta. Sendo assim, candidaturas de jovens são facilitadas quando na ocorrência do primeiro e segundo exemplos, sendo algo raro no terceiro, em virtude das poucas vagas disponíveis aos candidatos pelo partido.

Outro fator a ser considerado deve-se a incertezas dos resultados no pleito, pois diferentemente de um sistema baseado na majoritariedade ou numa eleição onde a lista partidária é fechada, um jovem que deseja iniciar uma carreira política nas instâncias partidárias, visando ser um competidor nas eleições, certamente, jamais teria seu nome indicado pelo partido para ser candidato (em muitos casos candidato único) por um distrito; ou mesmo não teria quaisquer garantias que seu nome estaria entre os primeiros numa lista fechada pelo partido para disputa de um pleito, pois nesse sistema cada partido controla o ordenamento de seus candidatos. Os eleitores votam nas legendas partidárias e não nos candidatos. “A quantidade de votos recebida por partido determina quantos candidatos da lista serão eleitos. Entretanto, durante a campanha eleitoral, os

candidatos de um mesmo partido lutam juntos pela maximização dos votos da legenda” (HTUN, 2001). Daí, podemos supor que os jovens teriam suas candidaturas aprovadas pelo partido com o propósito de maximizar votos, porém, suas votações contribuiriam para eleições de candidatos que buscam a reeleição, e/ou aqueles com faixas etárias mais elevadas e com maior tempo de militância partidária.

III. CAPÍTULO - PARTIDO E JOVENS: DO MONÓLIO DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA COMPETIÇÃO ELEITORAL

3.1 O Monopólio da Representação Política e os Partidos

A história do Brasil e, praticamente, da grande maioria das democracias ocidentais, demonstra que a representação política tem o partido político como principal instrumento de chegada ao poder legislativo e executivo. “Em certos países os partidos gozam de monopólio de direito; só eles podem apresentar candidatos; fora deles ninguém pode comparecer perante o corpo eleitoral” (DUVERGER, p. 388). Pertencer a uma legenda partidária é uma das exigências da legislação eleitoral, o que segundo Araújo (2004) criaria um grau de inelegibilidade para uma expressiva parcela da população pois, além dos não-filiados estariam de fora os inalistáveis e os analfabetos. Essa exigência de filiação partidária vem antes mesmo da “Constituição Cidadã” de 1988, o que parece ser parte intrínseca da história republicana e democrática do país. Porém, a Constituinte de 1932, estabelecia que além dos tradicionais partidos, grupos de pelo menos cem eleitores poderiam registrar-se perante o Tribunal Regional Eleitoral, que surgia, e recebiam uma legenda.

Na Constituinte de 34, além dos 214 representantes eleitos pelo voto popular, 40 nomes foram eleitos pelas associações profissionais (17 empregadores, três profissionais liberais, 18 empregados e dois funcionários públicos). O sistema de escolha dos representantes classistas era indireto. Primeiro, os associados dos sindicatos e associações legalmente organizadas escolhiam por escrutínio secreto e pelo sistema de maioria absoluta, os delegados. Estes reuniam-se na capital da República para escolher os representantes que participariam da Constituinte. A Constituinte de 1934 confirmou as duas formas de eleição para a Câmara dos Deputados e a legislatura seguinte (1935-1937) foi composta por 300 deputados, 250 eleitos pelos eleitores e 50 pelas associações profissionais.” (Nicolau, 2002, p. 41-42).

Outras novidades que a Constituição de 1932 trazia em seu bojo, no sentido de ampliar o eleitorado no país foram: a representação proporcional no sistema eleitoral;

direito com obrigatoriedade a voto às funcionárias públicas e redução da idade mínima para os eleitores, de 21 para 18 anos.

Essa primeira e única experiência no Brasil de não exigência a pertencimento a uma legenda eleitoral dos representantes eleitos pelo voto popular durou até o Golpe de Estado de 1937, o que impediu as atuações dos partidos políticos e associações que tinham caráter representativo no Legislativo.

As listas de candidatos avulsos, ou seja, aquelas que são apresentadas à Justiça Eleitoral, sem necessariamente o candidato estar vinculado a um partido político parece não fazer parte das discussões que ocupem o sistema de Reforma Política no país. Diferentemente de países como Alemanha e Itália onde o fim do monopólio dos partidos na representação vem fazendo parte da vida eleitoral. Em eleições distritais, no primeiro país, o candidato além de poder disputar eleições majoritárias sem qualquer vínculo partidário, “ainda se beneficia do financiamento público de campanhas, em igualdade de condições com os candidatos partidários” (Araújo, 2004, p.126). Já no segundo país, a Itália, em eleições locais para o legislativo, as chamadas *listas cívicas* podem ser apresentadas com nomes de candidatos sem vinculação partidária, sendo exigido somente um percentual mínimo de apoio de eleitores. Todavia, os candidatos eleitos pela lista cívica, em um leito próximo nacional, deverão estar vinculados as legendas eleitorais registradas perante a justiça eleitoral italiana.

Para Avritzer (2006), esse monopólio dos partidos da representação política, não significa a não-participação daqueles que não pertencem as legendas partidárias, ou não-participando das tradicionais instâncias de decisões; ao contrário, segundo esse autor, o Brasil pertenceria a um seletor grupo de países onde o plano constitucional combina representação e participação na sua estrutura política. Para Bobbio (1986), “a expressão ‘democracia representativa’ significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (Bobbio, 1986, pag. 44).

Percebe-se assim, que mesmo com a institucionalização de mecanismos de participação direta nos processos decisórios nas sociedades democráticas, o partido político, ainda, é, através de seus eleitos, o principal instrumento formulador de leis, controlador do executivo, e elaborador de políticas orçamentárias relevantes para a governabilidade.

Bernard Manin (1997) afirma que a introdução do direito de escolha através do voto para praticamente todos os segmentos da sociedade democrática, junto a isso o direito dos votantes poderem ser votados, ampliando dessa forma o percentual de prováveis candidatos, aumentou a possibilidade de participação popular nos governos representativos. Entretanto, o tamanho e a complexidade das sociedades modernas inviabilizariam a participação direta, havendo, dessa forma, uma tendência de se estabelecer a representação, através das eleições, como uma solução racional. Dessa forma, caberia aos eleitores escolher os representantes, opinar sobre questões de relevância social, mas a formulação de políticas caberia aos chefes do executivo e parlamentares, ou seja, aos representantes eleitos pelo voto e com vinculação partidária.

“Assim, a análise de sistema de tomada de decisões mostra que, em contraste com que afirmam tanto o senso comum quanto a ideologia, a democracia representativa não é uma forma indireta de governo pelo povo. Tal análise, entretanto, também torna aparente a uma característica positiva da democracia representativa, a saber, o papel central atribuído ao julgamento da comunidade. A democracia representativa não é um sistema em que a comunidade governa a si mesma, mas um sistema em que as políticas públicas e as decisões estão sujeitas ao veredicto popular.” (MANIN, 1997, pag. 192).

Detendo esse monopólio da representação, Fábio Wanderley Reis (2000) identifica uma articulação de interesses a serem vocalizados ou expressos, o que se dá a idéia de um substrato social ser adequadamente representado. Mas como daria essa articulação de interesses num regime democrático-representativo e ainda por cima multipartidário como é o caso do Brasil? Segundo esse autor

“No cumprimento da função de articulação de interesses, os partidos expressam ou vocalizam interesses dados, tornando-os de alguma forma presentes na arena político-institucional; já a agregação de interesses envolve a idéia de que para serem efetivos em seus esforços de representação, os partidos devem em maior ou menor medida, somar ou agregar interesses diversos, de maneira a dar-lhe pesos e significação” (REIS, 2000, pag. 357)

O partido então passa a ser um canalizador de interesses dos grupos sociais que existem e estão organizados na sociedade, atuando parlamentarmente no sentido de

garantir políticas que visam atender esses grupos. Numa sociedade complexa, onde as clivagens sociais são numericamente expressivas, os interesses passam a ser múltiplos e também os mais complexos possíveis. Mesmo existindo as organizações sociais que visam garantir direitos específicos para cada segmento e que possuem capacidade de mobilização a fim de formularem políticas e apresentarem nas instâncias de decisões, os partidos buscam, também, representar os interesses de tais segmentos e criar mecanismos internos que possam garantir-lhes apoio eleitoral e político quando formula políticas voltadas para esses setores.

Para Álvares, mesmo com os questionamentos sobre o papel dos partidos políticos por alguns autores, esses têm “tido um papel fundamental como mediador do ingresso do cidadão e da cidadã na vida política de um país: criam identidades políticas, estruturam as escolhas eleitorais, organizam eleitores e recrutam candidatos/as formando a elite política competitiva” (Álvares, 2008, p.4). O partido, então, visa proporcionar os meios necessários fazendo com que os eleitores tenham um custo mínimo em suas respectivas buscas pela informação, onde a mobilização tende a seduzir esses para as bases partidárias, o que seria uma forma de solucionar o processo de desfiliação partidária por quais muitas legendas vem passando. Essa autora destaca ainda que os partidos vêm mantendo suas funções de organização tradicional que seriam principalmente a de selecionar/recrutar candidatos/as usando tecnologias de base formal (estatutos) e informal (indicação pessoal, estratégias de sedução).

O discurso do enfraquecimento do papel dos partidos políticos contemporâneos também encontra força em muitos estudos de comunicação política, onde “a substituição” das legendas pelo poder massificador dos meios de comunicação pode apontar para um fracasso dos primeiros em preservar suas atribuições históricas e constitucionais, frente ao sucesso crescente dos mídia, principalmente o televisivo, como ator político. Percebemos que, enquanto os partidos políticos apresentam significativos graus de rejeição perante a sociedade civil, os meios de comunicação ocupam espaços que antes eram tarefas das tradicionais instituições políticas. Todavia, Dias (2009) alerta para o fato de que “partidos e meios de comunicação não são instituições que se substituem no tempo, mas que convivem, articulam e alteram seus padrões de interação”.

“...as estratégias de cada um desses atores na construção de seus padrões de interação irar variar de acordo com o contexto político-institucional, ou seja, com o formato das regras que orientam suas ações”(DIAS, 2009).

Um instrumento importantíssimo que os partidos e os parlamentares têm se utilizado como instrumento de aproximação entre representantes e representados, nos dias atuais, é a rede mundial de computadores. Essa tecnologia faz com que o cidadão possa acompanhar a atuação dos partidos e dos parlamentares na arena decisória, tendo importantes informações que nem sempre são veiculados pelos principais meios de comunicação (rede e TV).

“...(2) os *websites* partidários funcionam também e principalmente como um canal adicional de participação política, facilitando a interação entre opinião pública e cidadãos e abrindo novos canais de manifestação de suas demandas e vontades nos quadros das modernas democracias parlamentares” (Braga, França & Nicolas, 2009, p. 186)

Para Dahl (2001) a invenção da representação possibilitou a vigência da democracia nas sociedades contemporâneas que são complexas e heterogêneas, compostas por milhões de pessoas e atravessadas pelas mais diversas clivagens sociais e suas dimensões: econômica, étnica, de gênero, etária, etc. Dentre essas clivagens, os (as) jovens, ao longo do tempo, assim como as mulheres, foram conquistando o direito de escolher seus representantes, em virtude da redução mínima de idade para o exercício do voto. Conseqüentemente, as legislações eleitorais das mais variadas democracias foram garantindo também o direito dos (as) jovens competirem nos pleitos enquanto candidatos (as), sejam buscando assento nos parlamentos, sejam disputando as chefias do executivo. Essa dualidade da representação, que garante a escolha de representantes ou possibilita a esse (a) jovem a chance de ser o representante pelo voto, efetiva duas dimensões básicas da democracia contemporânea: o exercício da cidadania ativa (aquele que tem como princípio o ato de votar) e o exercício da cidadania passiva (aquele que prima pelo direito do indivíduo de competir em pleitos eleitorais e ser votado).

Os partidos políticos passam a ser um elemento-chave nessa forma de democracia, pois são eles que congregam os competidores que estarão disputando

cadeiras parlamentares e os poderes executivos; buscam a preferência do eleitorado apresentando candidatos (as), que dependendo da situação, estão direta ou indiretamente interligados as mais diversas clivagens sociais e as suas mais variadas demandas:

[...] os partidos oferecem algo que nenhuma máquina ou pesquisa de opinião pode oferecer: transmitir reivindicações apoiadas por pressões. O partido lança seu próprio peso nas reivindicações a que se sente obrigado a fazer eco (SARTORI, 1982, p. 49).

A reforma partidária de 1979 que extinguiu a ARENA e o MDB e reintroduziu o multipartidarismo (pluralismo partidário) no Brasil, garantindo a legalização de novas organizações partidárias; o aumento considerável do eleitorado brasileiro pós-1985 e; a visível conquista de inúmeros direitos de segmentos sociais historicamente marginalizados impôs aos partidos que (re) nasciam a criação de meios que, além de garantir-lhes o apoio eleitoral necessário para colocá-los em condições de disputa de poder nos pleitos, congregassem dentro de suas estruturas internas um conjunto de indivíduos, que filiados, não somente pudessem disputar eleitoralmente cargos políticos, mas também tornarem-se importantes quadros militantes nas fileiras desses partidos. Táticas e estratégias eleitorais, programas de governo, estatuto partidário passam a ser elaborados considerando diversidades étnicas, econômicas, de gênero, etc., sendo políticas importantes dos partidos terem uma maior aproximação junto a esses segmentos que são expressivos numericamente e importantíssimos para o processo de redemocratização.

Podemos afirmar que o recrutamento desses cidadãos e cidadãs é uma expressão da racionalidade partidária, pois como nos demonstra Kinzo (2004) uma das atividades centrais do partido é buscar apoio nas urnas, o que os torna uma organização política em função da necessidade de mobilizar os eleitores para votar.

... a mobilização eleitoral começou bem antes de 1985. De fato, esse foi um dos traços característicos do processo de transição democrática no Brasil, em cujos primórdios – ainda em fase de distinção do regime autoritário – a oposição conseguiu mobilizar o eleitorado contra o regime, iniciando o engajamento eleitoral” (KINZO, 2004, p. 30).

Para a mobilização do eleitorado são necessários agentes mobilizadores, e os dirigentes partidários reconhecem que os (as) jovens trazem consigo uma enorme capacidade de mobilização social, estando aí a necessidade de incorporá-los (as), juntamente com indivíduos pertencentes a outros segmentos, dentro das instâncias partidárias. Uma forma de expressar a organização desses partidos junto a esses segmentos é criando dentro de seus funcionamentos internos secretarias, coordenações e setoriais temáticas que discutam questões relacionadas aquilo que os que compõem tais segmentos reivindicam. Destarte, os partidos vão criando internamente organizações de Mulheres, de Negros, de Sindicalistas, de Movimentos Sociais e também de Juventude.

Michels alerta sobre a necessidade da organização, não concebendo a democracia sem esse artifício, pois para ver atendidas as reivindicações políticas e econômicas essa é inconcebível. “E na medida em que ela repouse sobre princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes” (p. 15)

Ao analisar as estruturas e a direção dos partidos Duverger (1985) destaca a importância da chegada de quadros mais jovens nessas organizações e como, dependendo da estrutura partidária eles podem se tornar quadros dirigentes e concorrer a uma vaga no parlamento⁴. Para este autor, o grau de envelhecimento dos quadros e as possibilidades de renovação dependem grandemente da própria organização do partido: se burguês ou proletário, se centralizado ou descentralizado. E mesmo não delimitando a faixa etária de um quadro partidário considerado jovem, ressalta a importância da formação política dos jovens e como esta formação pode ser determinante para uma rápida ou retardada ascensão na organização partidária:

Mesmo se se considerar que o ensino secundário ou superior constitui uma formação política insuficiente, ele não deixa de dar uma cultura geral e uma técnica de análise dos fatos e da sua exposição – uma retórica – que são muito preciosas para os quadros de um partido. Por não tê-las adquirido em sua juventude, muitos militantes operários são obrigados a aprendê-las mais tarde, o que lhes retarda o acesso aos postos de direção [...]. Pois, a atribuição de responsabilidades a homens jovens supõe que já receberam a formação política e técnica apropriada (DUVERGER, 1985, p.199-200).

⁴ Utilizando-se dos dados levantados por J.F.S. Ross na obra “Parliamentary Representation”, Duverger constata que a média de idade dos deputados eleitos para a Câmara dos Comuns, quando de sua primeira eleição (1918-1935), obteve as seguintes médias: no Partido Trabalhista a média de idade era de 46 anos e 11 meses, tendo 2,8 de seus eleitos na faixa de idade entre 21 e 25 anos; Os conservadores estavam na média de 43 anos e 7 meses, tendo 3,3% de jovens eleitos; os liberais possuíam uma bancada onde a média de idade estava em torno de 43 anos e 2 meses, possuindo uma representação jovem de 2,6%.

Certamente, a busca dos partidos políticos por quadros mais jovens depende da forma como estão estruturados, porém, tal tarefa não se resume ao recrutamento de “futuros (as)” candidatos (as) ou militantes mobilizadores, mas sim criar um processo de renovação de direção, tendo em vista que muitos quadros jovens podem trazer novas formas políticas para dentro do partido, o que poderá criar novos paradigmas na disputa de poder. Não demorou muito para que os partidos políticos brasileiros utilizassem a *internet*, não somente para divulgar suas ações e de seus governantes e parlamentares, mas pudessem também atingir um eleitorado jovem que cresce consideravelmente e tê-los como pertencentes às suas fileiras.

3.2 - Partidos políticos e suas juventudes na *Internet*

Nessa parte nos deteremos a analisar as formas como tem sido o tratamento dispensado pelos partidos políticos brasileiros a juventude, considerando a utilização dessa importante ferramenta de comunicação e informação enfocando o trabalho de aproximação que esses partidos possuem com os jovens.

Para Braga, França & Nicolas (2009) “os recursos de internet estão sendo empregados de maneira crescente pelas agremiações partidárias e podem converter-se num instrumento eficaz de estreitamento dos vínculos entre elites dirigentes e militantes partidários, tornando-se uma ferramenta de controle e acompanhamento dos representantes pelos representados e de aumento das possibilidades de interação política entre ambos” (pag. 183). Poucos estudos na literatura nacional têm focado essa temática, resumindo-se a poucos autores, como o já acima citados e Dornelles (2005), sendo uma preocupação mais voltada da literatura americana com vasta produção dentre as quais merecem destaque trabalhos de Norris (2001; 2003) e Gibson, Nixon & Ward (2003)

Dornelles (2005) afirma que a *internet* “como avanço dos meios tecnológicos tem proporcionado novas leituras nas possibilidades de relacionamento com certos públicos de interesse”. As organizações de hoje não podem mais desconsiderar a forte presença da comunicação virtual, no árduo trabalho de aproximação com seus públicos de interesse.

Despontam os cidadãos que se dedicam aos meios virtuais de comunicação, o que abrirá possibilidades inéditas de relacionamento, se a empresa revisar seus processos normais de distribuir informações a seus públicos (FORTES, 2003, p. 242).

Como parte da comunicação organizacional os *sites* podem significar canais abertos de contato, tendo em vista que um dos pressupostos da *internet* é que os indivíduos podem acessá-los de qualquer parte do mundo. Sendo um meio de comunicação, “os *sites* têm gerado novas formas de negociar, de trabalhar conceitos e imagem institucional, novos meios de interação e aproximação, entre outros” (DORNELLES, 2005). Além do mais, por se tratar de uma mídia muito específica, permite praticar a segmentação de mercado para que nichos mais significativos sejam devidamente atingidos (LIMA, in CARDOSO, 2004, p.99).

Quando se trata de jovens, há todo um redobramento de cuidados tendo em vista que esse segmento está praticamente ambientalizado, pois é um dos maiores usuários da rede mundial de computadores, o que faz com que os partidos políticos criem em suas páginas *links*, sobre suas organizações juvenis. Nesse sentido, buscamos analisar as páginas dos partidos políticos a fim de enfatizar como os partidos políticos brasileiros têm lidado com o público jovem, pois esse segmento tem crescido expressivamente, no que se refere à condição de eleitor e é um dos maiores “navegadores” do mundo virtual, pois para as gerações mais jovens a *internet* legitima-se como um espaço privilegiado de trocas, quando então o computador passa a ser uma janela para o mundo.

A fim de fazermos uma análise demonstrativa, procuramos investigar todas as páginas dos partidos políticos brasileiros na internet. Durante o levantamento consideramos alguns aspectos que acreditamos ser relevantes para a pesquisa:

- a) a existência de *site* do partido político;
- b) a existência de espaço dedicado a jovens na página inicial do partido;
- c) se a organização de juventude do partido possui página própria, independentemente de ter espaço ou não na página do partido;
- d) o que aparecem nas páginas iniciais, tanto dos espaços dedicados aos jovens pelos partidos, como as organizações de juventude partidária que possuem páginas independentes.

Demonstraremos o caminho percorrido para definição dos documentos que vêm compor uma análise mais profunda, apresentando um quadro com todos os partidos

políticos, descrevendo a situação encontrada no momento do levantamento, o que nos levou a determinar o *corpus* de análise (DORNELLES, 2005).

QUADRO 1
Páginas dos Partidos Políticos Brasileiros na Internet

Partido	Site	Link Jovem/Juventude	Página Independente
PMDB	X	X	Não consta
PTB	X	Não consta	Site sendo reestruturado
PDT	X	X	Não consta
PT	X	X	X
PT do B	X	Não consta	Não consta
DEMocratas	X	Não consta	X
PC do B	X	X	X
PSB	X	X	X
PSDB	X	X	Não consta
PTC	Não consta	-	Não consta
PSC	X	X	Não consta
PMN	X	X	Não consta
PRP	X	Não consta	X
PPS	X	X	X
PV	X	Não consta	Não consta
PP	X	Não consta	X
PSTU	X	X	Não consta
PCB	X	X	Não consta
PRTB	X	Não consta	Não consta
PHS	X	Não consta	Não consta
PSDC	O site está em manutenção	-	-
PCO	X	X	Não consta
PTN	X	Possui link que não dá acesso	Não consta
PSL	Não consta	-	Não consta
PRB	X	X	Não consta
PSOL	X	Não consta	Não consta
PR	X	X	Não consta

Fonte: Dados extraídos das páginas dos partidos políticos brasileiros na *internet*

Dentre os vinte e sete partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral – Lei 5.682/71, adaptados a lei 9.096/95, não foi possível localizar apenas dois sites (PTC e PSL)⁵, sendo que dos vinte e cinco restantes, dez não possuem qualquer espaço voltado para o público jovem, porém, destes, três (DEMocratas, PRP e PP) possuem páginas próprias que podemos considerar independentes da página oficial do partido. O PSOL, apesar de não possuir qualquer *link* voltado para o público jovem, no referente aos *links* de suas tendências internas, todas possuem esse espaço, o que demonstra o grau de autonomia dessas tendências em relação ao Partido, no que tange as suas organizações internas de juventude. O PTB não possui *link* para os jovens em sua página, porém, existe uma página independente de sua juventude⁶ que passa por reestruturação, o que nos impediu, também, em ter acesso a mesma. Dois partidos apresentam dificuldades para fazermos qualquer análise, pois o PSDC está com seu site em manutenção, o que não nos dá condições para termos conhecimento se existe ali um *link* que versa sobre relação com juventude; e o PTN que na sua página inicial possui um *link* para esse espaço jovem, porém, não está havendo qualquer tipo de acesso.

Para a nossa pesquisa consideraremos os treze partidos que possuem *links* voltados para os jovens em funcionamento, além dos três (DEMocratas, PRP e PP) que apesar de não possuir tal ferramenta, suas juventudes possuem páginas independentes na *internet*. Destarte, dezesseis partidos apresentam os componentes necessários para nossa análise, o que podemos organizar a partir de um quadro amostral.

⁵ Ao analisar a participação da Internet num trabalho de fortalecimento da imagem institucional de partidos políticos, junto a um segmento específico da sociedade – jovens com direito de voto facultativo, DORNELLES (2005), não conseguiu localizar onze sites (PSL, PST, PTN, PCB, PAN, PGT, PHS, PTC, PSD, PRP e PTdoB), o que demonstra o quanto os partidos brasileiros, com o passar do tempo, foram dando um significativo grau de atenção a esse instrumento.

⁶ A juventude do PTB é denominada de Movimento da Juventude Trabalhista.

QUADRO 2
Denominação das Juventudes Partidárias

PARTIDO	Denominação do Setor Jovem do Partido no site
PMDB	PMDB Jovem
PDT	Juventude Socialista Democrática Trabalhista
PT	Juventude do PT
PC do B	União da Juventude Socialista
PSB	Juventude Socialista Brasileira
PSDB	Juventude do PSDB
PSC	PSC Jovem
PMN	Não encontrada denominação
PPS	Juventude Popular Socialista
PSTU	Juventude do PSTU
PCO	Aliança da Juventude Revolucionária
PRB	Não encontrada denominação
DEMocratas	Juventude Democratas
PRP	PRP Jovem
PP	Juventude Progressista
PR	Juventude Republicana

Fonte: Dados extraídos das páginas dos partidos políticos brasileiros na *internet*

Em nossa análise as categorias que mais aparecem nas páginas iniciais dos setores jovens contemplam o que fora pesquisada por Dornelles (2005), cada uma delas, foram arroladas a subcategorias referentes aos conteúdos, abaixo descritas⁷.

A – O partido/o setor jovem: conheça o partido/o núcleo da juventude; história; quem somos; estatuto; diretrizes; princípios; como funciona; programa do partido/do núcleo jovem; o que quer; atuação; atividades; líderes.

B – Atualidades: notícias do partido; notícias da campanha; agenda; notícias dos candidatos; entrevistas; a campanha no país.

C – Publicações: artigos; livros; textos; pesquisas.

D – Programas: programas/cursos de formação política; programa primeiro emprego; programa cidadania; programas de educação.

⁷ Dornelles (2005) analisa cada categoria e subcategoria, relacionando-as com as categorias Comunicação Política e Comunicação eleitoral, o que não é nosso caso deter-se às eleições nesse momento.

E – Campanhas e movimentos.

F – Captação: contato; *e-mail*; fale com o partido/núcleo jovem; filie-se; como filiar-se; correio.

G – Estratégias/materiais de divulgação: boletim; *jingle*; *banner*; *slogan*; comerciais de TV e rádio; programas de TV e rádio; bonés; camisetas; rádio emissora; loja virtual; concurso de redação; grupos de discussão; premiações; planejamento estratégico.

H – Relatórios de eventos/congressos.

I – Voto: campanha voto aos 16 anos; campanha defenda seu voto; evolução do voto no Brasil.

3.3 Morfologia dos *sites* das juventudes partidárias

Na intenção de obtermos uma análise mais aprofundada, observamos a apresentação desses espaços virtuais dedicados à juventude, considerando que estas novas gerações, já habituadas à interatividade, podem sentir-se mais ou menos atraídas, conforme os recursos visuais e lingüísticos aplicados. “Como normalmente o usuário acessa na página aquilo que aviva sua curiosidade, assumindo assim o papel de editor desse espaço informativo, podemos considerar que decorre da forma de apresentação o despertar da atenção e interesse, fazendo com que o mesmo prossiga sua busca” (DORNELLES, 2005).

PMDB

A página do “PMDB Jovem” traz *links* que demonstram a institucionalidade partidária, documentos/estatutos, além de um conjunto de notícias políticas.

PDT

Os jovens socialistas do PDT organizam sua página com *links* que trazem a composição da direção nacional de juventude do partido; em que estados brasileiros a JSPDT se organiza; formação política para seus jovens quadros, contendo uma coletânea bibliográfica, além de videoteca; filiação ao partido e a juventude do partido; além de uma série de artigos publicados.

PT

A Juventude do PT traz em seu site próprio, artigos, notícias relacionadas a cultura e a questões internacionais; as organizações de movimentos sociais, sejam elas de juventude ou não; notícias sobre o partido; além de políticas públicas. No que se refere a página principal do partido, no *link* juventude pode ser encontrados artigos, vídeos, além do *link* que conduz a página do PT.

PC do B

A página da União da Juventude Socialista traz uma série de informações sobre a atuação da juventude no movimento estudantil, principalmente na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE); formação política, com textos marxistas e de outras vertentes ideológicas; noticiários internacionais, filiação a UJS e ao PC do B.

PSB

Na página da Juventude Socialista Brasileira encontra-se notícias das atividades realizadas pelos jovens do partido pelo Brasil, além da atuação dos parlamentares e governantes da legenda; possui um link com uma biblioteca virtual com várias obras políticas; fotos e artigos também podem ali ser encontrados; além da existência de espaços para música e bate-papo; existe também um *link* que dá as diretrizes para a participação na organização.

PSDB

A página da Juventude PSDB também se compõe basicamente por alguns textos; contudo, possui uma diagramação agradável, destacando-se dois recursos utilizados: o uso de vários tons de azul – a cor do partido, e a aplicação da logomarca da Juventude PSDB em duas versões, marcantes por sua estrutura e pelos tons fortes, sendo de fácil assimilação; o *link* de acesso pode ser encontrado facilmente na página de abertura do *site* do partido, sob a denominação Juventude PSDB. Estatuto, Resoluções, bibliotecas, artigos e notícias, além de políticas públicas são abordados na página dessa juventude.

PSC

Apesar da juventude do PSC possuir um *link* na página oficial do partido, não constatamos nada além de duas fotos.

PMN

No site do Partido da Mobilização Nacional, o *link* da juventude só contém um manifesto.

PPS

Na página da Juventude Popular Socialista estão contidas, praticamente, as mesmas informações do partido, porém, alguns *links* se referem à direção partidária, filiação na organização de juventude, além de vários *links* para outros *sites*.

PSTU

O *link* da Juventude desse partido traz uma gama de informações, relacionada história do Partido, o Programa Partidário, filiações, notícias (onde é destaque o movimento estudantil), cultura, etc. Várias imagens de jovens e de lutas sociais pelo mundo fazem parte desta página, além de inúmeros textos de formação política para os jovens militantes.

PCO

No espaço dedicado a Aliança da Juventude Revolucionária, podemos encontrar o Programa do Partido, o Jornal virtual da Juventude Revolucionária, notícias sobre políticas educacionais e sobre movimento estudantil.

PRB

O espaço do *site* desse partido destinado aos jovens contém poucas informações, resumindo-se mais ao estatuto partidário, além de *e-mail* para contato.

PR

A “Juventude Republicana”, apesar de possuir seu espaço na página oficial do partido as informações ali contidas se relaciona mais ao próprio partido do que a organização interna. Não percebemos qualquer informação vinculada à organização dessa juventude.

DEMocratas

No site da “Juventude Democratas” é possível encontrar, além de uma espécie de manifesto de apresentação, artigos escritos pelos quadros do Partido, assim como *link* com notícias, cidadania, direção da organização da juventude do partido e processos de filiação.

PRP

No site da juventude desse partido encontram-se *links* de institucionalidade partidária, documentos/estatutos, notícias políticas, além de *e-mail* para contatos.

PP

A Juventude Progressista, que possui página própria na internet, procura divulgar, através de *links*, a sua história, a organização de sua diretoria, artigos escritos por quadros do partido, além de suas ações pelos Estados brasileiros, além de um espaço para contatos.

Outro recurso do mundo virtual que analisamos, mas sem fazer uma verificação minuciosa sobre o mesmo, se refere ao site de relacionamento denominado “*Orkut*”. Essa página virtual possibilita a criação de “comunidades” com os mais variados assuntos e muitos partidos políticos possuem as suas. Como esse site de relacionamento é utilizado também por muitos jovens não foi difícil encontrar ali, comunidades de juventudes partidárias, onde vários tópicos são postados para serem discutidos entre os membros da comunidade. Nesse aspecto, procuramos verificar quais setores de juventude dos partidos políticos possuem comunidades, sendo que o nosso propósito foi o de verificar a quantidade de comunidades e a quantidade de membros que pertencem a cada uma e não nos determos ao que os jovens discutem ali.

QUADRO 3

Comunidade de Juventudes no site de relacionamento *Orkut*

JUVENTUDE DO...	QUANTIDADE DE MEMBROS	Denominação
PMDB	3.624	Força Jovem PMDB
PTB	1.329	Juventude do PTB Juventude Trabalhista Brasileira
PDT	2.847	Juventude Socialista do PDT
PT	10.012 4.009	Juventude Petista Juventude do PT
PT do B	283	Juventude do PT do B
DEMocratas	4.154	Democratas Juventude
PC do B	9.964	União da Juventude Socialista
PSB	1.180	Juventude 40
PSDB	884	Juventude PSDB
PRP	17	Juventude do PRP
PPS	2.053	JPS -23
PP	871	Juventude Progressista
PSTU	1.476	Juventude do PSTU
PSL	37	Juventude PSL
PRB	371	Juventude do PRB
PSOL	168	Juventude do PSOL
PCB	911	Juventude Comunista Brasileira

Fonte: Dados extraídos do site de relacionamento *Orkut*

Dezessete dos vinte e sete partidos brasileiros, suas juventudes possuem comunidades de relacionamento, o que está bem próximo da quantidade de partidos que possuem espaços para os jovens em suas páginas na internet. Ressalta-se que muitos dos membros dessas comunidades devem estar fora da faixa etária que aqui nos propomos analisar, porém, existe a preocupação dos “moderadores” de tais comunidades reunirem jovens que debatam temas que nem sempre os *sites* dos partidos ou das próprias organizações da juventude do partido não propiciam.

Nota-se que a comunidade da “Juventude do PT” e “Juventude Petista” são as que congregam, somadas, a quantidade de membros, seguida bem de perto pela organização de juventude do Partido Comunista do Brasil. Isso pode demonstrar que nos Estados pode também haver organizações juvenis desses partidos, ou que os jovens procuram, nesse instrumento, uma forma de participar da vida política e partidária, independentemente de qual cidade ou estado vive. Outro dado a ser comentado refere como a juventude dos partidos tradicionais da esquerda, de cunho socialista, participa de tais comunidades e em determinados casos, superam em quantidade os jovens de partidos tradicionais, com maior potencial eleitoral. Certamente, o PC do B, através da comunidade da União da Juventude Socialista, é um exemplo de como seus jovens estão participando da mesma numa quantidade que supera a participação dos (as) jovens do PSDB e DEMocratas, partidos com maior expressão eleitoral. O caso mais interessante é do PSTU, partido com um potencial eleitoral pífio, mas que tem uma grande quantidade de jovens que participam da comunidade do partido voltada para esse segmento, chegando a superar legendas mais reconhecidas eleitoralmente como PT e PSB.

A grande quantidade de jovens nas comunidades de juventude dos partidos de esquerda faz-nos supor que esses (as) jovens são desprezados (as) de qualquer visão preconceituosa contra a *internet* e a esses *sites* de relacionamento. Ao contrário, eles (as) se utilizam de tal instrumento para organizarem ainda mais o setor de juventude do partido trocando informações e debatendo as mais variadas temáticas. Ademais, o fato de boa parte dos partidos políticos brasileiros estarem preocupados em ter dentro de suas estruturas internas de funcionamento secretarias, setoriais, coordenações, etc. de juventude; e a forte presença dos jovens partidários na rede mundial de computadores leva-nos a acreditar ser pertinente o aprofundamento da participação da juventude nos partidos políticos. A ausência de pesquisas que demonstrem a faixa etária dos filiados partidários, tanto em nível nacional, estadual e municipal torna tal tarefa ainda mais árdua, porém necessária.

À princípio, o número de dezessete partidos que possuem páginas destinadas à juventude e que possuem comunidades no site de relacionamento *Orkut* parece ser irrelevante, porém, está acima da metade da quantidade de partidos que existem hoje em funcionamento no Brasil. E esse número também é muito superior ao que fora constatado por Dornelles (2005) nas eleições de 2002, pois na época somente nove partidos tinham espaços dedicados à juventude em suas páginas da internet. Esses

números levam a crer que a força inovadora *da internet*, obrigatoriamente passa a fazer parte do universo da comunicação política e, também, eleitoral voltada para os (as) jovens, pois daí pode-se perceber o princípio downsiano da escolha do voto, onde a informação é algo imprescindível para a decisão do eleitor.

Refletindo especificamente sobre o processo da comunicação eleitoral, quando o alvo é influir na formação da opinião das pessoas, tendo por objetivo final atrair a participação e os votos dos eleitores, temos que considerar que certas escolhas desses cidadãos vêm sendo feitas com base nas informações que os mesmos acumulam ao longo de um determinado período de tempo. A sobreposição de informações, advindas de pessoas, de grupos, da mídia e das ações segmentadas de propaganda, *marketing* e relações públicas, afetam a formação de pensamentos, opiniões e posicionamentos, determinando certas atitudes dos indivíduos em relação à política e às eleições (DORNELLES, 2005).

Seguindo esse princípio e associando-se, ainda, a grande penetração que a *internet* vem tendo nas camadas mais jovens da população brasileira, podemos afirmar que a mesma não pode mais ser ignorada, tanto pelas instituições políticas e governamentais quanto pelos partidos políticos, como espaço de fomento no universo de construção das imagens públicas. Fazendo parte do sistema global de comunicação, a *Internet* passa a ocupar lugar de destaque em meio a esse atual cenário das redes informativas, cuja diversidade tem determinado uma multiplicidade de informações fragmentadas.

4.2 - Recrutamento Partidário

Os atores que se envolvem em competições eleitorais, onde a filiação a um partido político é imprescindível para o alcance de um cargo público através do voto, se dividem em simpatizantes e adeptos. Segundo Maurice Duverger (1985), a principal diferença entre ambos é que enquanto os primeiros mostram suas identidades com o partido através do voto; os outros, conforme o processo de formação histórica do partido, podem ter duplo caráter: político (considerando o grau de formação política ali recebida) e financeiro (com contribuições que auxiliam a organização partidárias nas campanhas). Para ser um adepto a um partido é necessário que o candidato assine uma ficha que comprove sua filiação, assim dois tipos filiados podem ser percebidos: aqueles

que possuem uma vida de participação efetiva no partido, de forma orgânica; ou aqueles que ingressam no partido visando exclusivamente a competição eleitoral.

A conquista de quadros militantes para as fileiras de um partido, em sua maioria se dá através do que Duverger (1985) denomina “organismos anexos”, que são grupos criados e/ou controlados pelos partidos, ou pelas lideranças dos mesmos, a fim de expandirem suas atuações políticas. Esses organismos anexos podem ser de simpatizantes ou de filiados. Cabe-nos centrar nossa investigação aos que pertencem aos primeiros, tendo em vista que muitos grupos de organizações juvenis, tais como grêmios estudantis, centros acadêmicos, grupos de jovens, grupos ecológicos possuem lideranças que pertencem ou simpatizam com um determinado partido político.

Esses organismos possibilitam a ascensão de quadros juvenis com qualidades e capital social, que podem ser traduzidos em capital político-eleitoral, tornando-se imprescindível para um partido que almeja alcançar votações que lhes dêem a condição de obtenção de cadeiras no parlamento; estando aí a necessidade desse partido em recrutar jovens que não estejam oficialmente pertencentes as suas instâncias, mas que trazem consigo o capital social acima mencionado.

O recrutamento de candidaturas é um processo de pré-seleção de candidatos/as ao qual os/as cidadãos/as se submetem através de regras partidárias ou leis nacionais para fazerem parte das listas nominais apresentadas ao eleitorado de cada país em eleições democráticas competitivas. Trata-se de um mecanismo de filtragem que determina quem é elegível para um dado cargo proporcional ou majoritário (Norris, 1993; 1996^a e Norris & Lovenduski, 1995). Três fatores seriam imprescindíveis para o recrutamento: a) como está estruturado o voto para a definição das cadeiras no parlamento (se proporcional ou majoritário); b) a magnitude do distrito (número de cadeiras por distrito); o grau de proporcionalidade (alocação de votos por assento). Dada essas três condições podemos afirmar indubitavelmente que os sistemas eleitorais de lista aberta favorecem à seleção e a eleição de jovens candidatos /as.

O grau de representatividade das instituições de governo refere-se à amplitude com a qual os diversos segmentos de que se compõe o *demos*, qualquer que seja o critério utilizado (tendências ideológicas, classes sociais, clivagens socioeconômicas outras, etc.) se fazem presentes nas instituições governamentais (LIMA JR., 1997 p. 31)

Nas democracias liberais, o sistema partidário é o principal “porteiro” num processo de seleção de candidaturas (Álvares, 2004, pág. 66). O estabelecimento de regras do sistema partidário acaba fazendo com que os partidos sejam regidos por estatutos, que também definem critérios eleitorais, a seleção de candidatos, havendo, dessa forma, uma definição de como internamente o partido funciona e quais os critérios para a seleção de candidaturas: a) através de decisões do conjunto do partido; b) por lideranças nacionais; c) membros da base partidária; d) líderes locais. Para a seleção de um pretense ao cargo de vereador, acreditamos que o item “b” é o que menos cabe, em virtude de estarmos analisando a escolha num âmbito local.

Nesse processo, a lógica do mercado eleitoral acaba prevalecendo, onde oferta e demanda criam um híbrido no recrutamento dessas candidaturas. A oferta estaria relacionada ao desejo do indivíduo em lançar-se candidato e para concorrer demonstra seus motivos e seu capital político (recursos financeiros, bases eleitorais, tempo, etc.). Quanto à demanda está justamente na procura do indivíduo em ser candidato, porém, a confirmação ou não dessa candidatura perpassa por aqueles que selecionam tais candidaturas.

Oferta e demanda interagem. Aspirantes que buscam um cargo elegível podem ser desencorajados a competir por ativistas partidários, ao perceberem que tal pretendente pode trazer prejuízos. O grau desta interação é pouco visível, pois é um “*modelo de sistema que produz uma curva fechada de retroalimentação para o retorno do resultado para o grupo daqueles que aspiram a uma carreira política*” (Álvares, 2004, p. 70).

Heuven Hazan (2002), ao buscar identificar as estratégias de democratização partidária e os mecanismos de acesso aos partidos, constata a influência de fatores contextuais na seleção de candidatos. Tais fatores estariam relacionados à própria organização partidária, a certos padrões de competição eleitoral, à rotatividade legislativa, à cultura política, dentre outros. Para este autor dois métodos de seleção são adotados pelos partidos políticos: um onde prevalece a centralização e outro que apresenta a uma evidenciada descentralização. No correspondente ao primeiro método, a seleção do candidato é feito por um agente partidário, porém, externo a representação territorial/local do partido o *selectorate*. Já o método descentralizado, a seleção de candidaturas se dá por selecionadores partidários locais, ou grupos sociais intrapartidários ou grupos sectários. Apresenta características territoriais (quando

aqueles que fazem a seleção pertencem a localidade) e de incorporação (quando garante a seleção a grupos que estão incorporados ao partido (sindicatos, grupos de jovens, grupo de mulheres, minorias, etc.)

Perissinotto & Bolognesi (2007), afirmam que “um verdadeiro estudo de recrutamento deve dar conta não apenas das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tal, comparando-as com os atributos da população em geral”. Norris (1997) afirma que essa é uma das formas de analisar como se dá o processo que seleciona os que ocuparão postos de elite e isso contribuirá para a análise de quais grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais grupos buscam a carreira política, mas dela são alijados e quais se encontram sobre-representados na elite política.

Considerando que, no Brasil e em quase a totalidade dos países democráticos, a filiação a um partido político é uma condição *sine qua non* para que um indivíduo venha aspirar um cargo eletivo e que os mesmos seriam, conforme demonstra Putnam (1976) e Giddens (1974), os principais “canais” ou as principais “avenidas” de acesso às posições de elite, certamente, a busca por quadros mais jovens depende da forma como essas instituições partidárias estão estruturadas.

Não queremos descartar outras condicionantes estimuladoras para o ingresso de um jovem a um determinado partido político que devem, ou deveriam aqui ser, minimamente consideradas. Czudnowski (1975) ressalta que o recrutamento de um indivíduo a um partido político pode começar ainda na infância, pois esse indivíduo pode estar envolvido num ambiente familiar político, onde os membros da família exercem cargos políticos ou são militantes partidários.

Afirmar que a tarefa de um partido se resume exclusivamente ao recrutamento de “futuros (as)” candidatos (as) ou militantes mobilizadores é uma negação de outras estratégias partidárias, sendo uma delas a de criar um processo de renovação de direção, tendo em vista que quadros mais jovens podem trazer novas formas políticas para dentro do partido, o que poderá criar novos paradigmas na disputa de poder intra e interpartidário. Essa afirmação comunga com uma das quatro condições suscitadas por Lapalombara e Weiner (1966) e que são necessárias para que uma organização possa ser considerada um partido político. Segundo esses autores deve se observar a continuidade da estrutura organizacional do partido. “Isto é, a longevidade da organização partidária não pode depender dos seus dirigentes atuais” (Braga & Borges, 2008). Tal teoria levamos a supor que existam arranjos partidários que primam pela renovação dos membros,

fazendo emergir novas elites, onde se considera o tempo de militância e a ascensão nas estruturas de direção.

Kitschelt (1991) é um autor que discorda da tese que a função organizacional de partido visa exclusivamente colocá-lo como “produto no mercado eleitoral” e assim ele define as legendas da esquerda contemporânea

Porque ativistas defendem objetivos políticos e estratégias eleitorais, partidos não são inevitavelmente organizações baseadas no “mercado eleitoral” com maximização de votos e cargos como um padrão fixo de sucesso. Espera-se que membros ativos considerem vários objetivos e estratégias potenciais e escolham entre elas à luz de diversas preferências e crenças cognitivas. (...) Diversas relações com outras instituições políticas constam para uma diversidade de metas desconsiderada pela visão eleitoralista dos partidos políticos. A visão eleitoralista ignora o fato de que em muitas democracias os partidos são mais do que meras máquinas eleitorais” (Kitschelt, 1989, p. 46-47).

Empregando a definição estrutural contida na obra de Angelo Panebianco, Kinzo (2003) ressalta que apesar do conceito “partido” trazer diversos significados é possível destacar pelo menos dois traços característicos e que parece ser consenso entre os estudiosos: o primeiro refere-se ao contexto em que os partidos atuam; em segundo, às atividades que desenvolvem sob tal contexto. Ao considerarmos tal afirmação, podemos inferir que, contextualmente, a redemocratização brasileira, ao garantir eleições diretas para todos os cargos executivos e legislativos; ao incluir importantes segmentos no eleitorado, dentre os quais os da faixa etária compreendida entre dezesseis e dezessete anos, mesmo com o voto facultado; ao favorecer o surgimento de novas demandas de políticas públicas direcionadas aos jovens; ao estimular o crescimento do eleitorado juvenil; levaram os partidos políticos elaborarem um conjunto de estratégias que possibilitassem uma maior aproximação desses últimos em relação a esse segmento.

O exposto aqui, pode identificar-se com a premissa de Huntington (1968) quanto este afirma que os partidos são instituições chave para a estabilidade política e para a democracia. Utilizando-se da categoria “adaptabilidade” como critério que estaria relacionado a sobrevivência partidária, esse autor enfatiza que esta seria uma condição essencial para análise do grau de institucionalização dos partidos políticos na América Latina. Adaptar-se a uma sociedade onde “a participação dos jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democrático” (Bokany & Venturi, 2005) passou a ocupar lugar importante na pauta dos

partidos políticos, não diferindo do pensamento de Levitsky (2003) que além de trabalhar com o conceito de adaptação tem a preocupação em saber se os partidos políticos conseguem responder às mudanças no ambiente externo (eleitoral e econômico, cultural, etc.). Então, conforme demonstrado por Clara Araújo (2005), “os partidos não são instituições fixas e imutáveis, ao contrário, estão em constante fluxo, adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam. Nesse sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade”. (Araújo, 2005: 194).

Álvares (2004) ao focar sua análise aos padrões de recrutamento e seleção de candidaturas afirma que a atração de simpatizantes para um partido político necessita de estratégias de sedução. Segundo essa autora “esse é o trabalho de base de militantes e ativistas de organizações partidárias, objetivando reunir mais adeptos para os seus quadros, atividade materializada no processo de recrutamento político que tem vários formatos, agentes e ambientes e se torna fundamental para a consolidação da organização” (Álvares, 2006: 04).

Mas o que seriam essas seduções partidárias, ou os estímulos que levariam indivíduos, principalmente os mais jovens, a participarem da vida de um respectivo partido? Podemos supor que fatores como a ideologia política; um maior processo de inclusão, caso consideremos a categoria dahlsiana; plataforma programática; e a vivência em sociedades onde a democracia está consolidada ou as que estão em processo de democratização após longos tempos de governos ditatoriais ou totalitários são hipóteses que de forma alguma poderão ser desprezadas.

Como afirmamos acima, se uma das tarefas partidárias é a mobilização de eleitores e de agentes mobilizadores para que possa disputar governos através do voto, que estratégias os partidos brasileiros têm utilizado para atrair um maior número de signatários, num contexto onde os mesmos não possuem qualquer grau expressivo de confiabilidade por parte dentre os quais os mais jovens?

4. CAPITULO - Finalmente a candidatura: Como os jovens tornam-se Candidatos?

4.1 – Quem são os jovens candidatos?

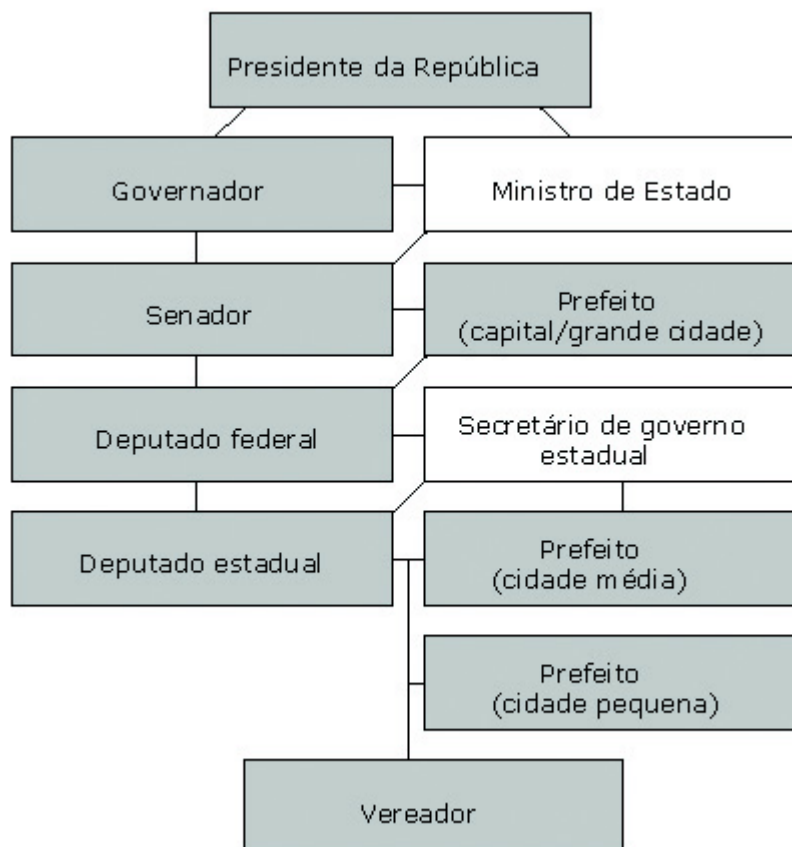
A procura por uma cadeira parlamentar tende a ser a atitude de um/a cidadão/ã desejoso/a de competir em processos eleitorais, numa sociedade democrática. Há regras institucionais, emitidas pelo órgão competente da justiça eleitoral, que controlam o desejo manifesto, como a filiação partidária. Há critérios informais refletindo certos procedimentos de valorização de outros aspectos, como os antecedentes sociais dos filiados/as (Álvares, 2004, p. 2)

No Brasil, o sistema partidário composto por uma vasta quantidade de partidos e um sistema eleitoral baseado na distribuição de cadeiras conforme a proporção de votos obtidos por cada partido nos pleitos, sem dúvida, são os grandes responsáveis pela grande oferta de candidatos na competição eleitoral. Representando as mais diversas clivagens sociais esses candidatos criam as mais variadas estratégias buscando suas (re) eleições, sendo que, na grande maioria dos casos essas estratégias independem daquelas propostas pelos partidos. “Com a ascendência de uma visão dos partidos que privilegia a maximização dos votos cresceu a tendência a minimizar a organização partidária, tida como de menor importância, já que o fundamental é conquistar votos. Os adeptos da escolha racional partem do pressuposto que a busca de votos determina a organização partidária, e que os partidos tendem a organizar internamente de modo a maximizar sua capacidade de obter votos” (KATZ, 1980; SCHLESINGER, 1991).

Quando o pleito é local, dependendo da magnitude eleitoral do município e da quantidade de partidos existentes e legalmente registrados, essa oferta se torna mais expressiva numericamente. Uma das hipóteses que podemos levantar é que o cargo de vereador estaria na base de uma estratificação de cargos eletivos a serem disputados, pois conforme afirma Miguel (2003), ao analisar a estrutura da carreira política no país e reconhecendo a ausência de estudos específicos, afirma que o cargo da vereança local seria o de menor prestígio político. e “o vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou Prefeito Municipal” o que não deixa de ser, uma suposição devido a ausência de dados que demonstrem claramente o carreirismo político que se inicia em poder local.

O esquema montado por esse autor abaixo demonstra como essa estratificação tende a seguir uma lógica ascendente, que tem como base o cargo de vereador e no topo encontra-se o cargo máximo do presidencialismo.

Vale ressaltar que os quadros mais escuros são os cargos em que se chega através do voto, num regime democrático, enquanto os cargos que estão nos quadros mais claros fazem parte de indicações políticas e/ou partidárias, principalmente num regime presidencialista de coalizão e que se reflete nos estados e municípios



Fonte: extraído de Miguel (2003).

Outro fator que favorece esse elevado número de candidatos no mercado eleitoral, principalmente para a composição do legislativo, deve-se ao fato da existência de uma legislação que permite que os partidos competidores lancem até 150% a mais dos números de candidatos, ou seja, em relação às cadeiras a serem preenchidas, no caso do Brasil¹⁰. Já a coligação, independentemente de quantas legendas estão juntas, pode lançar candidatos até o dobro do número de cadeiras em disputa. Nesse caso, percebe-se que nos pleitos municipais o eleitor se depara com uma gama de candidatos

¹⁰ Artigo 10 da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições)

e partidos, utilizando-se das mais diversas formas de discursos propondo-se a serem os representantes dos mais diversos bairros, distritos, localidades, etc. que organizam territorialmente o município. Para alguém pleitear um cargo no poder executivo ou legislativo, no Brasil e em outras democracias, é necessário à filiação partidária.

Cada organização partidária lançará a quantidade de candidatos considerando seu potencial eleitoral, o que as leva a adotar estratégias que possibilitem a eleição de seus quadros: saindo sozinha, sem coligações; ou coligando com partidos que favoreçam a eleição dos signatários da legenda. Para Fleisher (2006) este é um arranjo que o sistema proporcional oferece para que os partidos considerados pequenos sobrevivam a “barreira do quociente eleitoral”.

As estatísticas dos candidatos a vereadores que disputaram as eleições nos mais de cinco mil e quinhentos municípios do Brasil, em 2008, demonstram uma predominância do sexo masculino na faixa etária compreendida entre 35 e 59 anos. Conforme o demonstrativo da tabela é justamente nesse interstício etário que se concentra o maior número de candidatos, seja entre homens ou mulheres, considerando aqueles que informaram suas idades frente à justiça eleitoral.

Tabela 1
Candidatos por Faixa Etária/Eleições 2008
Cargo Vereador – Brasil

Cargo	Faixa Etária	Qt Masc	Qt Fem	Qt NI	Qt Total
Vereador	Inválida	0	0	0	0
Vereador	18 a 20 anos	1.953	939	0	2.892
Vereador	21 a 24 anos	7.005	2.204	0	9.209
Vereador	25 a 34 anos	48.255	12.715	0	60.970
Vereador	35 a 44 anos	89.643	25.650	0	115.293
Vereador	45 a 59 anos	103.543	31.075	0	134.618
Vereador	60 a 69 anos	17.810	3.912	0	21.722
Vereador	70 a 79 anos	3.231	470	0	3.701
Vereador	Superior a 79 anos	298	39	0	337
TOTAL		271.768	77.634	0	349.402

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Percebe-se que as faixas etárias mais jovens e mais elevadas (60 a mais de 79 anos) estão ausentes do pleito eleitoral. Podemos levantar algumas hipóteses sobre essa

discrepância entre aquelas faixas etárias que concentram uma maior quantidade de candidatos lançados em pleitos municipais e aquelas que apresentam uma menor quantidade de candidatos. Uma das hipóteses pode ser i) a falta de experiência e de recursos econômicos dos mais jovens, pois o pouco tempo de partido, para os selecionadores da lista, pode representar pouca experiência política; ii) no que se refere aos recursos econômicos, muito desses jovens estão sem uma atividade remunerada ou contam com apoio de pessoas físicas ou jurídicas que garantam em tempos em que as eleições estão cada vez mais caras e exigem tecnologias e recursos humanos e materiais de custos elevados.

Quem no entanto, pretende candidatar-se para ganhar necessita de uma avaliação clara de suas reais possibilidades. “Tenho chance de me eleger?” deve ser uma pergunta feita de forma sincera e destemida. Campanhas assentadas em ilusões geradas pela falta de informação sobre o verdadeiro potencial de voto já “quebraram “muitos” militantes (*apud*. Álvares, 2009, p.19)

Duverger afirma que “nas pequenas circunscrições, as despesas com eleição são menos elevadas do que numa grande”, porém, continua esse autor, “a circunscrição não pode ser vista somente no aspecto geográfico, devendo ser considerado também o número de eleitores” (Duverger, p. 391).

Já nas faixas etárias mais elevadas, a estabilidade econômica pode representar certo afastamento e rejeição em participar de pleitos eleitorais, negando obter mandato como um “segundo emprego” ou fonte de renda. Outra hipótese é que a idade elevada pode ser um obstáculo para uma campanha eleitoral dinamizada, devido a existência de comícios, caminhadas, reuniões, etc. Os que estão na faixa etária de maior concentração de candidatos, certamente estão em momentos de estabilidade profissional e financeira, o que facilitaria pleitear uma vaga no Legislativo, principalmente municipal onde os recursos, dependendo da dimensão territorial e eleitoral pode requerer uma maior ou menor estrutura financeira.

A ausência de dados sobre a faixa etária dos candidatos a vereadores eleitos no país nos faz levantar a hipótese de que o fato de muitos candidatos serem lançados na idade entre 35 e 59, esse grupo etário deve compor a maior quantidade de cadeira nas mais de 5.500 Casas Legislativas dos Municípios brasileiros. Nesse grupo etário, também deve existir candidatos que já foram testados em outros pleitos eleitorais o que

pode ser um importante balizador para que o selecionador o coloque na lista partidária. Essa experiência é uma variável importante para a composição da lista e mesmo que o candidato não tenha tido sucesso eleitoral numa competição anterior, ele busca sucesso em outra.

Em 2008, apesar de representarem em torno de 20% do eleitorado brasileiro, conforme o quadro abaixo, poucos são os jovens que competem almejando cadeiras nos parlamentos municipais, sendo que aí também os jovens do sexo masculino predominam sobre as jovens.

Tabela 2
Eleitores por Faixa Etária
Pesquisa Brasil Julho / 2008

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
16 anos	559.627	49.98	560.017	50.02	0	0	1.119.624	.86
17 anos	907.078	50.28	896.869	49.72		0	1.803.947	1.38
18 a 20 anos	4.539.964	49.84	4.569.742	50.16	0	0	9.109.706	6.98
21 a 24 anos	6.573.199	49.4	6.733.549	50.6	0	0	13.306.748	10.19
25 a 34 anos	15.416.579	48.7	16.238.28	51.3	739	0	31.655.646	24.24
35 a 44 anos	12.555.387	48.16	13.485.956	51.73	28.434	.11	26.069.777	19.96
45 a 59 anos	13.630.425	47.47	150.014.178	52.28	71.674	.25	28.716.277	21.99
60 a 69 anos	4.872.559	46.53	5.569.492	53.19	29.447	.28	10.471.498	8.02
70 a 79 anos	2.589.468	45.11	3.131.020	54.55	19.453	.34	5.739.941	4.39
Superior a 79 anos	1.234.847	47.3	1.364.225	52.26	11.393	.44	2.610.465	2
Inválida	67	48.55	68	49.28	3	2.17	138	0
TOTAL(TT)	62.879.200	48.15	67.563.444	51.73	161.143.	.12	130.603.787	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Se considerarmos os números expostos, os jovens do sexo masculino totalizaram 9.389 candidaturas ao cargo de vereança, enquanto 3.368 foram as candidatas na faixa entre 18 e 24 anos que tentaram se eleger vereadoras em seus municípios. Ou seja, em todo país, das 346.419 candidaturas registradas no TSE, apenas 12.757 eram de jovens, o que cria uma discrepância considerável, tendo em vista a forma como o TSE organiza seus registros dentro da categoria faixa etária.

O número de candidaturas de jovens não consegue superar o número dos candidatos que compreende a faixa de 60 a 79 anos, sendo que esta teve um registro de 22.722 candidatos da “terceira idade”. Esta faixa etária compreende apenas 10% da população brasileira.

Esse número torna-se mais preocupante quando dividimos o total de candidaturas do segmento juventude e dividimos pelo número de municípios existentes

no Brasil em 2004 (5.560), o que dá em média 2,3 candidatos jovens em cada circunscrição municipal.

Apesar de uma média restrita de candidaturas, muitos jovens são eleitos vereadores com idades abaixo do que é registrado pelo TSE, e também aquelas que nos propomos a pesquisar. É o que ocorreu com Orlando Dantas de Souza do PSDB, em 2004, que foi eleito vereador no município de Emas na Paraíba, aos 17 anos de idade. Apesar desse fato ocorrer com uma idade abaixo do que permite a legislação, o mesmo pode exercer o mandato de vereador, em virtude dessa legislação determinar que o eleito deve ter 18 anos na data da posse. Outro problema que enfrentamos em nossa análise deve-se justamente ao fato do TSE ou TRE-PA não disponibilizarem os perfis dos candidatos eleitos, ficando difícil saber a quantidade de jovens que obtiveram sucessos na corrida eleitoral nos pleitos em questão.

No caso do Pará, a quantidade de candidaturas jovens também não ocupa espaços significativos nas listas dos partidos, ficando próximo da média nacional (3,5%), números esse que também contrastam radicalmente com o eleitorado do Estado que estava nessa faixa etária, na época estava em 24,75% (incluídos nesse percentual os jovens com idade de 16 e 17 anos), maior que a média nacional.

Tabela 3

Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária/ Pará - Julho / 2008

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
16 anos	27.281	49.97	27.313	50.03	0	0	54.594	1,21
17 anos	44.487	50.22	44.448	49.78	0	0	89.295	1,98
18 a 20 anos	190.964	49.89	191.783	50.11	0	0	382.747	8,48
21 a 24 anos	273.983	49.72	277.022	50.28	0	0	551.055	12,20
25 a 34 anos	604.542	49.65	613.101	50.35	0	0	1.217.643	26,97
35 a 44 anos	431.591	49.94	432.172	50	530	.06	864.293	19,14
45 a 59 anos	416.623	50.31	409.886	49.5	1.528	.18	820.037	18,34
60 a 69 anos	149.474	50.65	145.075	49.16	572	.19	295.121	6,54
70 a 79 anos	78.686	51.04	75.015	48.66	469	.3	154.170	3,41
Superior a 79 anos	42.298	53.76	36.039	45.81	341	.43	78.678	1,74
Inválida	3	42.86	4	57.14	0	0	7	0
TOTAL(TT)	2.260.292	50.06	2.251.858	49.87	3.440	.08	4.515.590	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 4
Faixa Etária Candidatos a Vereadores
Pará 2008

UF	Cargo	Faixa Etária	Qt Masc	Qt Fem	Qt NI	Qt Total
PARÁ	Vereador	Não Informada	2	2	0	4
PARÁ	Vereador	18 a 20 anos	68	29	0	97
PARÁ	Vereador	21 a 24 anos	242	110	0	352
PARÁ	Vereador	25 a 34 anos	2.105	616	0	2.721
PARÁ	Vereador	35 a 44 anos	3.603	1.103	0	4.706
PARÁ	Vereador	45 a 59 anos	3.450	1.116	0	4.566
PARÁ	Vereador	60 a 69 anos	524	112	0	636
PARÁ	Vereador	70 a 79 anos	84	5	0	89
PARÁ	Vereador	Superior a 79 anos	8	1	0	9
TOTAL			10.086	3.094	0	13.180

Fonte: Tribuna Superior Eleitoral

Esses dados comprovam que também em nível de unidade federativa, pelo menos no Pará, poucos são os jovens que competiram nos pleitos de 2008, totalizando 449 jovens que buscaram vagas nas câmaras de vereadores dos municípios paraenses. Desse total, 139 são jovens do sexo feminino, o que corresponde quase 31% das candidaturas correspondentes entre 18 e 24 anos; e 320 do sexo masculino, equivalente a 69% do total de candidaturas de jovens. A média de candidatos jovens por municípios no Estado do Pará é um pouco maior que a média nacional: em torno de 3% de jovens almejando um cargo de vereador.

Percebe-se também que no que corresponde aos que possuem entre 18 e 20 anos, homens e mulheres estão praticamente empatados com o mesmo número de candidaturas apresentadas, diferente do que ocorre em nível nacional, onde há uma maior quantidade de candidatos do sexo masculino nessa faixa etária. Podemos supor que o fato de termos poucas jovens competindo seja um reflexo do que ocorre em nível nacional, com um pequeno percentual de participação feminina, mesmo quando está em jogo um assento no parlamento municipal.

Conforme o quadro demonstra, a faixa etária que compreende os 35 aos 59 anos concentra o maior número de candidatos, alcançando quase 70 % do total de

candidaturas apresentadas em todos os municípios. Esse fato abre possibilidades para que a conjecturemos que a média de candidatos eleitos no estado esteja concentrada nessa faixa etária, o que podemos conseqüentemente deduzir que haja um reduzido número de jovens que foram eleitos.

Em Belém, apenas 20 candidatos, dentro da faixa etária aqui analisada, pleitearam a vereança em 2008, representando apenas 2,92% do total de candidatos. Esse percentual é maior que a média estadual (2,84%), porém, abaixo da média nacional (3,68%).

TABELA 5
Faixa Etária Candidatos A Vereadores Belém

Município	Cargo	Faixa Etária	Qt. Mas	Qt. Fem	Qt Ni	Total
BELÉM	Vereador	18 a 20 anos	2	1	0	3
BELÉM	Vereador	21 a 24 anos	13	4	0	17
BELÉM	Vereador	25 a 34 anos	88	10	0	98
BELÉM	Vereador	35 a 44 anos	182	35	8	217
BELÉM	Vereador	45 a 59 anos	205	61	0	266
BELÉM	Vereador	60 a 69 anos	33	13	0	46
BELÉM	Vereador	70 a 79 anos	6	0	0	6
BELÉM	Vereador	Superior a 79 anos	0	0	0	0
TOTAL			529	124		653

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Como ocorre em nível nacional e estadual, nesse município o maior número de candidaturas é do sexo masculino (73,15%), concentrando-se na faixa etária entre 35 a 59 anos. Inexpressivos quantitativamente, as jovens são superadas pelos homens da mesma faixa etária, sendo que 5 candidatas estão na faixa etária que nos propomos pesquisar. Na divisão, dentre todas as faixas etárias, em nenhuma faixa de idade existe superação de candidaturas femininas em relação à candidaturas masculinas.

TABELA
Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária
Belém/Pará - Julho / 2008

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
16 anos	1.995	51	1.878	49	0	0	3.833	.04
17 anos	4.882	49.33	5.014	50.67	0	0	9.896	1.03
18 a 20 anos	31262	48.29	33.480	51.71	0	0	64.742	6.74
21 a 24 anos	47.499	47.53	52.434	52.47	0	0	99.933	10.4
25 a 34 anos	118.689	46.81	134.847	53.19	0	0	253.536	26.38
35 a 44 anos	93.690	46.22	108.847	53.69	183	.09	202.720	21.09
45 a 59 anos	91.556	45.46	109.317	54.27	536	.27	201.419	20.95
60 a 69 anos	29.066	42.95	38.398	56.74	207	.31	67.671	7.04
70 a 79 anos	14.754	41.19	20.935	58.44	132	.37	35.821	3.73
Superior a 79 anos	9.600	44.32	11.924	55.05	136	.63	21.660	2.25
Inválida	1	100	0	0	0	0	1	0
TOTAL(TT)	442.964		517.074	53.79	1.194	.12	961.232	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O papel da eleição é considerado um elemento intrínseco da democracia representativa, uma vez que a participação cidadã, conforme argumenta Dahl (2001), seja assegurada aos membros da *polity* (KINZO, 2003: 54), expressada, fundamentalmente, na correlação de forças dos diferentes grupos políticos, no momento em que o sistema partidário garanta a competição entre eles. Para os jovens que disputam um cargo público, esse momento eleitoral pode representar, dependendo dos resultados, a continuidade ou mesmo mudanças na sua forma de atuação política.

Aqui, nos deteremos à análise dos dados colhidos junto a 4 (quatro) candidatos a vereadores no município de Belém que disputaram o pleito eleitoral de 2008, quando estavam na faixa etária entre 18 e 29 anos.

Como já esclarecemos na introdução, essa pesquisa é um estudo de caso onde, mesmo não sendo seu escopo principal, a análise comparativa far-se-á presente nesse momento. Entrevistamos 4 candidatos sendo dois do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e dois do Partido dos Trabalhadores (PT), não sendo o nosso propósito analisar essas duas organizações a partir do viés ideológico, pois ainda existe uma indefinição na literatura brasileira em localizar alguns partidos em um determinado espectro ideológico, no caso uma indefinição em relação ao primeiro partido, pois é

quase consenso na atual literatura que a agremiação petista estaria mais a esquerda dentre os maiores partidos

Há, é certo, divergências laterais quanto a esse mapeamento ideológico. Para Maria D'Alva Gil Kinzo, o PT seria o único partido “realmente de esquerda”, observação que parece correta à luz não apenas de seu programa, como também da composição social da bancada petista. Para a autora, o PDT e o PSDB seriam de centro-esquerda; o PMDB (junto com o PTB) ocuparia o centro do espectro e o PFL seria de centro-direita (junto com outros partidos que não estão abrangidos nesta pesquisa) (1993, p. 79). Já Carlos Alberto Novaes classificou o PDT e o PSDB como centro-esquerda e o PMDB como centro-direita. Outra conceituação que foge da habitual é a de Olavo Brasil de Lima Jr. que, em 1993, colocou o PMDB entre os partidos de direita, junto com o PDS, o PFL e o PTB. O PSDB foi incluído entre os partidos de esquerda, ao lado do PCB e do PDT (1993b, p. 61). Essas caracterizações foram feitas há um certo tempo. Os partidos são percebidos de modo diferente na medida em que o sistema partidário se institucionaliza e suas orientações políticas e programas mudam, especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo. Portanto, é possível que alguns dos autores citados tenham hoje outra avaliação em relação aos mesmos partidos. (RODRIGUES, 2002, p. 32).

Consideraremos, aqui, a forma como esses dois partidos políticos vêm polarizando as disputas eleitorais no estado e no país nos últimos anos nas disputas para o Governo Estadual paraense e a Presidência da República.

Para um melhor desenvolvimento deste último capítulo resolvemos organizá-lo em quatro pontos-chaves que se referem a trajetória pessoal e política, a forma como se deu seus recrutamentos e suas trajetórias nas instâncias partidárias, e, por fim, a campanha eleitoral desenvolvidas por eles.

4.2 – A trajetória pessoal dos candidatos

Aqui estabelecemos como trajetória pessoal tudo que se refere aos dados correspondentes aos antecedentes sociais dos candidatos, merecendo destaque a idade, estado civil, a escolaridade e a religião. Para uma melhor identificação decidimos organizar tais aspectos em tabelas com os referidos nomes dos candidatos e seus respectivos partidos, pois cremos que as informações dadas para essa pesquisa não causará qualquer comprometimento ou constrangimento aos entrevistados em suas vidas pessoais, profissionais, partidárias e políticas. Vale destacar que todas as informações demonstradas na tabela se devem ao período em que os entrevistados concorreram a

uma vaga de vereador no município de Belém, não sendo nosso objetivo deter nossa análise às mudanças ocorridas nessas dimensões, durante as trajetórias político-partidárias desses entrevistados.

Quadro 1
Dados Pessoais dos Entrevistados

Candidato	Ano em que foi candidato	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Religião
PT ¹	2008	24	Solteiro	Ensino Médio Completo	Espírita
PT ²	2008	23	Solteiro	Superior Completo	Católica
PSDB ¹	2008	20	Solteiro	Ensino Médio Completo	Católica
PSDB ²	200	24	Solteiro	Ensino Médio Completo	Evangélica

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

O quadro acima pode mostrar que existe uma tendência de os jovens, principalmente aqueles sem parentescos de políticos, buscam iniciar suas carreiras políticas pleiteando cargos de vereadores, para depois almejar vagas em Assembléias Legislativas Estaduais, Câmara Federal, vice ou prefeito de seus municípios, necessariamente não seguindo qualquer ordem linear. Nenhum dos entrevistados possui qualquer vínculo de parentesco com algum político da história do município ou do estado, ou seja, não tinham parentes que ocuparam cargos no legislativo ou executivo municipal, em outras eleições.

O nível de escolaridade dos candidatos está entre o ensino médio completo e superior. Como pode se ver um entrevistado do PT e um do PSDB possui nível superior completo. Não foi possível pesquisar qualquer dado no TSE ou TRE-PA que interrelacionasse faixa etária com o grau de escolaridade dos candidatos a vereadores em 2008, o que dificulta qualquer afirmação baseada em dados quantitativos.

O quadro abaixo demonstra o nível de escolaridade das candidaturas dos dois partidos em 2008.

Tabela 7
Escolaridade dos Candidatos à Vereadores
Belém - 2008

PARTIDO	Fundamental Incompleto (%)	Fundamental Completo (%)	Médio Incompleto (%)	Médio Completo (%)	Superior Incompleto (%)	Superior Completo (%)	Total
PT	0	0	0	10.7	14.3	75	100
PSDB	9.5	4.7	0	38.1	9.5	38.1	100

Fonte: Dados Extraídos pelo autor

O quadro demonstra o quanto os candidatos do Partido dos Trabalhadores possuem um nível de escolaridade elevado, sendo que dos seus 28 candidatos lançados, 75% tinham o ensino superior completo. Esse número quase iguala a quantidade de candidatos de nível superior completo e de ensino médio completo dos social-democratas somados.

No estado civil, a condição de solteiro foi unânime entre os entrevistados. “Conforme estatísticas do Registro Civil do IBGE – 2000, a taxa de nupcialidade está em decréscimo no Brasil, principalmente nas regiões Sudeste e Sul e demonstra que os homens estão casando aos 29 anos, mas a maior faixa de seus casamentos ocorre entre 20 e 29 anos. Esta tendência opera na faixa etária de entrada na política” (ÁLVARES, 2004, p. 249).

No aspecto cultural religioso três candidatos possuem formação cristã, sendo dois católicos, um evangélico e um espírita. Dos quatro entrevistados, todos candidatos participaram de grupos de jovens religiosos, o que p

4.3 – A trajetória profissional dos candidatos

A atividade profissional ou ocupação especializada é exercida pelas pessoas com vistas a garantir um *status* socioeconômico e um lugar no mercado de trabalho, supondo determinado tempo de preparação (formação) e o seu exercício (prática), para se tornar parte da trajetória pessoal de cada uma. Conforme este percurso se apresente no êxito individual, em qualquer setor profissional, a carreira pessoal agrega prestígio social (ÁLVARES, *Ibidem*, pág. 251).

As atuais mudanças nas relações de trabalho certamente atingem um segmento específico que são os jovens. O fato de esses jovens candidatos estarem vivenciando

situações profissionais justamente no momento em que as mudanças sociais se consolidam, estabelecendo novas formas de trabalho torna-se um campo nítido para uma pesquisa mais detalhada. Porém, nosso escopo é de verificar até que ponto a vida profissional desses jovens criaram ou não possibilidades para suas carreiras políticas. Conforme o demonstrativo abaixo é possível verificar, com outros aportes, “se esta variável importava no jogo das indicações e desejos de competição, utilizando outros aspectos que facilitaram avaliar os recursos disponíveis na trajetória profissional do candidato como base de apoio para dar-lhe a motivação para sair candidato ou ser indicado pelo partido” (ÁLVARES, 2004, p. 251).

QUADRO 2
Trajетória Profissional dos Jovens PT/PSDB

Candidato	Primeiro Emprego	Ocupação quando saiu candidato	Outras ocupações antes da candidatura
PT ¹	Estagiária	“Estudante”	Estudante
PT ²	Estagiário	Advogado	Nenhuma
PSDB ¹	Nenhum	Estudante	Nenhuma
PSDB ²	Office-boy	Estudante	Nenhuma

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

O demonstrativo revela a mobilidade ocupacional, entre todos os candidatos entrevistados. Logicamente por serem jovens, estão em ocupações que não ganham um renda significativa, com exceção de um dos candidatos tucano, que já formado na área de advocacia possuía uma renda maior que os demais candidatos. Em eras de campanhas que sugerem volumosos recursos financeiros, uma ocupação com uma renda que podemos considerar alta, certamente contribuiria nos gastos de um candidato que almeja o Parlamento municipal de uma capital necessita. O fator econômico passa a ser um principal problema político desses jovens, pois, por não possuírem um financiador de suas candidaturas, talvez até mesmo pela falta de experiência política, precisam deslocar parcos recursos para suas campanhas, muitas vezes financiadas pela família.

Propomos analisar o grau de representatividade que um aspirante a um cargo eletivo avalia o grau de conhecimento que tem em suas relações sociais, seja na profissão ou em outro eixo. O Quadro 3 demonstra esse grau de representatividade que eles tinham conseguido nesse ambiente durante o período em que exerciam tais ocupações e observar até que ponto tais seriam viáveis ou não suas candidaturas. Três opções foram apresentadas aos candidatos e eles responderam da seguinte forma:

QUADRO 6
Abrangência de contato com o público

Candidato	Abrangência de contato com o público na ocupação da época da candidatura	Grau de conhecimento nos círculos de atividades na época da candidatura
PT ¹	Alta	Média
PT ²	Média	Média
PSDB ¹	Alta	Média
PSDB ²	Média	Média

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Como é possível ver, os candidatos responderam que os graus ali correspondentes são de nível médio, ou seja, as ocupações faziam com que “a abrangência de contato com o público” e o “grau de conhecimento nos círculos de atividades” não era expressivo, porém, não podem ser desconsideradas ao ponto de não existirem. Considerando as ocupações desses candidatos, podemos perceber que existe uma coerência nas respostas, pois, talvez aquela que mais faça ter um contato com um maior número de pessoas seria dos dois candidatos petistas que são estudantes.

A hipótese que levantamos é a de que a possibilidade de ter em sua lista um estudante, no caso do candidato dos dois partidos estudados teria sido um importante arranjo do partido em abranger um eleitorado que se concentra nas instituições de ensino, afinal de contas esses espaços sociais reúnem diversos segmentos do eleitorado: jovens, educadores, funcionários, pessoas da comunidade, etc. Mesmo os candidatos que não possuem tanta visibilidade no aspecto profissional, esse aspecto não pode ser causa de impedimento para que seus nomes constem nas listas dos respectivos partidos. O fator profissional, ou uma ocupação pode ser uma importante variável para que alguém possa fazer parte da lista partidária (RODRIGUES, 2006)

Ao ter uma visão ampla do que precisa para pleitear um cargo, e considerando o capital (cultural e de contatos) acumulado, o/a profissional que está filiado a um partido, certamente fica interessado/motivado em competir. E se o partido também acredita na sedução eleitoral de seu membro com estas atribuições já esboçadas, relativo à formação de uma popularidade dentro da atividade ocupacional, avalia o potencial da pessoa e aceita a oferta do nome para a lista (ÁLVARES, 2004).

O caso do jovem na faixa etária analisada está no patamar do reconhecimento de seu potencial de prestígio e de captação de votos, sendo, portanto, interessante verificar se há relação entre essas duas variáveis.

4.4 – A trajetória política dos candidatos

Nesse momento estaremos analisando o grau de ativismo político dos entrevistados, considerando suas atuações em movimentos de juventude em suas mais diversas formas de organização e que envolvam as mais variadas temáticas. Sabemos que nem todos os jovens participam de movimentos sociais, porém, parte considerável daqueles que pleiteiam um cargo público tem algum envolvimento com essas formas de organizações. Em suma, mesmo tendo a consciência de que nem todos jovens são ativistas de tais organizações, é perceptível suas presenças na composição dos mesmos e em muitos casos destacam-se como lideranças.

Em virtude de estarmos lidando com um público específico de entrevistados, decidimos por formular uma questão relativa a participação dos mesmos em movimentos de juventude: o de igreja, assistencial, estudantil secundarista, estudantil universitário, culturais (quadrilha junina, teatro, dança, etc.), esportivos, etc., assim como o tempo e a forma de participação dos entrevistados nessas organizações. Resultado encontra-se no Quadro 4.

QUADRO 7
Atuação em movimentos de juventude

Candidato	Grupos de Igreja	Grupos Assistenciais	Movimento Estudantil Secundarista Universitário	Movimentos Culturais	Organizações Esportivas	Tempo de Participação
PT ¹	X ¹	-	X ²		-	2 anos ¹ 1 ano ²
PT ²	-	-	-	-	X	3 anos
PSDB ¹	X ¹	-	X ²	²	X ³	1 anos ¹ 1 anos ² 1 ano ³
PSDB ²	X	-	-	-	-	3 anos

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Todos os candidatos entrevistados participaram de movimentos de juventude ligados à igreja católica ou evangélica, os candidatos do PSDB e do PT “militaram” durante um longo tempo, o que pode ser levado em conta no processo de constituição de suas candidaturas, dedicados também a esse tipo de atuação militante-pastoral.

Pippa Norris (2003) considera a participação nesses tipos de organizações, de caráter cívico, político e voluntário de importância vital para o fortalecimento da democracia. Robert Putnam (2000)¹² ao centrar sua análise sobre as diversas formas de associações a qual o grau de cidadania ativa se evidencia na participação política vê como promotoras de redes sociais. Consequentemente haverá uma confiança interpessoal entre aqueles que compõem o grupo, onde a tônica do trabalho compartilhado cria formas de ação coletiva tendo em vista o bem-estar social. Para esse autor, é nesse momento que emerge o que ele chama de capital social, que seria as “*conexões entre indivíduos – redes sociais e as normas de reciprocidade e probidade que surgem deles*”. (PUTNAM, 2000)

Nesse sentido formulamos uma questão que buscou demonstrar a forma de participação desses candidatos nessas organizações juvenis: os entrevistados estiveram simplesmente como membros participantes ou chegaram a se tornar lideranças em tais organizações?

Dependendo do trabalho desenvolvido pelo grupo, tal liderança pode ter um maior ou menor grau de visibilidade política na comunidade, o que pode criar elos de aproximação com pessoas e organizações que fazem parte de um bairro, distrito ou comunidade. Independentemente da nomenclatura que é dada a essa liderança, a ela é confiada atribuições que vão desde as preparações das reuniões internas à organizações de atividades que envolvam a participação da comunidade, do poder público e de organizações não-governamentais.

¹² Cf. Putnam, Robert D. *Bowling Alone* apud Norris, Pippa (2003).

Para Bolognesi (2006) a passagem dos indivíduos por esse tipo de instituições sociais, sejam elas empresariais, associações de bairro, instituições escolares, sindicatos e igrejas, formam um capital político que tende a fazer com que no momento do processo de recrutamento o risco pode variar num maior ou menor grau (Bolognesi, 2006, p.33)

Quando perguntados sobre se teriam participado em outras formas de organizações que não as de jovens, responderam de forma positiva tanto os candidatos do PT, quanto do PSDB. Mesmo participando das mais variadas formas de organizações juvenis, os entrevistados dividiram-se em responder que a “abrangência do trabalho desenvolvido pelos grupos nos quais participavam, em relação ao contato com o público” era alta e média, não existindo qualquer resposta considerando baixa tal abrangência.

Os dados apresentados demonstram que a militância dos entrevistados nessas organizações, sejam ela de caráter juvenil ou não, tem acompanhado a formação da trajetória pessoal dos mesmos, sendo fatores que podem afetar sua motivação/indicação para concorrer. Nesse sentido, tais dados acabam dando-nos a possibilidade de compreender a forma como esses jovens ingressam nos partidos políticos e tornam-se competidores nos pleitos municipais, conforme demonstrado por Álvares.

A presença dos candidatos e candidatas em padrões de ativismo evidencia a gênese de sua trajetória política e o engajamento em certas áreas do ativismo levado pela atividade sócio-ocupacional e/ou pela participação efetiva nas chamadas organizações voluntárias, o que pode ser considerado o capital social com que se apresentaram na competição partidária (Álvares, 2004, pág. 258).

4.5. - Como os Jovens tornam-se candidatos no PT e no PSDB?

Considerando que o pertencimento a um partido político é uma condição essencial para os que buscam, através do voto, serem representantes parlamentares, tornou-se necessária uma questão que buscasse demonstrar a trajetória dos entrevistados nas instâncias partidárias do município tendo em vista que

...os partidos prestam um serviço público essencial: o de selecionar, recrutar e capacitar candidatos para que exerçam cargos públicos, mobilizar os eleitores, participar e depois ganhar ou perder as eleições, assim como formar governos. Em um modelo ideal, os partidos agregam interesses, desenvolvem alternativas de política e, em geral, constituem o principal elo entre a cidadania e o governo. (ZOVATTO, 2005, pág. 288).

Na questão referente a como se deu a suas filiações aos partidos políticos, houve uma diversidade de respostas como demonstra o Quadro 5. Nesse sentido, levantamos um conjunto de hipóteses que podem determinar tais influências.

QUADRO 8
Influência na filiação partidária

Sua filiação ao partido político se deu sobre influência de (o/a)...	PT ¹	PT ²	PSDB ²	PSDB ²
Familiares				
Amizades				
Grupo social que militava contribuiu				
Simpatizar com os ideais do partido	X	X	X	
Trabalhos realizados para o candidato e/ou partido em outras eleições				
Conhecer o funcionamento de um partido político				
Lideranças partidárias				X
Lideranças da Comunidade que participava				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Verifica-se que os dois candidatos do PT e um do PSDB entram nas suas respectivas legendas devido ao fato de serem simpatizantes aos ideais do partido, o que demonstra que esses jovens além de votarem, supostamente contribuiriam em campanhas para candidatos pertencentes às respectivas legendas.

Já a resposta do outro candidato do PSDB explicita a influência de lideranças partidárias responsáveis pelo seu egresso na legenda. A influência dessas lideranças partidárias como forma de ingresso num partido político pode demonstra o grau com

que um líder político, mandatário ou não, pode recrutar novas lideranças, com o intuito de se tornarem candidatas, militantes em campanhas eleitorais, ou mesmo, no futuro, estejam enquanto dirigentes partidários.

No que se refere ao tempo de filiação no partido e se os mesmos já pertenceram a outras legendas antes de saírem candidatos o quadro ficou definido assim:

QUADRO 9
Tempo de Filiação Partidária

Candidato	Tempo de Filiação no partido por qual saiu candidato	Ocupou cargo na Executiva ou Direção Partidária	Pertenceu anteriormente a um outro partido antes da candidatura
PT ¹	3 anos	Não	Não
PT ²	6 anos	Não	Não
PSDB ¹	3 ano	Não	Não
PSDB ²	2 anos	Não	Não

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Como podemos perceber o fato de serem jovens vai resultar num pequeno tempo de militância partidária, porém, os partidos por quais candidataram-se foram os primeiros nos quais foram filiados. Isso demonstra que os jovens criam um vínculo de identificação com o partido, que pode ser duradouro. A nossa hipótese é que a migração de jovem para outro partido se dá mais por questões programático-ideológicas que por razões meramente eleitoreiras.

Quanto às questões referentes às suas atuações internas em seus respectivos partidos, dos quatro entrevistados, nenhum ocupou qualquer cargo na direção do partido.

Precede destacarmos esse ponto, tendo em vista que, quando perguntados sobre a existência de organizações de juventude (secretaria, comissão, coordenação) dentro das instâncias partidária no município todos os quatro entrevistados responderam afirmativamente, sendo que essas organizações atuavam em âmbito municipal, estadual e/ou federal, porém com atuações esporádicas no que tange seus funcionamentos internos. Daí, podemos supor que esses jovens chegam às direções e comissões em virtude de suas trajetórias pessoais e políticas do que por qualquer reivindicação desses organismos de juventude partidária pretensos em ocupar espaços na direção do partido político.

4.6 - Versão dos candidatos sobre um padrão de pré-seleção de candidaturas

Segundo Álvares (2004), “a idéia de um filiado (a) (motivado a concorrer) conhecer os procedimentos da competição eleitoral, deve-se considerar dois aspectos da informação: o institucional – vinculado ao conhecimento do estatuto partidário; e o informal – adotado em práticas procedimentais de candidaturas”. Para essa autora, é importante considerar o vínculo entre o adepto e o partido político pelo qual pretende concorrer, a fim de avaliar o nível de cultura partidária, objetivando verificar a manifestação de um padrão de pré-seleção de candidaturas como início de acesso à carreira política. Nesse sentido, formulamos uma questão sobre o conhecimento desses jovens em relação ao estatuto partidário, e, conforme a tabela 8, somente três candidatos se detiveram na leitura dos estatutos de seus respectivos partidos. Acreditamos que o domínio do estatuto daria a noção a estes candidatos todos os procedimentos de seleção de candidaturas nos partidos em que são filiados.

QUADRO 10
Conhecimento do Estatuto Partidário

Candidato	Resposta
PT ¹	Não
PT ²	Não
PSDB ¹	Não
PSDB ²	Não

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

O fato de todos os candidatos desconhecerem o estatuto partidário pode demonstrar que a ideologia ou a simpatia pelos ideais do partido podem ser maiores que qualquer conhecimento das formalidades e regras da agremiação. Mesmo sendo o procedimento legal-regimental para a vida interna do partido político, os estatutos passam despercebidos por boa parte de seus filiados, conseqüentemente, despercebe-se as regras e procedimentos de recrutamentos nessas legendas, aquilo que envolve o caráter democrático interno dessas organizações partidárias (NORRIS, 1997).

Segundo Braga & Veiga (2009), existiria critérios a ser considerado pelos recrutadores partidários em relação aos aspirantes a um cargo proporcional, tais como serviço partidário, qualificação formal, experiência legislativa, habilidade para se

comunicar, recursos financeiros, conexão política, ter um nome reconhecido, uma rede com o seu grupo social ou profissional, ambição, ou já ser político.

Outra questão que foi aplicada aos entrevistados dizia respeito à forma de escolha dos seus nomes para concorrer a uma vaga de vereador. Das várias alternativas elaboradas, percebe-se nas respostas de quatro entrevistados a ação de “agentes externos” como aqueles que acabam apontando seus nomes para a disputa dos pleitos. O fato desses jovens não terem parentes que exerceram cargos políticos, não os eximem de pessoas ou grupos que possuem papel de destaque na organização partidária não tenham influenciado em tais escolhas.

QUADRO 11
Influência na escolha do nome para candidatar-se

A escolha de seu nome para candidato a vereador se deu em virtude de que (m)?	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Vontade própria				
Foi convidado a candidatar-se em virtude do reconhecimento do trabalho desenvolvido junto a comunidade e pelo potencial eleitoral que seu nome poderia ter	X			
Indicação de um grupo/coletivo		X		
Seu nome foi escolhido para atender uma demanda quantitativa de votos				
Indicação de uma liderança partidária			X	X
O partido não contava com nomes expressivos que obteriam uma significativa quantidade de votos				
Influência Familiar (sua e/ou de outros)				
Outros/as				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

O reconhecimento do trabalho junto à comunidade foi destacado por um dos candidatos do PT como justificativa para que seu nome entrasse na lista partidária. Os partidos acabam recrutando esses jovens porque tendem a se tornar lideranças nas

comunidades e ali criar vínculos políticos que poderão ser traduzidos numa possível candidatura. Supomos que o responsável pela seleção dos nomes que irão concorrer ao cargo proporcional, ou conhece empiricamente esse tipo de trabalho, ou a partir de outras lideranças comunitárias acaba obtendo informações sobre o trabalho comunitário que o jovem desenvolve. O outro candidato do PT fora indicado por um coletivo partidário e fora o único que respondeu tal alternativa. Tal prática pode ser comum nos partidos de esquerda, principalmente pela referida legenda, historicamente reconhecida pela existência de tendências, núcleos, setoriais, etc. Essas organizações tendem a apontar candidatos, não sendo nosso propósito aqui discutir as formas como tais candidatos são escolhidos internamente.

Os entrevistados do PSDB tornam-se candidatos a partir de indicações de lideranças políticas que deveriam acreditar que tais candidaturas poderiam resultar em maiores votos para a legenda. Essas lideranças, não divulgadas no questionário, certamente, devem exercer um grande poder de influência no respectivo partido, tendo em vista que “bançar” tais candidaturas pode ter um altíssimo custo, pois votações pífiyas que representassem o fracasso da mesma, certamente influenciariam no desempenho eleitoral do partido/ou da coligação, reduzindo as possibilidades da conquista (as) de cadeira (s). Nenhum dos candidatos oferecera seus respectivos nomes a suas legendas, ou seja, não foram candidatos por vontade própria, sem influência de “agentes externos”. Esse tipo atitude pode ser manifestado pelo desejo individualizado em sair candidato, o que pode demonstrar a inexistência de grupos internos organizados, ou da pouca influência das lideranças no processo de indicações/seleção de candidaturas. Outra variável a se considerar é a demanda de vagas que cada partido ou coligação tem direito segundo a legislação eleitoral, o que pode influir fortemente para esse tipo de comportamento político, pois o partido tende a contar com o maior número de candidatos possível, principalmente quando não sai coligado com outras legendas.

Nesse contexto, sobre oferta e demanda de nomes para pleitear uma vaga de vereador, num sistema eleitoral proporcional de lista aberta, elaboramos uma questão onde o propósito era saber sobre quem eram os atores responsáveis pela seleção de candidaturas. As respostas dos candidatos, com exceção do candidato petista, são de que à membros dos diretórios municipal e/ou estadual é atribuída essa tarefa. O entrevistado do PT respondeu que a base partidária é responsável por tal definição, demonstrando um diferencial entre um partido de esquerda e os demais. O que podemos inferir, a princípio, que o estatuto acaba determinando o padrão de seleção dessas candidaturas.

QUADRO 12
Como é feita seleção de candidaturas no Partido

Quem tem o poder de selecionar os candidatos que farão parte da lista partidária no processo eleitoral?	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
O líder do partido local				
Um líder estadual do partido				
Membros do diretório Municipal e/ou Estadual	X	X	X	X
Membro da base partidária				
Influência familiar				
Outros. Qual?				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

O fato de quatro entrevistados responderem que os membros dos diretórios são responsáveis pela seleção de tais candidaturas demonstra que há deliberações por parte de lideranças que definem atribuições específicas para os mesmos. Evidentemente que tais selecionadores consideram aspectos como inserção social, territorial e potencial eleitoral de candidatos, a fim de capitalizarem uma maior quantidade de votos para esses candidatos. Não podemos deixar de frisar que a essa questão os candidatos responderam que não sofreram qualquer restrição em seus nomes antes ou no momento em que foram compostas as listas dos respectivos partidos.

Quanto à pergunta sobre o que eles mais acreditavam sobre o que teria determinado suas candidaturas, o Quadro 10 demonstra variedades nas respostas desses candidatos.

QUADRO 13
A que (m) se deve a indicação para a candidatura?

Você acredita que o que pesou mais na sua indicação de seu nome para ser candidato foi...	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Seu antecedente familiar				
Seu antecedente profissional				
Seu antecedente político em trabalhos sociais	X	X	X	X
Outros. Qual?				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

A tabela demonstra que os candidatos do PSDB e do PT atribuíram que o trabalho desenvolvido junto ao que ele define como base (o que não deixa de ser um trabalho político) fora primordial para suas indicações. Certamente, o trabalho desenvolvido nesses movimentos sociais pode ser um canalizador de votos, pois muitos desses jovens estão inseridos num contexto sócio-político que muitos adultos e mandatários não estão. Dependendo do movimento social, isso pode ter um maior ou menor contato com o público e pode ser um importante elemento para a obtenção de votos. Essas “bases eleitorais”, não somente pode ser multiplicadora de votos, devido você ganhar simpatizantes que podem aderir às campanhas desses candidatos, até mesmo como voluntários; tão como ser uma identificadora da campanha, ou seja, o movimento estudantil pode dar uma “rotulação” de que o candidato seria um candidato dos estudantes; a associação de moradores, candidato do bairro; o sindicato, da categoria, etc.

Esses candidatos são cientes que estarão não somente fazendo uma disputa interpartidária (disputando voto com candidatos de outros partidos), como intrapartidária (disputando para estarem, no final do pleito, como o (s) primeiro (s) da lista) e ali utilizarão os mais variados arranjos que fazem parte de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta e onde a existência de uma grande quantidade de partidos tem por consequência uma quantidade considerável de competidores.

4.7 – A Campanha Eleitoral

Após nos determos sobre a forma como esses candidatos consideram que são selecionados, é necessário que analisemos o processo eleitoral em si, porém, alguns aspectos devem ser considerados tendo em vista o segmento a qual pertence os entrevistados, daí elaborarmos questões onde os entrevistados destacam o que denominaremos como estratégias de campanha e a relação candidato-partido no processo eleitoral durante o pleito.

As estratégias eleitorais

Partimos do pressuposto que todo aquele que busca competir eleitoralmente, o faz motivado pela possibilidade de alcançar o êxito e esse êxito se resume na (re) eleição. Como já frisamos anteriormente, partimos da hipótese de que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta e um sistema partidário que tem a pluralidade de organizações que estão competindo são elementos determinantes para estimular os jovens numa empreitada eleitoral, pois os resultados eleitorais tendem a ser imprevisíveis.

Num sistema de lista aberta, como o do Brasil, os eleitores escolhem os seus candidatos votando nestes e não nos partidos. Desta forma, o fator que determina quem serão os eleitos é a quantidade de votos recebidos por cada candidato individualmente. Assim, fundamentalmente, as eleições produzem uma competição interna em cada partido, fazendo com que os candidatos de um mesmo partido disputem a preferência do eleitorado entre si e entre os candidatos dos demais partidos. Esta é a situação do Brasil (HTUN, 2001, p. 227).

Dessa forma, os jovens tendem incorporar em suas campanhas todos os arranjos que fazem parte de uma disputa pelo voto onde a figura do candidato está acima do

partido. Quando perguntados sobre “qual o instrumento mais importante para suas campanhas”, todas as respostas, com a exceção do candidato petista, afirmaram que as qualidades pessoais se sobrepõe à instituição partido político. Essa problemática levamos a supor que tais candidaturas não criam vínculos plenos com o partidos e/ou coligações, conduzindo os candidatos a criarem meios que garantam suas eleições, colocando a candidatura ao cargo executivo (no caso dessa pesquisa, o prefeito) numa dimensão secundária de êxito eleitoral. Alguns autores destacam que os candidatos petistas tendem a serem mais disciplinados partidariamente, destacando a legenda como instrumento eleitoral a ser considerado como estratégia de campanha.

No referente a busca pelo voto, os candidatos, quando perguntados em que parte do eleitorado suas campanhas se focaram, percebe-se que somente o candidato PSDB ² centrou sua campanha na comunidade onde residia. Isso pode não ser uma boa estratégia eleitoral quando outros candidatos residentes nessa circunscrição saem candidatos. Os demais candidatos entrevistados focaram suas campanhas buscando abranger não somente os eleitores do bairro ou a faixa etária que eles compreendiam no período da mas buscaram abranger todo o eleitorado do município, assim explanado na tabela 12.

QUADRO 14
Principais bases eleitorais

Como candidato jovem, o foco de sua campanha, em relação ao eleitorado estivera centrado onde?	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Ao eleitorado jovem				
Aos eleitores do bairro onde mora e os bairros vizinhos				X
Buscava abranger o eleitorado de todo o município sem focar a campanha em um único bairro ou a um único segmento	X	X	X	
Outros. Qual?				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Sobre o apoio encontrado pelos candidatos nos movimentos de juventude, nenhum dos entrevistados manifestou tê-lo concentradamente em uma única entidade, existindo a busca de um amplo apoio dessas candidaturas nas suas mais diversas organizações. Podemos afirmar, assim, que os jovens eleitores e militantes dos movimentos de juventude, sejam eles esportivos, culturais, religiosos, etc. tendem a apoiar candidatos jovens. Uma das nossas hipóteses é de que esse apoio eleitoral corresponde a expectativa de um apoio político e/ou financeiro dos membros dos movimentos junto ao candidato. Nesse sentido, conforme demonstrado no quadro 12, os candidatos buscaram apoio eleitoral junto as mais diversas “juventudes organizadas”, no intuito de aumentarem os seus respectivos potenciais eleitorais. Isso pode demonstrar também que por serem jovens, esses candidatos encontram um campo fértil para divulgarem suas campanhas nesses movimentos, participando de reuniões, plenárias, palestras, comemorações, etc. O candidato petista diz encontrar apoio nos dois tipos de movimento estudantil, o que podemos inferir que o apoio dado pelos militantes de tais movimentos tende a ser voltado para candidatos de partidos de esquerda, independentemente da sigla ou mesmo da idade.

QUADRO 15
Apoios encontrados durante a campanha

Em que segmento (s) de juventude sua campanha encontrou apoio?	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Grupos ligados a Igreja (s)	X	X	X	X
Assistencial		X	X	
Estudantil Secundarista				
Estudantil Universitário				
Culturais (quadrilhas, teatro, dança, etc.)	X		X	
Esportivos		X	X	X
Outros/Quais?				

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

4.8 - A relação candidato X partido durante o pleito eleitoral

O fato de o partido recrutar um candidato não implica em uma condição de tratamento prioritário que será dado a este ao longo do processo eleitoral, principalmente quando esse candidato ingressou nas fileiras partidárias num recente período de tempo. O objetivo do partido é capitalizar a maior quantidade de votos, assim o selecionador pode também elencar graus de apoio que será dado pelo partido e ou coligação a cada candidato, avaliando o potencial eleitoral de cada um, tal como seus respectivos capitais sociais. Em contrapartida, quando o candidato não encontra o apoio (prometido ou não) por parte do partido e/ou por suas lideranças tende a individualizar sua campanha, que se torna independente de vínculos de candidaturas majoritárias, e que pode ganhar conotações apartidária, ou seja, o candidato muitas vezes omite o partido a qual pertence ou qual o candidato a cargo majoritário está apoiando.

Esse tipo de relação que pode existir entre candidato e partido levou-nos a formular uma questão a fim de verificarmos como, em Belém, se deu o tratamento dado pelo PT e PSDB locais a esses jovens candidatos, principalmente no que tange o financiamento de recursos para as suas respectivas campanhas eleitorais. Após obtermos a resposta afirmativa que todos os candidatos receberam apoio dos partidos e/ou coligações durante o processo, quando avaliamos o grau de importância que os mesmos dão candidatos a forma de apoio recebido, encontra-se uma espécie de consenso de opiniões por parte dos mesmos. Para uma melhor compreensão, resolvemos utilizar uma metodologia que quantifica do menor grau (1) ao maior grau de importância (5) para cada tipo de apoio; o NR define que o candidato não respondeu sobre o item.

TABELA 8
Graus de importância do apoio partidário

O apoio que você recebeu do partido se deu na forma de... (enumerar pelo grau de importância...1, 2, 3, 4 e 5)	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Panfletos/Santinhos	1	2	2	1
Divulgação em Carrossom	3	3	*NR	4
Financeiro	*NR	NR	3	NR
Espaço no Horário Eleitoral Gratuito (pago pelo partido)	5	4	4	5
Cartazes	3	3	3	5
Cabos Eleitorais/Militantes	NR	NR	NR	NR

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

***Não Recebeu**

O horário eleitoral gratuito fora o recurso que os candidatos destacaram como o mais importante apoio do partido político, o que demonstra o impacto que a televisão (em primeiro lugar) e o rádio possuem junto ao eleitorado, em tempos onde as campanhas tornam-se cada vez mais midiáticas. Contudo, constatou-se que todos os candidatos receberam materiais impressos (panfletos, santinhos, cartazes, etc.), porém, é um dos apoios que os entrevistados consideraram como menos importantes. Vê-se assim que os partidos passam uma quantidade desses materiais impressos em pequena escala aos candidatos ou esses candidatos não consideram esse material importante para suas campanhas, podendo estar nessas duas hipóteses os motivos de tal desconsideração. Os itens que os candidatos não responderam (NR), acreditamos que foram viabilizados com recursos próprios, ou através de apoios de terceiros, pois os pleitos eleitorais têm exigido cada vez mais novos mecanismos de divulgação de campanha que requerem investimentos consideráveis. Aqui merece destaque a falta de apoio dos partidos políticos em garantir “cabos eleitorais” aos candidatos, o que nos leva a crer que esses

eram arrematados a campanha dos candidatos sendo remunerados com recursos próprios desses últimos, ou que esses candidatos conseguiram viabilizar simpatizantes em suas campanhas que contribuíram de forma voluntária.

No que se refere às dificuldades encontradas para viabilizarem suas campanhas, candidatos destacaram os recursos financeiros como o maior obstáculo. Como abordamos acima, alguns itens que os candidatos não destacaram no Quadro 13, devem ter sido adquirido com recursos pessoais e em grande quantidade em virtude do tamanho do eleitorado Belenense. Porém, também nos propomos a destacar itens que extrapolassem os recursos matérías e que envolvessem a própria figura do candidato e a participação do partido político, sendo demonstrado no Quadro 14. No quadro abaixo considera-se o 5 como maior e o 1 como o menor grau de dificuldade.

QUADRO 14
Dificuldades de Campanha

As maiores dificuldades encontradas pela sua campanha foram	PT ¹	PT ²	PSDB ¹	PSDB ²
Recursos Financeiros	5	5	4	5
Material Humano	3	1	2	3
Pouco conhecimento junto ao eleitorado	3	5	4	NR
Orientação Partidária sobre campanha política	4	1	NR	4
Inexperiência política e eleitoral	4	5	5	3
Ser candidato por um Partido que possui outros candidatos com considerável potencial eleitoral	4	4	4	4

Fonte: Dados obtidos através da aplicação do questionário

Outro que item que foi destacado pelos entrevistados refere-se a inexperiência eleitoral, imediatamente explicado pela idade e pelo fato de que todos estavam pleiteando a um cargo político que se obtém através do voto pela primeira vez. O pouco conhecimento junto ao eleitorado também foi respondido por quatro candidatos com elevado grau de importância. Um candidato do PT e outro do PSDB comentaram sobre a falta de orientação partidária sobre o processo eleitoral com notas significativas.

Todos os quatro entrevistados atribuíram dificuldade com grau 4 o fato de ser candidato por um partido com outros candidatos com considerável potencial eleitoral, o que em certa medida encontra-se uma coerência na resposta se compararmos com a tradição eleitoral dos dois partidos dos entrevistados. A falta de material humano na campanha foi destacado pelos candidatos petista e trabalhista, o que nos leva a crer que os demais candidatos superaram tal dificuldade arregimentando cabos eleitorais (que podem ser remunerados), familiares e amigos que se voluntariaram-se no processo eleitoral.

As campanhas políticas tornaram-se mais complexas, havendo a necessidade da introdução novas engenharias que viabilizem a captação dos votos junto ao eleitorado. Os jovens inseridos nesses processos podem incorporar os valores tradicionais, de “fazer política”; ou, seguindo a lógica do dinamismo juvenil, criar campanhas eleitorais que estabeleça novos paradigmas no processo eleitoral. As respostas dos entrevistados demonstram que se os mesmos não encontraram dificuldades para se tornarem candidatos, movimento oposto ocorre quando buscaram ser eleitos.

Não pretendemos aqui nos debruçarmos sobre o desempenho de tais candidaturas, mas nos sentimos na necessidade em destacar que em 2008, os candidatos do PSDB e do PT não conseguiram votações que garantiram assentos no Legislativo Municipal Belenense. Na verdade nenhum candidato no interstício etário aqui pesquisado obteve uma vaga no Legislativo Municipal, demonstrando que mesmo com uma ascendência no eleitorado brasileiro, ainda é consideravelmente reduzida a participação de jovens nas competições eleitorais, mesmo ela se dando no âmbito municipal e essa baixa participação pode representar num parlamento municipal composto por segmentos que estão em faixas etárias muito mais elevadas.

CONCLUSÃO

As históricas mudanças ocorridas na legislação eleitoral no Brasil incluíram parcelas significativas de nossa composição social, antes excluídas em virtude de fatores como renda, gênero, faixa etária e grau de instrução. Assim como o direito ao voto feminino, o direito de voto aos jovens, principalmente a partir de 1988 quando fora facultado aos maiores de 16 e menores de 18 anos, criou um novo paradigma no que diz respeito ao papel desse segmento no cenário político do país.

Da eliminação gradual dos impedimentos ao voto, a ampliação desse direito nas democracias contemporâneas (renda, gênero, geração e etnia) às medidas de *Advocacy* que têm controlado o equilíbrio de poder entre nações e clivagens exacerbadas (...) mudou-se o rumo na participação eleitoral com a entrada de novos atores e a consolidação democrática (ALVARES, 2004).

Se nos anos de 1960 um importante movimento de juventude, o estudantil, enfrentava os militares defendendo as liberdades democráticas, hoje os jovens exercem plenamente essas liberdades participando politicamente dos processos de escolhas de seus representantes. Porém, outros ousam ampliar suas cidadanias não somente votando, mas exercendo o direito de ser votado, almejando assentos nos poderes constituídos na organização política do estado brasileiro: o Executivo e o Legislativo. A redemocratização baseada na composição de um sistema multipartidário e o expressivo aumento do eleitorado fez com que os partidos repensassem as relações com que desenvolveriam com os jovens brasileiros. Logo, organizações internas de juventude vão sendo criadas no interior dos partidos políticos, o que demonstra a importância dos jovens na dinâmica da vida política e eleitoral desses partidos. Conseqüentemente, os jovens vão ocupando espaços nas direções partidárias e podem se tornar competidores nos pleitos.

Como fora demonstrado, os candidatos a vereadores entre dezoito e vinte e quatro anos ainda é muito inferior ao número de eleitores que compreendem essa faixa etária. Todavia, o fato de mais da metade dos partidos políticos, registrados no TSE, possuir em suas páginas na *internet* espaços dedicados à juventude é uma demonstração que os mesmos consideram esse segmento importantíssimo em suas estratégias políticas e eleitorais.

Acreditamos que as candidaturas de jovens são favorecidas, justamente pelo fato do Brasil ter um sistema partidário multifacetado, sendo que esses jovens teriam uma enorme oferta de siglas para concorrerem. Outra hipótese é que o sistema eleitoral proporcional em lista aberta cria as motivações necessárias para que esse jovem se coloque enquanto competidor, pois, o grau de imprevisibilidade nos resultados durante o pleito é enorme.

É certo que esses jovens enfrentam as “preferências partidárias” em (re) eleger aqueles que já ocupam mandatos ou que estão em cargos de destaque no partido, além de terem que se defrontar com volumosos recursos financeiros que seus concorrentes intra e interpartidários se utilizam. Porém, os selecionadores reconhecem que esses jovens estão inseridos em locais que, possivelmente, adultos possuem poucas ou nenhuma inserção política como os grupos de jovens cristãos, as escolas, as universidades, etc.

Mesmo não sendo um objetivo central de nossa pesquisa, percebemos que pouco se difere o recrutamento e a seleção de candidaturas ocorridos nas duas siglas partidárias aqui analisadas. Mesmo sendo considerado por alguns como partido de esquerda e de centro, estatizante e liberalizante, menos inclusivo e mais inclusivo, respectivamente, PT e PSDB, no referente a recrutar seus jovens e selecioná-los como candidatos para uma disputa eleitoral, pouco se diferem, pelo menos o que os relatos dos entrevistados veio a demonstrar

Em Belém, como ocorre, em outros municípios do Brasil, os jovens ainda são numericamente inexpressivos nas listas de candidatos partidários, o que não quer dizer que os mesmos estejam de fora dos partidos políticos como filiado, estando aí um campo fértil para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luzia. **Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil**. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2004.

_____. O GTE e o Recrutamento de Candidaturas no Partido dos Trabalhadores, papper apresenntado no 33º Encontro da ANPOCS, GT 28: Partidos e Eleições, 26 a 30 de outubro de 2009.

_____. **Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas. um estudo sobre a participação política e partidária das mulheres paraenses –1912-1937**. Belém, NAEA, 1990. Dissertação de Mestrado (no prelo).

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. **A Reforma da Representação** in AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima. *A Reforma Política no Brasil*, BH, Editora UFMG, 2006.

ARAÚJO, Carlos Ernesto Pereira de. **O monopólio dos Partidos sobre a representação política**, Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 41, n 161, jan./mar. 2004.

ARAUJO, Clara. **Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Curitiba, 24, Revista de Sociologia Política, p. 193-215, jun. 2005.

BLAIS, André; CARTY, R.K. *The effectives of the plurality rule*. British Journal of Political Science, 18, 1988 (part 4).

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**, RJ, Paz e Terra, 1986.

BOGDANOR, Vernon. Introduction. In BOGDANOR, Vernon; BUTLER, David. **Democracy and elections: electoral system and the political consequences**, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa & VEIGA, Luciana. **Eleição 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias de Vereadores de três capitais brasileiras**, papper apresenntado no 33º Encontro da ANPOCS, GT 28: Partidos e Eleições, 26 a 30 de outubro de 2009.

BRAGA, Sérgio Soares, FRANÇA; Andressa Silvério; & NICOLÁS, Maria Alejandra. **Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos no Brasil**, Revista Sociologia Política, Curitiba,v.17, nº 34, p. 103-208, out. 2009.

BOKANY, Vilma; VENTURI, Gustavo. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. **In: Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 351-446.

CARDOSO, Cláudio. **Comunicação organizacional hoje II – novos desafios, novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. **Sistema Eleitoral** in AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima. A Reforma Política no Brasil, BH, Editora UFMG, 2006.

CZUDNOWSKI, Moshe M. **Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: A model and a Case Study.** In: Midwest Journal of Political Science. Vol. 14, n. 2, pp. 216-248, 1970.

DAHL, Robert. **Poliarquia,** São Paulo, EDUSP, 2001.

DAYRELL, Juarez Tarcísio & GOMES, Nilma Lino. **A Juventude no Brasil.**

DIAS, Márcia Ribeiro. **Coadjuvantes no próprio espetáculo: os Partidos Políticos na Propaganda Eleitoral Brasileira,** papper apresentado no 33º Encontro da ANPOCS, GT 28: Partidos e Eleições, 26 a 30 de outubro de 2009.

DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk. **O significado da internet junto ao público jovem no trabalho de comunicação dirigida de partidos políticos: Uma análise sob o enfoque das Relações Públicas,** INTERCOM 2005, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Junho/2005.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia,** SP, EDUSP, 2003.

DUVERGER. Maurice. **Os Partidos Políticos,** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas – processo, funções, tecnologia e estratégias.** São Paulo: Summus, 2003.

GIBSON, R.K; NIXON, P.G; & WARD, S.J. **Political Parties and the Internet: Net grain?** Loundon: Routledge, 2003.

GIDDENS, Anthony. Preface. **Elites in the British Class Structure.** In STANWORTH, P. & GIDDENS, Anthony, **Elites and power in British Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HUNT, Mala. **A política de cotas na América Latina,** Revista Estudos Feministas, 2001, pág. 225-230.

HUNTINGTON, Samuel. **Political order in changing societies**. New Haven, CT: Yale University Press, 1968. Citado em DIX, Robert H. Democratization and the institucionalization of american parties. *Comparative political Studies*, vol. 24, n.4, p.488-511, 1992.

IANNI, Otavio. **O jovem radical**. In: **Sociologia da Juventude, I**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, 225-242.

IBASE; POLIS. **Que Brasil queremos? como chegar lá?** – Roteiro para o diálogo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

KATZ, Richard. *A theory of Parties e and Electoral System*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1980.

_____. *Democracy and Elections*. Oxford, Oxford University Press. 1997.

KINZO, Maria D'Alva. **Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985**. RBCS, Vol. 19, nº 54, fev. 2003.

KITSCHOLT, Herbert. *Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities*". *Comparative Political Studies*, vol. 33, nº 6/7. 2000.

_____. *The logic of party formation: ecological politics in Belgium and Western Germany*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

KRISCHKE, Paulo J. **Perfil da Juventude Brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática**, Revista Internacional Interdisciplinar – INTERTHESIS, PPGICH, UFSC, 2003.

LAPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. Princeton, NJ, Princeton University 1966.

LEVITSKY, Steven. **Transforming Labor-Based Parties in Latin América: argentine peronism in comparative perspective**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

LIMA, Eduardo Martins de. **O Sistema Eleitoral Brasileiro**. Disponível em <http://www.almg.gov.br/revistalegis/Revista35/eduardo35.pdf>

LIMA JR. Olavo Brasil de. **Eleições Presidenciais: centralidade, contexto e implicações**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, junho, vol. 14, num. 40. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

_____. **Instituições Políticas Democráticas: o segredo da legitimidade**, RJ, Jorge Zahar Editor, 1997.

LIJPHART, Arend. *Electoral System na Party System*. London, Cambridge University Press, 1994.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**, RJ, FGC, 2001.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 10 (29), outubro, 1995.

MANIN, Bernard. *The principles of Representative Government*, Nova York, Cambridge University Press, 1997.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: *Sociologia da Juventude, I*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, 69-94.

MATOS, Bráulio T.P. **“Paidéia Brasileira e cidadania animal”**. Brasília, 1989 (tese de doutorado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília).

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Publicado em: Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos**, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis nas eleições para o Congresso Brasileiro**, Revista de Sociologia Política, Curitiba, pag. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe & QUEIROZ Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. **Pesquisa: orientações e normas para Elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NICOLAU, Jairo Marconi. **A História do Voto no Brasil**, RJ, Jorge Zahar Editor, 002.

_____. **Multipartidarismo e Democracia**, RJ, FGV Editora, 1996.

_____. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**, University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2006.

_____. **O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências – 1982-1994**, RJ, Ed. FGV, 1997.

NORRIS, Pippa. **Civic society and social capital**. In: *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Chapter 8, 2003. *on line* www.pippanorris.com

- _____. **Passage to Power: legislative recruitment and advanced democracies**, 1997.
- _____.; LOVENDUSKI, Joni. **Political Recruitment. Gender, race and class in the British parliament**. Cambridge University Press, 1995.
- NOVAES, Regina. **Juventude e Sociedade: jogos de espelho** in Revista Sociologia Especial Juventude Brasileira, Editora Escala, Ano I, nº 2, 2007.
- PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.
- PERISSINOTTO, Renato M. & BOLOGNESI, Bruno. **O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa**, Paper apresentado no 5º Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 2007.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, 2006, pp. 651 a 670.
- POWELL JR., Bingham. **Elections as Instrument of Democracy**. New Haven, Yale University Press. 2000.
- PUTNAM, Robert. D. **The comparative study of political elites**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1976.
- RABAT, Márcio Nuno. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil**, Consultoria Legislativa da Câmara Federal, agosto/2002.
- REIS, Fábio Wanderley Reis. **Mercado e Utopia: teoria política/sociedade brasileira**, SP, Edusp, 2000.
- REYNOLDS, Andrew. **South Africa: Electoral System design and conflict management in Africa** in REYNOLDS, Andrews & REILLY, Ben. The International Idea hand book of electoral system design. Stockholm, Idea, 1997.
- RODRIGUES, Almira. **Olhar sobre mulheres e jovens**, disponível em <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=408>
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologias e composição social**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 17, nº 48, 2002.
- ROSS, J.F.S. **Parliamentary Representation**, 2ª Edição, Londres, 1949.
- SAMUELS, David. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil**. RJ: Revista Dados, nº 40, vol. 3, 1997.
- SARTORI, Giovanni. **Comparative Constitutional Engineering: na inquiry into structures incentives and outcomes**. London, Macmillan, 1994.

_____. **Partidos e Sistemas Partidários**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Editora UNB, 1982.

SCHLESINGER, Joseph A. **Political Parties and the winning of Office**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**, RJ, Zahar Editor, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. (1984), **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.

SILVA, Elisângela Ribeiro da. & SOUZA, Solange Jobim. **Juventude e Política: modos de subjetivação na contemporaneidade**, 2007, disponível em www.scielo.org.

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro/Campinas: ANPED/Autores Associados, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TAVARES, J. G. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**. Teoria, instituições, estratégias. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

_____. **Sistemas eleitorais e federação no Brasil: as lições da Alemanha**. Texto apresentado na Conferência Internacional “Reforma política no Brasil em perspectiva comparada”, realizado em junho de 2002, no Rio de Janeiro. Digit. 2002.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com a Juventude**. Editora Unesco, 2004.

VENTURINI, Carlos A.; ABRAMO, Martha S. **Perfil Da Juventude Brasileira: Questões Sobre Cultura Política e Participação Democrática** – revista internacional interdisciplinar interthesis – disponível em <http://www.interthesis.cfh.ufsc.br/interthesis2/artigo3.pdf>.

ZANETTI, Hermes. **Juventude e Revolução no Brasil**, Brasília, Editora da UNB, 2001.

ZOVATTO, Daniel. **Financiamento Público e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada**. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 287-336

ANEXO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Pesquisador: Jefferson Alves Teixeira (Mestrando em Ciência política)

JUVENTUDE, PARTIDOS E ELEIÇÕES

Formulário para Candidatos/as a Vereadores nas Eleições Municipais de 2008

1 – DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Filiação: Pai:	Mãe
Ocupação	Ocupação:

Naturalidade

<input type="checkbox"/> Paraense	Município que Nasceu:	Estado:
		Tempo que mora no Estado do Pará:

Estado Civil quando foi candidato?

Casado (a)	Solteiro (a)	Viúvo (a)	Divorciado (a)	Outro
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Escolaridade no ano em que saiu candidato

1º Grau incompleto	
1º Grau completo	
2º Grau incompleto	
2º Grau completo	
Superior completo	
Superior incompleto	

Escolaridade atual

1º Grau incompleto	
1º Grau completo	
2º Grau incompleto	
2º Grau completo	
Superior incompleto	
Superior completo	

Religião

Católica	Evangélica	Adventista	Test. De Jeová	Umbanda	Outras	Não possui

2. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL						

Profissão Atual:

Profissão que exercia quando saiu candidato:

Tempo:

Qual foi seu primeiro emprego?

Que outros empregos você já teve antes de sair candidato a vereador?

Você já foi funcionário público? () sim () não

A forma de acesso ao emprego público foi...

Indicação de Pessoa Influyente		Indicação Familiar	
Indicação de um amigo		Concurso Público	
Indicação Partidária		Concurso Interno	
Apresentação de Currículo		Outro/Qual?	

Nos empregos que você ocupou, criou vínculos com os/as colegas

() sim

() não

A abrangência de contato com o público nos empregos em que você era...

Alta	
Média	
Baixa	
Inexistente	

Em que grau você era conhecido em seus círculos de atividades na época de sua candidatura?

Alta	
Média	
Baixa	

Sua Renda Pessoal na época em que saiu candidato era de...

() 0 a 2 S.M	() 2 a 4 S.M	() 4 a 6 S.M	() acima de 6 S.M
---------------	---------------	---------------	--------------------

Sua Renda Familiar na época em que saiu candidato era de...

() 0 a 2 S.M	() 2 a 4 S.M	() 4 a 6 S.M	() acima de 6 S.M
---------------	---------------	---------------	--------------------

3. TRAJETÓRIA POLÍTICA

Você já atuou em Movimentos de Juventude? Quais?

		Tempo de Participação
Grupos ligados a Igreja (s)		
Assistencial		
Estudantil Secundarista		
Estudantil Universitário		
Culturais (quadrilhas, teatro, dança, etc.)		
Esportivos		
Outros/Quais?		

Sua participação nesses movimentos se deu como...

Presidente/Coordenador/Diretor	
Vice-Presidente/Coordenador/Diretor	
Membro da Diretoria/Coordenação	
Membro participante	
Outro/Qual	

Que trabalho esses grupos desenvolviam?

A abrangência do trabalho desenvolvido por esse (s) grupos, em relação ao contato com o público era...

Alta		Média		Baixa	
------	--	-------	--	-------	--

Além dos Movimentos de Jovens, você já participou de alguma Associação Comunitária ?

Sim	
Não	

Você já participou/a de algum sindicato?

Sim		Qual?
Não		

4. TRAJETÓRIA PARTIDÁRIA

Você foi candidato (a) a Vereador nas Eleições Municipais de...

2004	
2008	

Na época em que você foi candidato sua idade, antes do dia da eleição, era...

17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	24 anos
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Por qual partido político você saiu candidato?

PMDB		PPB/PP		PSB		PDT	
PT		PFL		PC do B		PPS	
PSDB		PL		PTB		PMN	
Outro/Qual?							

Sua filiação ao partido político se deu sobre influência de (o/a) ...

Familiares		Trabalho realizados para o candidato e/ou partido em outras eleições	
Amizades		Conhecer o funcionamento de um partido político	
Grupo que militava		Lideranças partidárias	
Simpatizar com os ideais do partido		Lideranças da Comunidade que participava	

Antes de filiar ao partido político pelo qual você saiu candidato, já esteve filiado a outro partido político?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Qual?

PMDB		PPB/PP		PSB		PDT	
PT		PFL		PC do B		PPS	
PSDB		PL		PTB		PMN	
Outro/Qual?							

O Motivo que fez você deixar o antigo partido foi...

Você já fez parte da direção do (s) partido (s) em que você foi filiado?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Que outro cargo você ocupou?

Presidência/Secretaria Geral		Membro do Diretório		Comissões		Outro/Qual?	
------------------------------	--	---------------------	--	-----------	--	-------------	--

No partido por qual você foi candidato existia uma organização, especial para Juventude dentro das instâncias partidária municipal?

Sim	
Não	
Não Sabe	

No partido por qual você foi candidato existia uma organização especial para Juventude dentro das instâncias partidária estadual?

Sim	
Não	
Não Sabe	

No partido por qual você foi candidato existia uma organização especial para Juventude dentro das instâncias partidária nacional?

Sim	
Não	
Não Sabe	

Caso exista essa organização se dá na forma de...

	Municipal	Estadual	Nacional
Secretaria			
Coordenação			
Comissão			
Outro/Qual			

Em seu partido político, na época em que você foi candidato, haviam muitos jovens filiados?

Sim	
Não	
Não Sabe	

A participação dos jovens nas deliberações do partido era...

Altas	
Médias	
Mínimas	
Inexistentes	

5. SELEÇÃO DE CANDIDATURAS

Quem, na época, era o líder do partido do qual você saiu candidato?

Castanhal -
Pará -
Brasil -

Em Belém, quem é o responsável pelas deliberações partidárias?

A Executiva Municipal	
As articulações de Base	
O Líder Partidário	

Você leu e conheceu o Estatuto do Partido por qual saiu candidato?

Sim	
Não	
Partes	

No Estatuto existe pontos sobre organização e participação de jovens dentro das instâncias partidárias?

Sim	
Não	
Não Sabe	

A escolha do seu nome para candidato a vereador se deu por em virtude de que?

Vontade própria		Indicação de uma liderança partidária	
Foi convidado a candidatar-se em virtude do reconhecimento do trabalho desenvolvido junto a comunidade e pelo potencial eleitoral de seu nome		O partido não contava com nomes expressivos que obteriam uma significativa quantidade de votos	
Indicação de um grupo/coletivo		Influencia Familiar (sua e/ou de outros)	
Seu nome foi escolhido para atender uma demanda quantitativa de votos		Outro/Qual	

Quem tem o poder de selecionar dos candidatos que farão parte da lista partidária no processo eleitoral?

O líder do Partido local		Membros da base partidária	
Um líder estadual do Partido		Influencia Familiar (sua e/ou de outros)	
Membros do Diretório Municipal e/ou Estadual		Outros/Qual	

Seu nome sofreu alguma restrição de pessoa (s) ou grupo (s) na composição da lista eleitoral final?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Caso sim, que tipo de restrição?

--

Quando você teve a confirmação de sua candidatura?

No momento em que se filiou ao partido	
Depois da filiação, porém, antes da Convenção Partidária Municipal	
Somente após a Convenção Partidária Municipal	
Quando foi convidado a filiar-se	

Você acredita que o que pesou mais na indicação de seu nome para ser candidato foi...

Seu antecedente familiar	
Seu antecedente profissional	
Seu antecedente político	
Outros/Qual?	

O fato de ser um candidato jovem pesou na indicação de seu nome na lista partidária?

Sim	
Não	

6. CAMPANHA POLÍTICA

Além de você, o Partido Político lançou outros (as) candidatos (as) jovens?

Sim		Quantos
Não		-----

Você já tinha concorrido a um cargo de vereador anteriormente?

Sim	
Não	

Ano em que concorreu? _____

Como candidato jovem, o foco de sua campanha, em relação ao eleitorado, estivera centrado onde?

Ao eleitorado jovem	
Aos eleitores do bairro onde mora e de bairros vizinhos	
Buscava abranger o eleitorado de todo município, sem focar a campanha em único bairro ou a um único segmento	
Outros/ Quais?	

Em que segmentos de Juventude sua campanha encontrou apoio?

Grupos ligados a Igreja (s)	
Assistencial	
Estudantil Secundarista	
Estudantil Universitário	
Culturais (quadrilhas, teatro, dança, etc.)	
Esportivos	
Outros/Quais?	

Você tinha um programa específico de campanha voltado para os jovens?

Sim		Qual?
Não		
Não, pois o partido o tinha		

Para sua campanha, qual instrumento eleitoral foi mais importante?

A imagem pessoal enquanto candidato	
O Partido a qual pertence (ia)	

A sua campanha política recebeu apoio do Partido Político/Coligação no processo eleitoral?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

Esse apoio se deu na forma de... (enumere pelo grau de importância...1, 2, 3, 4, 5)

Panfletos/Santinhos	
Divulgação em Carro som	
Camisetas	
Espaço no Horário Eleitoral Gratuito (pago pelo partido)	
Cartazes	
Cabos Eleitorais/Militantes	

As pessoas que estavam envolvidas diretamente no trabalho cotidiano de sua campanha eram... (enumere pelo grau de importância...1, 2, 3, 4, 5)

Familiares	
Amigos	
Partidários não-remunerados	
Partidários remunerados	
Cabos eleitorais contratados pelo Partido	
Cabos eleitorais contratados pelo candidato	
Outros. Quais?	

As maiores dificuldades enfrentadas pela sua campanha foram... (enumere pelo grau de importância...1, 2, 3, 4, 5)

Recursos Financeiros	
Material Humano	
Pouco conhecimento junto ao eleitorado	
Orientação Partidária sobre campanha política	
Inexperiência política e eleitoral	
Ser candidato por um Partido com baixo potencial eleitoral	

O seu partido político elegeu quantos parlamentares na eleição que você era candidato?

Nenhum		Um		Dois		Três		Quantos?	
--------	--	----	--	------	--	------	--	----------	--

Caso seu partido tenha se coligado numa chapa proporcional, quantos candidatos a coligação conseguiu eleger?

Nenhum		Um		Dois		Três		Quantos?	
--------	--	----	--	------	--	------	--	----------	--

Independente de ter sido eleito ou não, você considera seu desempenho eleitoral como...

Excelente, pois foi acima do esperado	
Bom, pois foi dentro do esperado	
Regular	
Péssimo	
Sofrível	

Você pretende ser candidato nas eleições de 2012?

Sim		Não	
-----	--	-----	--